

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ORGANIZAÇÃO DE MORADORES EM
FLORIANÓPOLIS NUMA PERSPECTIVA
DE NECESSIDADES RADICAIS**

Kathia Terezinha Müller

Florianópolis, setembro de 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ORGANIZAÇÃO DE MORADORES EM
FLORIANÓPOLIS NUMA PERSPECTIVA
DE NECESSIDADES RADICAIS**

Kathia Terezinha Müller

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre, sob orientação do Prof. Dr. Paulo José Krischke.

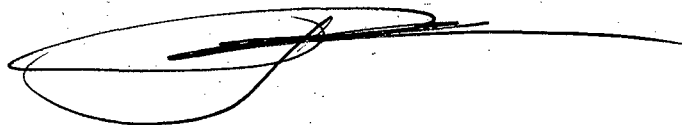
Florianópolis, setembro de 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

*ORGANIZAÇÃO DE MORADORES EM FLORIANÓPOLIS NUMA PERSPECTIVA
DE NECESSIDADES RADICAIS*

Kathia Terezinha Müller

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo
Orientador e membros da Banca Examinadora, composta pelos professores:



Paulo José Krischke, Dr., Orientador

Edison Nunes, Dr.



Luzinete Simões Minella, Dra.

S U M A R I O

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
APRESENTAÇÃO	vi
CAPITULO 1 - SISTEMA DE NECESSIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS	1
1.1. Sistema de Necessidades de Marx a Heller	2
1.2. Movimentos Sociais, Necessidades Radicais e Ética Democrática	17
CAPITULO 2 - AS ORGANIZAÇÕES DE MORADORES NO MUNICIPIO DE FLÓRIANÓPOLIS	27
2.1. Política Estadual de Formação de Conselhos Comunitários	28
2.2. Atuação da Igreja e a Formação de Associações de Moradores na Periferia	31
2.3. Articulação das Organizações de Moradores Constituição da UFECO e da Comissão de Associações de Moradores da Periferia	35
CAPITULO 3 - CONSELHO COMUNITARIO DO MONT SERRAT ASPECTOS DESCRITIVOS	45
3.1. Caracterização Geral da Comunidade	46
3.2. O Conselho Comunitário do Mont Serrat	52
3.2.1. Gestão 1983-85	55
3.2.2. Gestão 1985-88	62

3.2.3. Gestão 88-90	71
CAPÍTULO 4 - A CONSTITUIÇÃO DE UM MOVIMENTO SOCIAL A PARTIR DA RADICALIZAÇÃO DAS NECESSIDADES	82
4.1. Organização de Cooperativas de Produção e de Consumo	87
4.2. Criação de uma Nova Estrutura Organizativa do Conselho Comunitário	91
4.3. Elaboração de uma Proposta Alternativa de Educação	99
4.4. Interação com Outras Forças Sociais e Políticas	104
4.4.1. Relação com a Igreja Católica Popular	105
4.4.2. Relação com Outras Organizações e Movimentos Populares	114
4.4.3. Relação com os Partidos Políticos	118
4.5. Relação Diferenciada com o Poder Público	123
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
BIBLIOGRAFIA	133
ANEXOS	137

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que de alguma forma compartilharam deste trabalho e contribuíram para a sua realização.

RESUMO

Tendo como contexto o processo de reativação da sociedade civil, na década de 80, este trabalho analisa a experiência de uma organização de moradores no município de Florianópolis, que embora criada a partir de um programa estatal de desenvolvimento de comunidade, consegue reorientar o seu padrão de ação coletiva. Nesse processo, adquire centralidade a objetivação de formas alternativas de atendimento de suas necessidades básicas, que lhe confere maior autonomia em relação ao poder público, e a interação com outras organizações e movimentos de moradores, possibilitando uma articulação de suas demandas e a ampliação de seus horizontes de luta. No entrecruzamento de diferentes experiências e orientações que permeiam essa dinâmica, destaca-se a relação com as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e a sua influência na conformação de princípios éticos, que tem pautado a prática dessa organização.

ABSTRACT

Set within a context of reactivation of civil society in the 1980's, this work analyses the experience of a popular neighborhood association in the municipality of Florianópolis (southern Brazil). In spite of emerging from a state program of community development, this organization managed to re-orient its pattern of collective action. In this process, the neighborhood associations's aims become focussed on alternative forms of attending its basic necessities, bringing it greater autonomy in relation to government. On the other hand, its interaction with other neighborhood's associations or movements made possible an articulation of its demands and an enlargement of its horizons of struggle. In the interchange of different experiences and orientations which permeated such dynamic, was its relation to the "CEBs" (Church Base Communities) and its influence on the conformation of ethical principles, wich guided the pratices of this organization.

APRESENTAÇÃO

Com a constituição de uma nova ordem institucional, a década de 80 é palco de atuação de uma diversidade de movimentos sociais, voltados principalmente aos direitos fundamentais de amplos setores sociais, bem como ao direito das minorias.

A ação coletiva de parte dos movimentos se detém na busca de reconhecimento e atendimento de suas demandas pontuais, enquanto que outros vão mais além, buscando a construção de uma ordem social e política mais democrática.

No espaço urbano, especialmente nos centros maiores, observa-se o surgimento ou dinamização de movimentos junto aos setores populares que reivindicam ao poder público, bens e serviços para o atendimento de suas necessidades básicas, organizados principalmente a partir dos bairros ou locais de moradia. Tais organizações, com o processo de transição política, vão alterando o seu padrão de relação com o Estado, adotando formas de interação abertas à negociação, embora sujeitas às contradições inerentes a esse momento político. Nesse processo, a preocupação com a autonomia passa a adquirir maior relevância para parcela significativa desses movimentos, particularmente com a abertura de espaços de participação de alguns organismos estatais.

É nesse contexto de reativação da sociedade civil que se pretende analisar a experiência de uma organização de moradores do município de Florianópolis, ligada à Comissão de Associações de Moradores da periferia, que representa uma das tendências das entidades comunitárias do município.

Trata-se de uma organização criada a partir de um programa estatal de desenvolvimento de comunidade e que consegue alterar de forma significativa a sua estrutura e o padrão de ação coletiva, constituindo-se enquanto movimento. Nessa perspectiva, identifica-se com o que Éder Sader

denomina de sujeito coletivo enquanto indica uma "coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e vontades, constituindo-se nessas lutas" (1988:55).

As forças motoras desses movimentos sociais são as carências ou as necessidades insatisfeitas, de acordo com Agnes Heller. Com esse entendimento, privilegiou-se a temática das necessidades na análise da organização de moradores do Mont Serrat. Parte-se do pressuposto de que o conceito de necessidades pode ser operado como uma categoria analítica no estudo dos movimentos sociais, podendo elucidar aspectos importantes de sua constituição e trajetória. Coerentemente com o contexto teórico helleriano, este conceito apresenta um caráter de mediação entre processos micro e macrosociais. Tal requisito metodológico pretende superar as perspectivas analíticas que procedem uma dicotomia entre estruturas e sujeitos (sejam objetivistas ou subjetivistas), não incorporando sua mútua e complexa interação.

Com esse suporte teórico, foi realizado um estudo de caso junto ao Conselho Comunitário do Mont Serrat, que tem se destacado pela liderança junto às organizações de moradores da periferia do município, bem como pela iniciativa em projetos de auto-gestão. Tal estudo pretendeu verificar a relação entre sistema de necessidades e os processos vivenciados pela organização, que motivaram a sua articulação com outras organizações e movimentos populares.

Para proceder à investigação, foram consideradas as seguintes hipóteses de trabalho: (1) No interior dessa associação, que busca formas alternativas de organização e de atendimento de suas necessidades básicas, se desenvolvem também "necessidades radicais", ou seja, necessidades qualitativas que orientam para uma forma de vida que se opõe às relações de subordinação e de domínio (Heller, 1982:133). (2) Estas "necessidades radicais" se generalizam, o que possibilita uma articulação entre as organizações de moradores, com vistas ao fortalecimento e ampliação de seus projetos auto-

gestionários e à interferência na orientação das políticas públicas locais. (3) A influência das CEBs (bem como de outros atores sociais e políticos, como posteriormente identificado) contribui de forma significativa para a emergência de "necessidades radicais" nas organizações da periferia, e na opção por estratégias que não comportem uma participação institucional, conforme a lógica da política estatal (embora isto venha se alterando).

Para fins da pesquisa, foram tomados como indicadores de "necessidades radicais", elaborados a partir da contextualização teórica indicada: (1) tentativas de democratização das relações e práticas do Conselho Comunitário, que expressam em sua própria estrutura, organização e dinâmica interna, numa perspectiva de descentralização e de ampliação da participação nos processos decisórios; (2) experiências de auto-organização para o atendimento a necessidades básicas, em torno das quais se constituiu a organização, e que expressam reação ao caráter excludente do modelo econômico e social vigente; (3) estabelecimento de relações com o poder público em que fica manifesto o questionamento dos fins das políticas públicas, bem como das formas centralizadoras de poder.

Como corte temporal, a investigação toma por início o ano de 1983, quando muda a diretoria do Conselho Comunitário, a partir do qual ocorreram mudanças significativas em sua orientação, transcorridas até o ano de 1990. Para o levantamento dos dados realizados entre dez/89 a nov/90, foram realizadas 22 entrevistas semi-estruturadas com moradores mais envolvidos com o trabalho e que costumam representar a organização; com moradores que integram a "base" do movimento, ou mais especificamente, que participam dos grupos de trabalho; e com pessoas ligadas às CEBs. Foram também realizadas 4 entrevistas com pessoas envolvidas em trabalhos da Igreja na periferia, para complementação dos dados sobre o trabalho das CEBs no município. Além disso, foi acompanhado particularmente o trabalho da Comissão de Educação, em reuniões e seminários, e algumas reuniões da diretoria do Conselho durante o

período da pesquisa. Foram também realizadas consultas a documentações do Conselho, tais como atas, relatórios e correspondências; as documentações da Comissão de Associações de Moradores e do Movimento dos Sem-Tetos, principalmente relatórios e Jornais, bem como a documentações em geral da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Comunitário (do Estado), Tribunal Regional Eleitoral, Cartório Eleitoral e da Prefeitura Municipal de Florianópolis, relativas ao Mont Serrat e/ou a sua organização de moradores.

Para apresentação da investigação e análise da experiência, este trabalho se subdivide em quatro capítulos. O 1º trata sobre o referencial teórico utilizado, centrado fundamentalmente sobre o sistema de necessidades. Na primeira parte, aprofunda-se como essa temática é desenvolvida por Marx, ressaltando-se o seu caráter social e histórico e a possibilidade de constituição de necessidades radicais, que motivariam uma práxis revolucionária; e, por outro lado, como o conceito de necessidades é reelaborado por Agnes Heller, que privilegia um enfoque voltado ao indivíduo e a subjetividade, apontando para o desenvolvimento de necessidades qualitativas - fundadas em valores universais - como norteadora de uma lógica democrática das relações sociais. A segunda parte do capítulo enfoca o tema dos movimentos sociais e sua relação com o sistema de necessidades, ressaltando-se como suas insatisfações se traduzem na esfera pública, com base em princípios de justiça e de igualdade, num processo de politização de questões privadas do cotidiano. Sob o enfoque helleriano, destaca-se a possibilidade de um nexos dialético entre "necessidades existenciais" (de sobrevivência) e "necessidades radicais" (de autodeterminação) nas práticas dos movimentos sociais, representando experiências alternativas que potencializam mudanças sociais.

O 2º capítulo se refere a um histórico descritivo sucinto das organizações de moradores de Florianópolis, com início em meados da década de 70, enfatizando-se, na primeira parte, a ação do Estado na organização e controle das entidades comunitárias (com o Programa Estadual de

x

Desenvolvimento de Comunidade, coordenado pela SAC e depois pela FUCADESC); na segunda parte, a atuação da Igreja popular na periferia do município, como articuladora importante das organizações de moradores; e na terceira parte, a constituição de organizações federativas em Florianópolis (UFECO e Comissão de Associações de Moradores), definindo uma nova etapa da trajetória das organizações, que possibilita a generalização de projetos de democratização e a adoção de estratégias que confere às suas demandas maior visibilidade pública. Esta apresentação permite inserir a experiência do Mont Serrat num contexto mais amplo, delineando as redes de relações que estabelece com outras organizações e movimentos, num processo que condiciona reciprocamente os atores envolvidos.

O 3º capítulo descreve a experiência do Conselho Comunitário do Mont Serrat, a partir de 1983. A primeira parte se refere a uma caracterização geral da comunidade, numa contextualização das carências sobre as quais o Conselho Comunitário tem centrado suas ações. A segunda parte consiste em um resgate da história da organização, seguindo uma forma historiográfica, com um recorte temporal referente à gestão de cada diretoria (1983-85; 1985-88; 1988-90), que atende uma solicitação da própria organização. A descrição é centrada nos aspectos principais que marcaram a atuação das respectivas diretorias, incluindo suas principais lutas e as formas de organização, com ênfase na dinâmica interna e nas relações estabelecidas com outras organizações, movimentos, partidos, com a Igreja e com o próprio poder público.

Tomando como eixo principal o processo de constituição de um sujeito social, a partir da radicalização das necessidades, no 4º capítulo são analisados aspectos que conferem radicalidade à experiência, conforme a concepção de Agnes Heller - e que se traduzem particularmente na organização de cooperativas de produção e consumo, na elaboração de uma proposta alternativa de educação, na criação de uma nova estrutura organizativa do Conselho

Comunitário, na interação com outras forças sociais e políticas e na relação diferenciada com o poder público.

CAPITULO 1

**SISTEMA DE NECESSIDADES E MOVIMENTOS
SOCIAIS**

1.1. Sistema de Necessidades: de Marx a Heller

I

Nas obras de Marx, o conceito de necessidades ocupa uma posição relevante, especialmente em suas teorias econômicas, embora não tenha se preocupado em sistematizá-lo. Para o autor, a satisfação de necessidades, seja qual for a sua natureza "proveniente do estômago ou da fantasia", é a condição *sine qua non* para qualquer mercadoria, sendo seu valor-de-uso (capacidade de prover necessidades) o que lhe permite adquirir valor-de-troca (Marx,1980:41-3).

No sistema capitalista, o valor da força de trabalho é fixado no limite mínimo para a satisfação das necessidades do trabalhador (e de sua família) sendo que "a possibilidade de produzir mais-valia se realiza (exatamente) quando uma determinada sociedade é capaz de produzir mais do que o suficiente para a satisfação de suas necessidades vitais" (Heller,1978:23). Nesse contexto, a finalidade da produção não consistiria na satisfação das necessidades de desenvolvimento do trabalhador, mas na valorização do capital.

Historicamente, dentro da perspectiva marxiana, o desenvolvimento da divisão social do trabalho e da produtividade resultam, além da riqueza material, numa multiplicidade de necessidades. No entanto, o "lugar ocupado no seio da divisão do trabalho determina a estrutura da necessidade ou ao menos seus limites" (Ibid.:23).

Marx entende as necessidades como condicionadas social e historicamente. Cada sociedade tem um sistema de necessidades próprio e característico, o qual só pode ser interpretado em conexão com o conjunto das relações sociais. O volume das necessidades, como o modo de satisfazê-las é um produto histórico e depende, em parte, da própria cultura. Nessa perspectiva, as "necessidades naturais" ou biológicas, que se referem a autoconservação ou

a manutenção das condições da vida humana, são também sociais, na medida em que os modos de sua satisfação fazem social a necessidade mesma (Ibid.:30-3).

Concebe o autor que "um determinado homem, de uma determinada classe, de uma determinada época, nasce em um sistema e em uma hierarquia de necessidades pré-constituídas (ainda que em evolução) pelos costumes, pela moral das gerações precedentes e sobretudo, pelos objetos de suas necessidades" (Ibid.:82). Este sistema de necessidades não se constitui como uma estrutura autônoma sobre os membros de uma classe ou sociedade, mas é interiorizado de maneira individual. Dessa forma, as necessidades sociais são sempre as necessidades que o homem particular reconhece e sente como suas.

O conceito de necessidade social, no entanto, é empregado nas obras de Marx com vários sentidos que, segundo Agnes Heller, podem ser assim identificados:

1. Numa primeira acepção, as necessidades sociais são as necessidades socialmente produzidas. Esta interpretação é de maior relevância e frequência nas obras marxianas, incluindo, por vezes, somente as necessidades "não-naturais", e em outras a totalidade das necessidades indiscriminadamente (Ibid.:80).

2. Em outra acepção que aparece mais raramente, necessidade social constitui uma categoria de valor positiva: é a necessidade do "homem socializado", ou as necessidades dos "homens socialmente progressivos". Mesmo nesta acepção, as necessidades são sempre as necessidades de homens particulares (Ibid.:80-1).

3. Numa terceira acepção, "a necessidade social designa a média das necessidades, em dada época, de uma determinada sociedade ou classe. Marx emprega o termo entre aspas quando é expressão das necessidades em forma de demanda efetiva; sem aspas indica aquelas necessidades que, ainda se referindo a bens materiais, não fazem expressão na demanda efetiva" (Ibid.:81). Entende que tal distinção é relevante para a classe trabalhadora, tendo em

vista que as necessidades sociais reais superam não apenas quantitativamente as necessidades expressas em demanda efetiva, como contém também necessidades concretas de outro tipo. O conteúdo desta categoria de necessidades sociais reais "corresponde em Marx ao conteúdo empírico ou sociológico das necessidades necessárias" (Ibid.:82), incluindo "não somente as necessidades materiais, senão também as de caráter não material (necessidade de aprender, por ex.), interpretáveis através do conceito de média" das necessidades individuais (Ibid.:34). As "necessidades sociais" que emergem no mercado representam, portanto, parte das necessidades sociais reais, possíveis de satisfação numa dada sociedade (Ibid.:83).

4. A quarta acepção é referente às necessidades cuja forma de satisfação é social ou comunitária. Esta interpretação "expressa o fato de que os homens possuem necessidades não só produzidas socialmente, senão também necessidades unicamente susceptíveis de satisfação mediante a criação de instituições sociais relativas a elas" ou cuja satisfação só é possível na vida em comunidade. Nesse sentido, se incluem, na sociedade moderna, a necessidade de aprender, a de proteção da saúde, as necessidades culturais, etc. (Ibid.:83-4).

Segundo Marx, a sociedade capitalista produz uma multiplicidade de necessidades, porém ao mesmo tempo limita o seu enriquecimento, na medida em que estendendo a relação mercantil para as várias esferas da vida social "consegue fazer do dinheiro a encarnação quantitativa da riqueza social" (Ibid.:52). A crítica à sociedade da propriedade privada e capitalista se fundamenta, dessa forma, na sua incapacidade de desenvolvimento das "necessidades humanas ricas", não obstante a quantidade de riqueza material que produz (Ibid.:40-1).

O problema da alienação das necessidades constitui, portanto, um eixo importante da análise marxiana. No processo de produção, ocorre uma inversão entre meio e fim, ou seja, a finalidade da produção social deveria ser a

satisfação das necessidades sociais, no entanto, a indústria e a agricultura capitalistas produzem para a valorização do capital, sendo a satisfação das necessidades, mediatizadas pelo mercado, apenas um meio para isto. Nessa perspectiva, até mesmo as relações sócio-comunitárias podem sofrer uma inversão na relação meio-fim, isto é, "o encontrar-se juntos e o gozo comum são respectivamente algumas das formas máximas de necessidade e de satisfação de necessidade" (Ibid.:55). Porém, a extensão da relação mercantil faz converter a vida comunitária em um meio para atingir objetivos privados de indivíduos particulares.

Marx identificou o problema da "manipulação das necessidades", o qual não é determinado pelas suas qualidades concretas, senão como consequência dos seguintes fatores: a) novas necessidades surgem exatamente onde a produção de determinadas mercadorias é mais rentável ao capital; b) a criação e satisfação de necessidades individuais, mesmo que sejam um fim para o indivíduo, na realidade se constituem em um meio de satisfação de uma "força essencial estranha" a ele; c) a produção capitalista gera o incremento de determinadas necessidades, que se contrapõem ao desenvolvimento de necessidades fundamentais para a personalidade humana; d) a liberdade individual é apenas aparente, na medida em que as necessidades individuais não se configuram em função de sua personalidade; e) o homem, em determinado aspecto, poderá se tornar mais rico, com mais necessidades, e objetos de necessidades, mas este enriquecimento é unilateral, não conduzindo ao desenvolvimento múltiplo do indivíduo (Ibid.:57-8). Dentro desse

entendimento, a "autonomia (individual e coletiva) se perde quando o mercado superpõe seus imperativos próprios às escolhas humanas" (Tucker,1983:79).¹

As necessidades que se dirigem para a posse de bens podem aumentar infinitamente e, considerando "que a posse é diferente do uso e do gozo imediato (o papel da fruição vem desenvolvido pela posse mesma), o incremento das necessidades é de caráter quantitativo" (Heller,1987:58-9). Nesse sentido, não se chega a um ponto em que não se deseja mais possuir, ao contrário, se quer sempre mais, mesmo quando a qualidade concreta do objeto não atende diretamente nenhum tipo de necessidade. Quando o dinheiro é o equivalente geral ou a capacidade geral de aquisição, esta pode transformar mesmo as necessidades qualitativas em seu contrário.

Por outro lado, entende Marx que o interesse, enquanto motivo da ação individual (ou coletiva), é expressão da redução das necessidades à avidez. Parte do pressuposto de que "o mundo de intercâmbio de mercadorias é o mundo da universalidade do egoísmo: do interesse pessoal" (Ibid.:74), onde o interesse geral representa a generalidade dos interesses egoístas. A superação da alienação supõe o desaparecimento do interesse como motivo, mesmo o "interesse de classe", cuja referência só é possível em lutas que não transcendem a sociedade capitalista (como por ex., a luta pelo aumento salarial, associada à perspectiva de uma maior riqueza material). A dualidade entre interesse individual e geral, ou "de classe" expressa que o homem da sociedade burguesa está dividido entre ""bourgeois" e "citoyen". O interesse individual é

¹ A idéia de Marx de que no capitalismo o desejo de consumo se contrapõe ao desejo de auto-realização e tende a adquirir um caráter compulsivo, apresenta limitações, segundo Elster (1989:65-7), considerando que sua distinção entre compulsão e autonomia não dá conta da complexidade das motivações humanas. A partir de uma concepção freudiana, entende este autor que o equilíbrio desejável (embora frágil, instável), em que a tendência ao comportamento excessivamente impulsivo (id) e a tendência ao comportamento rígido e compulsivo (ego) sejam contidas, "requer o que pode ser referido como autonomia, solidez do ego e tolerância pela ambiguidade". Por outro lado, sem desconsiderar o consumo exagerado, o consumo por competição ou rivalidade e as técnicas cada vez mais sofisticadas de persuasão do consumidor, concebe que "a maior parte do consumo satisfaz necessidades de que ninguém precisa envergonhar-se e, além disso, a satisfaz de maneira perfeitamente respeitável.

identificado ao "bourgeois" enquanto que o interesse geral identifica-se ao "citoyen", sendo ambas as motivações alienadas (Ibid.:69).

No entanto, Marx entende que a sociedade capitalista não produz somente a alienação, senão também a consciência da alienação. Ou seja, se por um lado o capitalismo reduz a ter, e faz homogêneo o sistema de necessidades, gera, por outro lado, necessidades "radicais" que se contrapõem ao sistema pré-existente e que o transcendem (Ibid.:66). As necessidades radicais são parte constitutiva do capitalismo, "porém de satisfação impossível dentro desta sociedade, o que precisamente por isto, motivam a práxis que transcende a sociedade determinada" (Ibid.:106). Por conseguinte, o verdadeiro motivo não fetichizado de ação coletiva está representado pelas necessidades radicais da classe trabalhadora.

Nesse sentido, só a práxis revolucionária do sujeito coletivo (classe trabalhadora), que se constitui a partir das necessidades radicais, é que garante a realização da sociedade futura (Ibid.:101). Partindo do pressuposto de que só outras necessidades podem colocar limites às necessidades existentes, entende que as necessidades radicais são as que permitem a completa reestruturação do sistema de necessidades, tornando-se em condição *sine qua non* para a "sociedade dos produtores associados" (Ibid.: 117). E nesta utopia marxiana, todas as necessidades passam a ser subordinadas às "necessidades de desenvolvimento do indivíduo", às necessidades de auto-realização da personalidade humana.

Dentre as várias obras de Marx analisadas por Heller, tendo como enfoque essa temática, os conceitos de necessidade oscilam entre uma categoria de conteúdo mais empírico ou sociológico e uma categoria de conteúdo histórico-filosófico.

A concepção filosófica de necessidade é obra do jovem Marx, no entanto, entende Heller que não é possível uma dissociação com os seus trabalhos de maturidade, tendo em vista que sua crítica à economia política

está pautada por um modelo positivo de sociedade futura, com a superação da dinâmica de domínio da necessidade de valorização do capital.

Convergindo para esta posição, Flickinger, partindo da tematização ou não-tematização do sujeito humano nas obras de Marx, entende que não se pode falar de uma ruptura entre os trabalhos da primeira fase e aqueles da última. Segundo o autor, na medida em que levou adiante a crítica à filosofia contemporânea, Marx deslocou seu interesse para a análise da realidade social. E em sua análise da sociedade capitalista, procurou demonstrar o domínio do capital, em cujo procedimento da argumentação, "todos os momentos constitutivos do capital, inclusive o do sujeito humano, que não se deixaram transformar nas determinações econômicas, desaparecem enquanto necessariamente destematizados" (Flickinger, 1984:17). Mas ao mesmo tempo, segundo o autor, a crítica da economia política pretendeu colocar os sujeitos humanos no centro de sua perspectiva emancipatória, constituindo-se em momentos subversivos diante do domínio do capital.

II

Procedendo a um resgate do indivíduo e da subjetividade, Agnes Heller desenvolve a discussão do problema das necessidades, a partir de uma reelaboração do conteúdo marxiano, preenchendo, dessa forma, uma lacuna deixada pela destematização do sujeito humano, dentro do marxismo clássico.

A autora conceitualiza necessidade como "desejo consciente, aspiração, intenção dirigida em todo momento para certo objeto e que motiva a ação como tal", sendo que "o objeto em questão é um produto social, independente do fato de que se trata de uma mercadoria, de um modo de vida ou de 'outro

homem'" (1988:170). Para a autora, a objetivação social² e as necessidades estão sempre em correlação, sendo que a objetivação social delimita o âmbito e a extensão das necessidades dos homens de um determinado grupo social, de uma determinada sociedade.

Como decorrência, as necessidades são entendidas como pessoais, na medida em que "só as pessoas desejam conscientemente algo, aspiram possuir algo", mas também sociais, tendo em vista que "o objeto de toda necessidade vem 'proporcionado' pela objetivação social" (Ibid.:170).

Fazendo uma comparação com as sociedades precedentes, Heller entende que na sociedade capitalista, a interdependência entre as necessidades e as objetivações ocorre de forma muito mais complexa. Segundo a autora, "o capitalismo constitui a primeira sociedade essencialmente dinâmica, o que significa que aumenta não só o acúmulo dos bens de consumo disponíveis, mediante a incrível aceleração dos ritmos de produção, senão que continuamente produz também novos tipos de bens em quantidade cada vez maior" (Ibid.:173).

Por outro lado, o capitalismo é a primeira sociedade em que uma determinada categoria de necessidade não está reservada a determinado estrato social, tendo em vista que, "se o objeto de uma necessidade forma parte do campo das objetivações concretas, esta pode converter-se, ao menos teoricamente, em uma necessidade de cada qual, independente do fato de que todos os membros da sociedade possuam realmente os meios para satisfazer a necessidade em questão" (Ibid.:173).

Dessa forma, não existe um único sistema estruturado de necessidades, proporcionado ao homem particular, por um sistema relativamente

² Heller entende que a objetivação é um processo de exteriorização do sujeito, cujo resultado ou produto ganha independência ou vida própria, tornando-se elemento do mundo comum. Nesse sentido, o homem se objetiva no produto de seu trabalho, na linguagem, nos usos e costumes, na arte, na ciência, nos sistemas morais, no direito, na filosofia, etc. (1977:35; 1985: especialmente p. 93-209).

homogêneo de objetivações e valores. Ao menos por princípio, cada um pode eleger de forma racional ou mesmo casual, necessidades proporcionadas por objetivações heterogêneas, o que possibilita a existência de hierarquias de necessidades pessoais distintas.

Em contrapartida, nas sociedades pré-capitalistas baseadas em comunidades orgânicas, "a hierarquia de valores que regulava a satisfação das necessidades se desenvolvia na comunidade, e o indivíduo aceitava em maior ou menor medida o sistema de valores-necessidades que a sociedade lhe atribuía" (Ibid.:174), o que não é mais possível na atual sociedade, onde se antepõe um complexo sistema de mediações.

Dentro do sistema de necessidades, Agnes Heller faz uma distinção entre "necessidades existenciais" e as "necessidades propriamente humanas".

As "necessidades existenciais" são necessidades primárias, baseadas no instinto de auto-conservação (necessidade de se alimentar, necessidade sexual, necessidade de abrigo, necessidade de contato social, ...), embora não podem ser definidas como 'naturais', tendo em vista que só podem ser entendidas como necessidades concretas em um determinado contexto social (Ibid.: 170-1).

As "necessidades propriamente humanas" se distinguem das existenciais pelo fato de que nas primeiras, "o impulso natural não desenvolve nenhum papel". Heller se refere como objeto dessas necessidades propriamente humanas, entre muitos outros: "o descanso superior ao necessário para a reprodução da força de trabalho, a atividade cultural, o jogo entre adultos, a reflexão, a amizade, (...) etc." (Ibid.:171). Além das referidas, a autora aponta também para as necessidades humanas alienadas, tais como a necessidade de dinheiro, de poder e de posse, e entende que, "com o desenvolvimento do capitalismo e paralelamente à constrição da classe operária à luta pela satisfação tão somente das necessidades existenciais, as necessidades alienadas

têm tomado a dianteira sobre a maioria restante das necessidades propriamente humanas" (Ibid.:172).

As necessidades humanas não alienadas possuem, portanto, um caráter qualitativo, enquanto que as necessidades alienadas possuem um caráter quantitativo, sendo que "a acumulação infinita induzida pelas necessidades quantitativas-alienadas só pode ser obstaculizada pelas necessidades qualitativas, pelo seu progressivo domínio" (Ibid.:172).

A distinção, no entanto, entre as "necessidades existenciais" e "necessidades propriamente humanas" não-alienadas é relativa, podendo, em alguns casos, estas últimas incorporar e coincidir com as primeiras (como, por exemplo, a necessidade que o homem e a mulher têm um do outro).

Agnes Heller recupera de Marx o conceito de necessidades radicais, compreendendo "todos os carecimentos nascidos na sociedade capitalista, em consequência do desenvolvimento da sociedade civil, mas que não podem ser satisfeitos dentro dos limites dessa sociedade" (1982:33). Entende por radicalidade uma crítica total da sociedade baseada nas relações de subordinação e domínio (1983:140), sendo que os carecimentos radicais, enquanto necessidades humanas não alienadas, apontam para a superação dessa mesma sociedade. A autora elenca alguns carecimentos radicais entre os quais: "o de que os homens sejam postos em condição de decidir, no curso de uma discussão racional, sobre o desenvolvimento da sociedade, sobre o seu conteúdo, direção e valores"; "a igualdade de todos os homens nas relações pessoais e a eliminação da dominação social" (1982:144). E entende que as condições para a sua emergência estão presentes e podem ser identificadas no comportamento de grupos cada vez mais amplos da população. (1978:180).

Marx atribuiu ao proletariado a direção do processo revolucionário, identificando as necessidades radicais às necessidades da classe operária, que tenha alcançado a consciência de sua missão histórica. Aqui reside uma diferença fundamental com a concepção desenvolvida por Heller, a qual se

contrapõe à construção teleológico-filosófico do sujeito da história. A autora entende que o processo de transformação deve ser buscado por novas vias, que passam por mudanças profundas dos modos de vida - e funda essa possibilidade sobre a realidade, onde necessidades radicais podem ser verificadas empiricamente, como em movimentos contraculturais, em movimentos de comunidades, etc. Nessa perspectiva, "todos os estratos sociais que expressam carecimentos radicais podem tornar-se sujeitos de transformação revolucionária" (1982:33).

Os carecimentos radicais são os que permitem a reestruturação do sistema de necessidades. No entanto, observa Heller que "os homens têm uma determinada estrutura de carecimentos que não pode ser modificada de um dia para outro", sendo que a "tradição possui uma força imensa, sobretudo no que se refere a vida cotidiana, aos sistemas consuetudinários e a todos os carecimentos ligados a tais sistemas" (Ibid.:137). Em função, portanto, da continuidade da vida cotidiana, a transformação dessa estrutura de necessidades só pode ser consequência de uma revolução lenta e molecular.

As necessidades radicais não são necessariamente as mesmas para os diferentes estratos ou movimentos sociais. Mas, na medida em que estas necessidades se generalizam, possibilitam a formação de utopias racionais. Heller aponta que "uma utopia é racional precisamente na medida em que, enquanto idéia reguladora, serve para guiar uma ação presente em consonância com suas metas estabelecidas e sua dinâmica real" (Heller/Feher, 1985:143). As utopias racionais se contrapõem às utopias milenaristas, tendo em vista que a realização destas últimas "não depende da possibilidade de generalização de uma mentalidade utópica e de ações como as relacionadas, senão que depende da providência" (Ibid.:144), o que leva à espera de um destino transcendente. Já a utopia racional é pensada para o presente, onde os seus ideais indicam um fim (relativo), em direção ao qual se deve atuar "aqui e agora" (1983:152).

III

Em publicação mais recente, Heller tem utilizado o conceito de "sociedade insatisfeita" para poder elucidar um traço que se sobressai na modernidade ocidental.³ Com este conceito pretende compreender esta época do mundo sob a perspectiva das necessidades, ou mais especificamente, da criação, percepção, distribuição e da satisfação de necessidades. Isto se fundamenta na idéia de que a "insatisfação geral opera como uma potente força motivadora na reprodução da sociedade moderna" (Heller e Feher, 1989:162). Nesse sentido, o avanço das três lógicas de desenvolvimento distintas, na modernidade ocidental - industrialização, capitalismo e democracia⁴ - requer essa força motivadora de insatisfação.

Na época moderna, segundo Heller, a contingência inicial, que se dá pela circunstância do nascimento, não define a condição geral da existência humana. Ou seja, o nascimento situa a pessoa em um "contexto", onde nem as formas de vida à sua disposição, nem as possibilidades já estão determinadas. Tudo se torna possível, na medida em que "o próprio indivíduo se converte no portador de possibilidades (...)" (Ibid.: 165).

A autora entende que a contingência é um estado de possibilidades indeterminadas, sendo que a pessoa meramente contingente é aquela que não tem desenvolvido suas possibilidades mas que, ao mesmo tempo, não tem excluído por completo nenhuma possibilidade de realização. Dessa forma, "ao viver nossas vidas de um modo ou de outro, ao fazer opções, ao eleger uma ou

³ A autora entende que a modernidade pode ser descrita mediante muitas categorias, cada uma das quais possibilita a análise de um traço ou outro dessa época do mundo que é distinta das demais que a antecederam, e esclarece que o conceito de "sociedade insatisfeita" não designa um termo essencialista.

⁴ Sobre as três lógicas que operam nas sociedades modernas ocidentais de forma relativamente independentes, segundo dados históricos, ver análise realizada por Heller e Feher (1985:7-42).

outra profissão, ao dedicar-se a uma coisa ao invés de dedicar-se a outra, ao viver com determinada pessoa e não com outra, excluimos da realização certas possibilidades, ao tempo que realizamos outras" (Ibid.: 177). E quando nos damos conta de que deveríamos ter realizado outras possibilidades, ter feito outras opções, nos sentimos inseridos num estado de contingência com oportunidades limitadas e a própria liberdade reduzida. Mas se, ao contrário, nos damos conta de que não desejávamos ter feito outra escolha senão aquilo que temos realizado, então temos desenvolvido nossas "autênticas possibilidades" e deixamos de ser contingentes.

Por outro lado, ainda que cada pessoa seja portadora de possibilidades ilimitadas, ao fazer determinadas opções ou escolher uma determinada orientação na vida, confronta-se muitas vezes com um "contexto" adverso e muitas possibilidades não se concretizam. Daí a inevitável discrepância entre expectativas e experiências, que gera insatisfações.

Heller distingue dois tipos de necessidades que mantêm em movimento a "sociedade insatisfeita": os desejos e as necessidades de autodeterminação. Entende por desejos aquelas necessidades cuja satisfação se obtém através da riqueza, da fama e da posição social, enquanto que as necessidades de autodeterminação excluem esses meios de satisfação, bem como a utilização de poder sobre seres humanos. Entende a autora que os valores de liberdade e vida, bem como o valor condicional da igualdade, são universais - na medida em que "podem formar todo tipo de aspirações relacionadas com todos os tipos e formas de interações humanas, instituições, formas de vida que são definidas como 'bens', como 'valiosas'" (Ibid.:172). E nessa perspectiva, todas as aspirações humanas que se baseiam na igualdade e no reconhecimento livre e mútuo das pessoas (independentemente de serem relativos às relações entre sexos, amigos, associados, cidadãos), estão compreendidas no valor da autodeterminação.

Segundo a autora, "sentir-se satisfeito em uma sociedade insatisfeita" não significa a satisfação de todas as necessidades concretas. Recupera de Weber e Kant a idéia de que, diferentemente dos antepassados, o homem já não pode morrer "saciado de vida", na medida em que não consegue lograr tudo o que almeja. No entanto, o homem moderno pode superar sua situação de contingência, tornando-se sujeito de seu próprio destino. E "se alguém é consciente de que sua existência cria uma diferença, que deixa marcas no mundo, essa pessoa estará satisfeita com a totalidade de sua vida e poderá dizer que tem se convertido (...) (no) que tem sido capaz de converter-se" (Ibid.:178).

A busca da autoderminação pode se dar: (1) concentrando-se no desenvolvimento das próprias habilidades (autocentrimento), ou (2) projetando a autoderminação dos demais ao mesmo tempo que a de si próprio. E aspirar isto significa que, no estabelecimento de relações interpessoais, participando de grupos e instituições, a pessoa busca a autoderminação de seus companheiros em várias esferas sociais. Seja uma busca de autoderminação de forma direta ou indireta, ela não exclui a luta pela satisfação dos desejos, nem exclui a determinação externa. Nesse sentido "a autodeterminação não requer, nem sequer permite, uma liberdade absoluta, uma total e completa autonomia" (Ibid.:180).

O melhor caminho para mudar a situação de contingência, atesta a autora, é outorgar prioridade à satisfação das necessidades de autoderminação, sem renunciar à satisfação dos desejos. E isto supõe enfrentar-se com um "contexto", tentando mudá-lo, até onde seja possível, na direção que resulte em maior autoderminação. Esse processo não está isento de fracassos. Mas "se ao menos nossos contatos íntimos e amistosos se baseiam em uma reciprocidade simétrica, no respeito mútuo e em uma causa e alguns objetivos comuns, já teremos criado um espaço social de autodeterminação no qual nossa própria como a dos demais (...) podem contribuir para o incremento da

autodeterminação em grupos de bases mais amplas, assim como nas instituições" (Ibid.:190).

Heller tem sustentado, no decorrer de sua análise sobre as necessidades, a validade da idéia reguladora de que todos os carecimentos devem ser reconhecidos (com exceção daqueles que impliquem em utilizar os outros como simples meios). Nesse sentido, até mesmo a necessidade de não-participação deve ser reconhecida. A autodeterminação, portanto, não supõe uma participação ativa em todos os grupos ou instituições em que a pessoa esteja inserida, o que não seria possível mesmo numa sociedade autogovernada.

Finalmente, considerando estas reflexões mais recentes de Heller sobre as necessidades - onde as necessidades quantitativas são traduzidas por desejos e as necessidades qualitativas são pensadas em torno do valor da autodeterminação, observa-se uma ênfase sobre o presente, perdendo a radicalidade das necessidades o caráter de transcendência ou de uma necessária ruptura para outra sociedade. Esta mudança de enfoque em sua perspectiva emancipatória, se traduz na prioridade da democracia que, fundamentada nos valores de "vida e liberdade", pretende se sobrepor às dinâmicas da industrialização e do capitalismo. Correspondentemente, a nova ênfase deixa de lado a ótica original marxiana, de atribuir às necessidades um fundamento primariamente material, ao redor da disputa entre as classes sociais e a asignação à classe trabalhadora do papel teleológico do sujeito coletivo da história humana.

A busca da autodeterminação, conteúdo básico dessa radicalidade, pode se inserir nas várias esferas da vida social e de diferentes formas, cujas dinâmicas podem produzir mudanças profundas dos modos de vida de todas as pessoas.

1.2. Movimentos Sociais, Necessidades Radicais e Ética Democrática

Os movimentos sociais se originam, segundo Agnes Heller, em torno de um sistema de necessidades: são as carências insatisfeitas, independente de sua natureza (social, política ou cultural) as forças motoras dos movimentos (1985:214).

O processo de adesão de uma pessoa a um movimento é consequência de sua particular estrutura de necessidades, o que supõe uma dimensão subjetiva na determinação da carência. Segundo Nunes (1989:80) "a percepção da carência supõe (...) uma 'prática sensível' de um sujeito, que a percebe, ou, em outras palavras, é sua criação, invenção ou intuição".⁵

Por outro lado, a constituição dos movimentos, em diferentes níveis e dimensões, supõe a percepção de carências comuns. Segundo Durhan (1984:27) "é a carência que define a coletividade possível, dentro da qual se constituem a coletividade efetiva dos participantes do movimento". Nesse sentido, considerando a diversidade de necessidades ou carências, os movimentos sociais constituem coletividades também muito diversificadas entre si (de moradores, mulheres, negros, ecologistas, homossexuais, aposentados, etc.).

A mobilização de pessoas ou grupos, em torno de um problema decorrente da insatisfação de necessidades requer segundo Heller, um processo de transformação do carecimento enquanto "ausência" no carecimento enquanto "projeto" (1982:137). Se alguém está insatisfeito com alguma situação e expressa isso a outras pessoas, suas palavras podem cair em campo fértil - quando outros também estão insatisfeitos mas não expressam sua insatisfação - e o

⁵ O autor exemplifica que o aumento da taxa de mortalidade infantil, decorrente, entre outros fatores, da água contaminada e da presença de esgotos a céu aberto nas periferias urbanas, não determina a elaboração subjetiva da carência de um sistema de saneamento e de equipamentos de saúde. Sobre esses e outros fatores que compõem a precariedade de vida nas cidades, "é necessário que haja uma atividade do sujeito no sentido de elaborar seu sentimento originado desta vivência, sem o que não existirá carência alguma". (1989:81).

sentimento de que uma situação é injusta se amplia, bem como a pretensão de sua superação (1977:97).

Nas sociedades modernas, as necessidades e os desejos podem aparecer como "exigências", ou seja, as pessoas com necessidades exigem a sua satisfação e "ao proclamar essas exigências, as pessoas traduzem suas insatisfações pessoais em linguagem pública, em linguagem de justiça e de igualdade" (1989: 173). Nesse sentido, os movimentos sociais tendem a politizar temas sociais, convertendo problemas privados em questões públicas.⁶

Todas as necessidades apresentadas como exigências (ou direitos) são racionais, considerando que exigir significa que se dão razões para que uma necessidade concreta seja atendida. Segundo Heller, "as exigências em si mesmas pressupõem que certas necessidades estão publicamente reconhecidas por alguns" (1989: 175). Em certos contextos, as necessidades têm sua primeira aparição sob forma de gestos de desobediência e rebelião, sendo sua expressão não acompanhada de justificativas. Porém, essas mesmas necessidades podem se tornar racionais quando difundidas e justificadas mediante valores, o que possibilita o seu reconhecimento social.

Por outro lado, observa a autora que "o reconhecimento da realidade das necessidades não implica um reconhecimento de sua legitimidade", tendo em vista que "uma necessidade (só) pode ser reconhecida como legítima se sua satisfação não inclui a utilização de outras pessoas como meros meios" (Ibid.:175).

Os movimentos sociais podem ter sua ação voltada para a ampliação da satisfação de desejos, como de necessidades de autodeterminação. No atual

⁶ Segundo Durhan (1984:29), "a transformação de necessidades e carências em direitos", que ocorre no interior dos movimentos sociais, pode ser entendida como um amplo processo de redefinição da cidadania. Também para Paoli (1989:42), a noção de cidadania é claramente reformulada pelos movimentos sociais, considerando o seu sentido político clássico, "enquanto direito à representação pelo voto e às garantias e liberdades civis, tendo como unidade o indivíduo". Entende que na prática desses movimentos, emerge a noção de "cidadania coletiva", na luta pelo reconhecimento público de suas demandas.

momento da modernidade ocidental, o imaginário social está mais centrado nos carecimentos definidos como desejos, embora ambos os tipos de experiências possam ser combinados na pauta de luta dos movimentos.

Agnes Heller, em trabalho com Ferenc Feher (1985), caracteriza os novos movimentos sociais: 1) como mobilizando sua ação em torno de uma ou mais questões, não tendo a pretensão de totalidade no entendimento social (o que leva a defini-los como movimentos-problema); 2) como interfuncionais, não havendo uma relação necessária com a função específica que seus integrantes assumem na divisão social do trabalho; 3) como dotados de um caráter público, o que significa que declaram publicamente seus objetivos, muitas vezes inclusive suas táticas e estratégias, pressupondo a utilização de meios de comunicação para a divulgação de suas questões; 4) como mobilizações cuja adesão não pressupõe requerimentos formais, mas uma aceitação ativa das metas do movimento, sendo a solidariedade ou dedicação de tempo e energia para a causa comum seus imperativos morais; 5) como primariamente sociais e não diretamente políticos, no sentido de que objetivam a mobilização da sociedade civil e não a obtenção do poder; 6) como descontínuos, ou seja, não há um crescimento linear do movimento: eles surgem, eventualmente perdem impulso, desaparecem (com o alcance, ao menos em parte, de suas metas, ou quando perdem as expectativas de sua efetivação), ou se rearticulam a partir de novas questões, sendo que a baixa organização estrutural contribui para seu caráter de descontinuidade.

O caráter "novo" atribuído aos movimentos sociais, não se prende a um critério de temporalidade mas ao diagnóstico de uma cultura política pós-moderna que perpassa muitos movimentos sociais. Os autores entendem a pós-modernidade não como um período histórico mas "como o tempo e espaço privado-coletivo, dentro do tempo e espaço mais amplo da modernidade, delimitada pelos que têm problemas ou dúvidas com a modernidade, por aqueles que querem submetê-la à prova e por aqueles que fazem um inventário dos

logros da modernidade, assim como de seus dilemas não resolvidos" (1989:149). A condição política pós-moderna se encontra depois das "grandes narrativas" ou dos grandes esquemas explicativos, e tem como premissa a pluralidade de culturas e discursos ou a co-habitação entre várias pequenas narrativas (locais, culturais, étnicas, religiosas, ideológicas) (1989:153-4).

Heller rejeita uma visão teleológica dos movimentos, que *a priori* os concebe como portadores de novos valores ou como atores privilegiados da transformação social. Sua análise, com base num relativismo condicional, permite identificar os movimentos sociais segundo a radicalidade ou não de suas demandas. Nesse sentido, entende a autora que o movimento operário, em sua origem, propunha satisfazer necessidades notadamente particulares (alimentação, moradia, jornada de trabalho reduzida, etc.), porém os meios utilizados conduziam à superação da particularidade⁷, o que se expressava numa nova forma de vida cotidiana (1977:180). Mas, analisando o movimento operário na Europa e Estados Unidos, observa que tem mudado o nexo entre conteúdo ideológico da luta econômica e a conduta de vida cotidiana, "onde esta luta não surge de uma visão totalmente nova de sociedade em seu conjunto: o fim é a satisfação das motivações particulares no seio de uma determinada ordem social" (Ibid.:180). Acrescenta que esse movimento não poderá ser hoje autônomo, se estiver restrito à luta pela satisfação de necessidades unicamente particulares, o que o torna completamente vulnerável à integração capitalista.

A autora vislumbra a potencialidade emancipadora de alguns movimentos, contribuindo para a "decadência ou decréscimo da legitimação das forças de dominação" (1985:214). E considerando "o caráter descentrado do sistema social", entende que "as ações emancipadoras não têm que centrar-se

⁷ Particularidade para Heller está associada à auto-conservação, identificada com as convenções e exigências do sistema, o que, se contrapõe à individualidade, quando "a vida se converte em objeto para o próprio homem, isto é, quando o homem pode viver para-si-mesmo conscientemente como gênero (...)" (1978: prefácio).

na mudança de um único centro dominante e omnímodo, senão que devem levar-se a cabo em todos os sistemas e subsistemas, em todas as esferas da sociedade, incluída a vida cotidiana" (1989:184). A ação emancipadora se torna assim difusa, não havendo mais necessidade de que o conjunto dos atores, que objetivam a emancipação, somem suas forças sobre um único centro organizador, o que possibilita que grupos diferenciados de atores atuem em distintas esferas sociais.

Conforme já mencionado, Agnes Heller analisa a modernidade ocidental a partir de três lógicas de desenvolvimento distintas - industrialização, capitalismo e democracia, sendo que o avanço dessas lógicas supõe a força motivadora da insatisfação. Nessa perspectiva, entende que "os que estão comprometidos com a democracia estarão insatisfeitos com o presente estado de coisas, no qual a lógica democrática está ainda limitada em um grau muito reduzido, e subordinada à lógica da industrialização e do capitalismo" (1989:163). E a partir dessa insatisfação, alguns se sentirão motivados, juntamente com outros também insatisfeitos, a atuar em alguns espaços sociais, no sentido de criar dinâmicas dirigidas a uma radicalização da democracia.

Heller procura mostrar que a modernidade ocidental, da forma como se encontra, não exclui a possibilidade de uma ampliação da autodeterminação, e o fato de as sociedades modernas terem perdido seus centros organizadores (não desconsiderando a relevância do Estado na reprodução das relações sociais) oferece maiores possibilidades para projetos de democratização. Esta perspectiva é bastante distinta da proposta pela ortodoxia marxista, que via a tomada do Estado como central para a sua proposta emancipatória.

Os processos de uma dinâmica de democratização podem ser agrupados em suas modalidades: os que são desencadeados em uma instituição, em um projeto, em uma esfera cultural, etc.; e os que são desencadeados em um aspecto da vida e à nível de várias instituições. Os primeiros podem ser verificados em fábricas, oficinas, escolas, comunidades agrícolas, associações,

autogestionadas, bem como em outras práticas, projetos e movimentos em que os envolvidos são partícipes efetivos nas decisões. Já os segundos processos são de maior amplitude, abarcando objetivos transinstitucionais, como é o caso do feminismo, o qual é definido pela autora como um dos movimentos mais significativos para a autodeterminação nos últimos tempos (1989:187).

Os movimentos sociais, ao expressarem na esfera pública suas necessidades, sejam estas elementares ou radicais, fundamentam-se em determinados valores e em determinada concepção de justiça. Suas demandas se relacionam, em última instância, aos valores de liberdade e vida, embora tenha levado muito tempo para que ambos os valores obtivessem centralidade ou um caráter universal.⁸

As normas e regras que constituem os grupos humanos são de tipos diferentes e estão em consonância com as idéias de justiça que caracterizam as distintas sociedades. Quando um conjunto de normas e regras se dão por assentadas, pode se ter como fórmula geral e abstrata de justiça: "as normas e regras que constituem um grupo humano devem ser aplicados de maneira consistente e contínua a todos e a cada um dos membros de dito grupo" (1989: 198), o qual pode ser aplicado a todo caso concreto de justiça. Nessa perspectiva, uma ação pode ser considerada injusta: 1. quando as normas e regras são aplicadas de forma inconsequente; 2. quando aplicadas de maneira descontínua, e 3. quando as normas e regras aplicadas são distintas daquelas que constituem esse grupo humano.

⁸ Em relação ao marxismo, Heller e Feher (1986:122) entendem que sua "principal corrente (...), na época áurea, não gerou valores morais e cívicos que tenham conduzido a políticas democráticas particulares". A moral, na tradição marxista, era entendida como simples superestrutura da base econômica, sendo que a questão dos valores foi deixada de lado. Somente o valor da "solidariedade" era tido com grande apreço. O marxismo kantiano foi que primeiro identificou essa lacuna, tendo por base o impacto provocado pela política russa já nos primórdios da revolução. Segundo o parecer desses autores, "os marxistas kantianos foram suficientemente sensíveis para detectar a conexão intrínseca entre escolhas morais e políticas, assim como estavam conscientes do perigo que sobreviria se esta conexão não se verificasse".

Por outro lado, normas e regras assentadas podem passar a ser questionadas ou entendidas como injustas em virtude de determinadas necessidades ou interesses. Para Heller, "as necessidades e interesses motivam conflitos centrados em exigências de justiça, porém não podem determinar se as normas e regras são verdadeiramente justas" (1989:204). E propõe que o critério último para servir de referência deve ser formulado com base nos valores incondicionais de liberdade e vida: "igual liberdade para todos, iguais oportunidades de vida para todos". A igualdade é tida como um valor condicional, que deve estar relacionado aos dois outros valores (não interessa uma igualdade na pobreza ou na carência de liberdade).

Procedendo a uma análise, na modernidade, sobre a história da justiça dinâmica - quando normas e regras assentadas são questionadas e é proposta a institucionalização de outras alternativas - pode-se verificar um traço comum em cada conflito concreto provocado por exigências de justiça, ou seja, "a exigência de que um grupo concreto de pessoas tem que desfrutar das mesmas liberdades, ou as mesmas oportunidades de vida, iguais às de outro grupo" (1989:205). No entanto, a institucionalização de novas normas, consideradas mais justas, não é por si só suficiente: "sua aplicação conseqüente e contínua é também uma condição prévia de justiça social" (Ibid.:207).⁹

Na medida em que os grupos exigem igualdade de liberdade, proclamam por uma justiça política e quando exigem as mesmas oportunidades de vida, demandam por uma justiça social. A justiça social e a justiça política estão fortemente vinculadas. Um grupo que aspira justiça social pretende lograr as mesmas condições de vida ou ao menos uma ampliação de suas

⁹ Além do direito consuetudinário, do sistema jurídico estatal, dos códigos morais, a religião também se constitui em um dos organizadores e reguladores da vida cotidiana, podendo a ética religiosa mediar a interiorização de valores genéricos universais (Heller, 1977:190-1). Daí a importância que assume o tema da justiça social para determinadas práticas religiosas e os conflitos que decorrem com base nos "direitos naturais" ou "transcendentes".

possibilidades em relação a outros grupos sociais, e se esse grupo adquire as mesmas liberdades, aumentam suas possibilidades de protesto e, conseqüentemente de que melhorem suas condições. Por outro lado, as condições de vida podem ser melhoradas sem que tenha repercussão sobre a liberdade (no caso de sistemas totalitários), o que leva Heller a compartilhar com J. Rawls quando afirma que a igualdade de liberdade deve ter prioridade. Nessa perspectiva, o estabelecimento de uma democracia formal é condição preliminar mas não suficiente para que carecimentos radicais possam ser satisfeitos (1982:137).

A concepção geral de justiça de Rawls, assumida em parte por Heller, preconiza que "os bens sociais sejam distribuídos igualmente, a menos que uma distribuição desigual seja vantajosa para os marginalizados" (Tucker,1983:171). Esta última distribuição, se baseia na chamada estratégia "maximínima", em que normas e regras são aceitas como justas a partir de uma "posição original hipotética". Esta significa que todos os envolvidos maximizariam suas condições, se as piores expectativas sobre sua posição pessoal fossem concretizadas num contexto distributivo.¹⁰

A aplicação dessa concepção geral de justiça é bastante polêmica, na medida em que procedimentos nela respaldados podem infringir direitos já reconhecidos¹¹. No entanto, é importante que seja ressaltada, enquanto uma perspectiva possível de ser identificada no imaginário de muitos movimentos sociais.

Considerando os valores incondicionais de liberdade e vida, a institucionalização de normas e regras deve ser resultado de uma negociação ou discurso, em que os conflitos de valores se resolvem por meio de uma argumentação racional. Embora aparentemente remota, essa perspectiva, baseada na contribuição de Apel e Habermas, tem se traduzido em necessidades radicais

¹⁰ Ver análise que Tucker (1983) realiza da proposta rawlsiana, incluindo-a no que denomina de "individualismo radical".

¹¹ Ver crítica de Nozick, in Tucker (1983:183-8).

de vários movimentos, em diferentes esferas sociais, que procuram desencadear dinâmicas que se aproximam de modo plausível a essa proposta. A aspirada igualdade de liberdade e direitos políticos para todos não encerra os conflitos de justiça em uma ou outra instituição concreta, mas "tais direitos proporcionam o autêntico marco dentro do qual tanto os conflitos políticos como os sociais podem resolver-se mediante a negociação e o discurso" (1989:208).

Tal perspectiva de ampliação da lógica democrática supõe reformas institucionais, que incluem a democratização do Estado. Nessa direção, Heller e Feher apresentam uma proposta de "Estado mínimo e máximo". Defendem a idéia de um Estado mínimo¹², com uma interferência reduzida na vida cotidiana, "para assegurar uma pluralidade de estilos de vida e a liberdade negativa" (1985: 146). E simultaneamente, um Estado máximo ou forte¹³, no sentido de que sua força estaria no auto-governo. Nesse sentido, o país não seria apenas governado pelo consentimento majoritário, mas através da participação ativa de grande parte dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, em diferentes níveis, o que enfatiza a liberdade positiva e sua condição de liberdade política.

A proposta do "Estado mínimo e máximo" pressupõe, consequentemente, um desafio à burocracia e à hipercentralização, e por outro lado, a legitimação das instituições democráticas (Ibid.:143).

Em suma, a releitura que Agnes Heller procede de Marx, com incisividade no tema das carências, transcende em seus resultados a perspectiva marxiana, seja pela tentativa de sistematização, o que possibilita a utilização desse referencial como um enfoque analítico dos movimentos sociais;

¹² Na proposta de Estado mínimo, é integrada a perspectiva liberal (particularmente de Nozick) de que a restrita interferência do Estado na vida dos cidadãos lhes possibilita maior liberdade.

¹³ Na proposta de Estado máximo é incorporada a contribuição de H. Arendt, a qual sustenta que a força de um Estado democrático não reside na extensão de seu poder mas no apoio de seus cidadãos. No entanto, os autores entendem que sua ênfase exclusivamente na liberdade política é indevida.

seja pelo desdobramento político, apresentando alternativas compatíveis com uma perspectiva pluralista, e portanto aberta, de transformação social.

Seguindo este enfoque na análise dos movimentos sociais na América Latina, e considerando a exigência de ele ser devidamente contextualizado, é possível identificar um nexo dialético entre necessidades existenciais (de sobrevivência) e necessidades radicais (de autodeterminação) nas práticas empreendidas por vários movimentos, o que lhes confere uma potencialidade ofensiva e emancipadora. A potencialidade se efetiva precisamente na constituição de experiências que contribuem para a deslegitimação das várias forças de dominação e para o fortalecimento das instituições democráticas, bem como na constituição de novos modos de vida, fundamentados no desenvolvimento de necessidades qualitativas. E essa radicalidade, incorporada à demanda dos movimentos, é o que lhes atribui autonomia, e o que lhes possibilita resistir à neutralização pela ordem capitalista.

É com esse suporte teórico que faremos uma análise de uma organização de moradores de Florianópolis, que tem se destacado na periferia da cidade pela reorientação de sua dinâmica interna para a realização de projetos de auto-gestão, e pela crítica das formas centralizadoras de poder.

CAPÍTULO 2

AS ORGANIZAÇÕES DE MORADORES NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

A evolução histórica das organizações de moradores em Florianópolis está marcada pelo entrecruzamento complexo de diversos atores sociais e políticos com distintos interesses, compromissos e perspectivas de ação, cuja dinâmica tem refletido sobre a orientação interna de cada organização. Nesse processo, pretende-se ressaltar o papel desempenhado pela ação governamental e pela Igreja Católica no fomento das mobilizações comunitárias, bem como a articulação entre as diferentes organizações e movimentos de moradores que têm se constituído no espaço urbano, com vistas a um exercício coletivo de cidadania e que tem marcado a experiência do Conselho Comunitário do Mont Serrat, objeto do presente estudo.

2.1. Política Estadual de Formação de Conselhos Comunitários

A gênese das organizações de moradores no município está associada à iniciativa estatal e mais particularmente à política de ação comunitária do governo de Antônio Carlos Konder Reis (1975-78), definida a partir de um decreto assinado em 1977, que tratava da criação e funcionamento dos conselhos comunitários no Estado de Santa Catarina. Este decreto se inseria entre as estratégias do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), do regime militar, que previa a realização de políticas redistributivas concomitantes ao processo de crescimento econômico, no qual se incluía o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (1975). Tal política buscava uma base de legitimidade social, antecipando ao mesmo tempo mecanismos que possibilitassem um controle das formas de organização da população.¹

¹ A esse respeito, ver MACHADO, Simone M. "O processo de formalização jurídico-institucional dos conselhos comunitários em Florianópolis (1977-83): um caso de oposição sistemática". Dissertação de Mestrado, UFSC, 1990.

O "Programa Estadual de Estímulo e Apoio à Criação e Funcionamento dos Conselhos Comunitários, que implementava o referido decreto, foi inicialmente desenvolvido pela Supervisão de Ação Comunitária (SAC), órgão ligado ao Gabinete do Governador, passando, a partir de 1979, no governo de Jorge Konder Bornhausen (1979-82), para a responsabilidade da Fundação Catarinense de Desenvolvimento da Comunidade (FUCADESC).

O conselho comunitário era concebido como uma entidade de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja estrutura e funcionamento deveria se adequar a um estatuto-padrão.² Em 1979, no entanto, outro decreto ampliou a participação no programa para outras formas de organização comunitária, permanecendo, porém, no processo de formalização dessas organizações, a homologação do estatuto e da diretoria pelo Governador do Estado.³ Somente em 1986, no final do governo de Espiridião Amin, foi reconhecido o direito de autonomia na definição da estrutura e funcionamento das entidades comunitárias.⁴ Tais mudanças decorreram das reações de moradores de algumas áreas contra algumas restrições estabelecidas, ao mesmo tempo em que se ampliava o número de associações que se formavam independentes da iniciativa do Estado.

Até então, o procedimento metodológico para a organização de um conselho comunitário, em determinado bairro ou localidade, passava pela formação de uma comissão provisória constituída por alguns moradores interessados, indicados em geral em reunião comunitária. Freqüentemente, o interesse partia de alguns "cabos eleitorais" dos partidos governantes ou da cobrança do próprio poder público que condicionava o atendimento de

² Cf. decreto n. 2840, de 16/06/77.

³ Cf. decreto n. 8558, de 20/08/79.

⁴ Cf. decreto n. 28.864, de 28/04/86.

reivindicações de moradores ao seu encaminhamento por uma organização local reconhecida (conselho comunitário).

A comissão provisória elaborava um estatuto com base no estatuto-padrão e encaminhava o processo de eleição. Em assembleia geral, da qual participavam os associados previamente inscritos, era discutido e aprovado o estatuto e eleita a diretoria. Após registro em cartório, declaração da entidade como de utilidade pública e publicação em Diário Oficial do extrato do estatuto e da diretoria, já homologados pelo governador do Estado, o conselho comunitário estava devidamente formalizado. A conclusão desses trâmites possibilitava ao conselho ser reconhecido como representante dos interesses comunitários, e tornava a organização habilitada para o estabelecimento de convênios.

O processo de formalização do conselho comunitário era, em geral, acompanhado por técnicos da área social, que auxiliavam os moradores interessados, na realização de um estudo e diagnóstico sócio-econômico, onde eram levantadas as necessidades e potencialidades da comunidade, com vistas à elaboração dos primeiros projetos de trabalho do grupo.

A nível municipal, esse trabalho de assessoria aos conselhos comunitários era desenvolvido pela Prefeitura, através de convênio com a FUCADESC. Este convênio foi rompido em 1985, quando a Prefeitura foi assumida interinamente pelo presidente da Câmara Municipal, então do PMDB. O trabalho junto a essas organizações de moradores voltou, então, à responsabilidade da FUCADESC, que foi extinta em 1987 quando o PMDB assumiu também o governo do Estado. Parte da estrutura do órgão foi incorporada à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Comunitário.

Durante o período de vigência dessa política estatal de formação e acompanhamento dos conselhos comunitários, outras organizações de moradores foram surgindo de forma mais independente, ou por influência da ação da

Igreja Católica popular em áreas da periferia do município, o que provocou alterações na dinâmica geral dessas organizações.

2.2. Atuação da Igreja e a Formação de Associações de Moradores na Periferia

A Igreja Católica já vinha atuando nas áreas mais carentes do município, principalmente a partir da década de 70⁵, com os trabalhos de grupos de jovens ligados ao EMAIS ou ao Grupo Pólen. Através desse trabalho voluntário, ligado a setores mais conservadores, procurava-se levar a doutrina católica para essas áreas e prestar algum trabalho de assistência às famílias.

Com outra perspectiva de trabalho, em meados dos anos 70, algumas irmãs se desligam da Ordem da Divina Providência e passaram a residir em áreas da periferia do município, onde procuravam mobilizar a população em trabalhos comunitários, principalmente na construção de creches e postos de saúde. Esse grupo de irmãs, que formaram uma nova Congregação chamada Fraternidade e Esperança, desenvolvia trabalhos em várias comunidades (Mont Serrat, Sacos dos Limões, Morro do Mocotó, Morro da Caixa-continente, Morro do Flamengo e Vila Aparecida). Para apoio aos trabalhos, criaram o Grupo Alfa-Gente, entidade sem fins lucrativos, que permitia o estabelecimento de convênios, inclusive com algumas instituições estrangeiras. Estas irmãs contavam ainda com o trabalho voluntário de sanitaristas e outros profissionais e de pessoas das próprias comunidades, bem como com recursos provenientes de doações. Atualmente, suas atividades estão concentradas no Morro do Mocotó, Vila Aparecida e Morro da Caixa, tendo contribuído significativamente para a organização dessas comunidades, na luta por suas necessidades básicas.

⁵ Antes dessa época, havia trabalhos mais isolados como o realizado por um padre no Mont Serrat, já no final da década de 50.

Ainda no decorrer da referida década, deve-se mencionar o trabalho de um padre junto à Assessoria Religiosa a Movimentos de Juventude, na formação de grupos de jovens também na periferia do município, o qual contribuiu na formação de lideranças que vieram a ter posteriormente uma participação ativa em movimentos populares ou em partidos políticos. Em 1977, um fato político marcou esse trabalho, quando foi comemorado os 70 anos da diocese de Florianópolis, reunindo-se em torno de 2000 jovens de todas as paróquias, o que culminou em manifestações de protesto contra o regime autoritário.

Por volta de 1978, surgiu entre estudantes universitários o Grupo Alternativa Cristã que, fundamentados numa crítica à Igreja tradicional, tinha por objetivo desenvolver uma militância cristã não eclesial (onde a figura do padre não era mais central), junto à comunidade universitária. O grupo foi incorporado posteriormente pela Pastoral Universitária. No interior dessa Pastoral, havia um setor que defendia um trabalho para além dos limites da universidade - junto às comunidades da periferia - que contribuísse num processo de transformação social. Com essa perspectiva, foi iniciado um trabalho no Morro do Horácio (1982), de formação de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB)⁶, que contribuiu posteriormente na formação de uma associação de moradores do local.

Outros estudantes, principalmente do Curso de Serviço Social, também se motivaram a trabalhar na periferia, destacando-se o trabalho de estagiárias do referido curso na Serrinha e no Morro da Penitenciária, através da Paróquia da Trindade. Em ambas as comunidades, o trabalho junto aos Grupos

⁶ As CEBs são grupos que se formam junto às paróquias, por iniciativa de religiosos ou leigos, que motivados pela fé, assumem o compromisso com a transformação de sua realidade. Seg. Frei Betto (apud LOPES, 1984:27), as CEBs geralmente se iniciam através de grupos de reflexão ou círculos bíblicos onde a comunidade discute seus problemas familiares, profissionais e comunitários. Nessa discussão e na busca de soluções, as comunidades passam por um processo crescente de organização, que resulta, freqüentemente, na formação de associações de moradores ou no engajamento em lutas sindicais ou partidárias.

de Reflexão serviu de base para uma organização dos moradores, na luta por necessidades básicas da população (água, saneamento básico, creche, regularização da posse da terra, entre outras).

Por outro lado, em 1982, um padre que recém havia concluído o curso no Instituto de Teologia de Santa Catarina (ITESC), resolveu morar no Mont Serrat. A partir daí, seminaristas desse Instituto através de um movimento interno, decidiram morar também na periferia, colocando-se mais próximos da população carente. Outras religiosas foram posteriormente se somando ao trabalho nessas áreas.

Fundamentados na Teologia da Libertação, esses grupos de religiosos ou de leigos, em várias frentes de trabalho na periferia, pretendiam assumir um papel de animadores de um processo em que a população se tornasse sujeito de sua própria "caminhada", vivenciando experiências que buscassem uma nova forma de viver em sociedade, motivados pela ética cristã. O ideal de uma vida digna a todos os cristãos, nesse sentido, legitimava a luta cotidiana pelo atendimento de suas necessidades concretas, assumindo a prática pastoral a estratégia política de contribuir para a conquista dos direitos sociais, por parte dos setores populares.

Os encontros entre os grupos pastorais, organizados pela Coordenação das CEBs de Florianópolis e os encontros à nível estadual, principalmente em Joinville e Chapecó, onde o trabalho estava mais desenvolvido, possibilitava um intercâmbio entre as experiências e uma reflexão mais aprofundada da realidade social. Nestes encontros, uma das diretrizes definidas foi o apoio às organizações de moradores já existentes e o incentivo à criação de outras associações ou formas organizativas. A luta pela terra, tema de várias discussões, foi uma questão concreta assumida pelas comunidades da periferia de Florianópolis, que contou com o apoio e assessoria da Comissão de Justiça e Paz e da Comissão do Solo Urbano, ambas ligadas à Igreja, a partir de 1984 e 1985, respectivamente.

A Comissão do Solo Urbano, formada por profissionais e por representantes das comunidades com problemas de terra, acabou se desarticulando, sendo criado, em dezembro de 1987, o Centro de Apoio e Promoção ao Migrante (CAPROM), por iniciativa também de setores da Igreja. Entretanto, divergências quanto à linha de ação da entidade provocaram uma ruptura interna de grupo, passando o CAPROM a ter uma atuação mais independente da estrutura da Igreja e se afastando de setores com posições mais assistencialistas do trabalho popular.⁷

Através do apoio de uma vereadora do PMDB (atualmente do PSDB), que na época era diretora do Departamento de Saúde Pública (DSP), o CAPROM conseguiu uma sede junto a esse órgão, contando também com dois funcionários remunerados pela Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP), na gestão de Edson Andrino (1986-1988). A entidade também passou a receber recursos de instituições estrangeiras para a sua manutenção. O CAPROM tem prestado assessoria ao Movimento dos Sem-Tetos e apoiado em especial as novas ocupações, que começaram a se dar de forma coletiva e organizada no município.

Também nessa época (final de 1987), foi fundado o Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP), uma associação civil que também tem por objetivo prestar assessoria aos movimentos populares. Liderada pelo padre do Mont Serrat, o CEDEP atua de forma integrada ao CAPROM, voltando-se prioritariamente à formação política de lideranças das comunidades da periferia e à assessoria na criação e desenvolvimento de organizações populares, tais como associações de moradores; movimentos específicos ligados à educação, saúde, terra, mulher, desemprego; cooperativas populares de consumo e outras.⁸ Ambas as entidades, contam, por sua vez, com assessoria jurídica, de

⁷ Cf. depoimento da Coordenadora do CAPROM, jun/90.

⁸ Cf. documentos do CEDEP.

imprensa, de arquitetura e de profissionais da área social no desenvolvimento de seus trabalhos.

Embora a Igreja Católica popular no Brasil vem tendo sua ação restringida sob várias formas e condicionada a buscar novas estratégias para o trabalho pastoral, em Florianópolis, como já visto, ela vem contribuindo para a mobilização dos moradores especialmente da periferia do município e atuando como uma mediadora na articulação de suas organizações.⁹

2.3. Articulação das Organizações de Moradores: Constituição da UFECO e da Comissão de Associações de Moradores da Periferia

Através de um processo de aproximação entre as comunidades da periferia, que contou fundamentalmente com a contribuição da Igreja, as organizações de moradores iniciam uma articulação, principalmente em função dos problemas de regularização da posse da terra e de infra-estrutura. Essa articulação adquire uma visibilidade pública num momento específico de transição política brasileira, marcado pelo início da Nova República (1985). Mesmo presidida pelas elites políticas, a nova configuração político-institucional do país gerou expectativas de mudanças a partir dos compromissos assumidos com: "1. a remoção do entulho autoritário; 2. a convocação da Assembléia Nacional Constituinte; e 3. a proposta do pacto social" (MOISÉS, 1986:116). Entre seus desdobramentos se inseriu a eleição direta para os prefeitos das capitais, que resultou na mobilização de forças políticas e sociais, entre as quais, em Florianópolis, a das organizações de moradores.

⁹ A substituição recente do bispo da diocese de Florianópolis por outro de posição mais conservadora sugere, no entanto, que os trabalhos pastorais no município encontrarão maiores dificuldades para se desenvolver daqui para frente.

As organizações da periferia e outras associações mais independentes (como as da Lagoa, Agronômica, Sambaqui), reuniram-se para a elaboração de uma pauta conjunta de reivindicações, que foi discutida com os candidatos à prefeito. Eleito o candidato do PMDB, com propostas de mudanças na administração municipal, essas organizações se mobilizaram para negociar com o prefeito, as formas de participação das organizações de moradores nessa gestão.

A nova demanda emergente dessas organizações de "participação com autonomia", se situava entre a) a crise de um modelo de institucionalização das organizações de moradores, cujo processo é marcado: 1. pela emergência de associações que se estruturam de maneira distinta ao regulamentado pela FUCADESC; 2. pelo rompimento, por parte da prefeitura, de convênio com esse órgão estadual; 3. pela revisão da política de ação comunitária do Estado (e que resultou, em 1986, num decreto em que é reconhecido o direito à ampla autonomia na definição da estrutura e funcionamento das entidades comunitárias); 4. pelo processo de extinção da FUCADESC, e b) a estruturação gradativa de um novo padrão de interação com as organizações de moradores, que procurava se adequar às novas formas e demandas dessas organizações.

A nível municipal, na gestão de 1986-88, esse processo teve como indicativos: 1. a incorporação da "participação popular" no discurso da política da nova administração; 2. a criação de uma Coordenação de Movimentos Sociais, junto ao Gabinete do Prefeito; 3. o estabelecimento de reuniões periódicas entre o conjunto das organizações de moradores e o prefeito; 4. o agendamento semanal de atendimento da Prefeitura às organizações comunitárias; 5. a definição de um critério de atendimento às questões coletivas ou comunitárias mediante o encaminhamento pelas organizações do bairro ou localidade; 6. a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento, de Transporte e de Turismo, com representantes das organizações de moradores em sua composição; 7. a discussão do orçamento municipal com as associações; e 8. o projeto de

formação de um Conselho Popular junto à administração municipal (que não foi concretizado).

Vários encontros entre as organizações de moradores foram realizados no decorrer do ano de 1986, que passaram a contar com a participação de alguns conselhos comunitários. Num desses encontros, sediado no Mont Serrat, foram formadas duas comissões: uma para discutir a possibilidade de formação de uma União Municipal de entidades de moradores e outra para discutir o orçamento municipal para o próximo ano.

Aumentou, consideravelmente, nessa época, o número de organizações de moradores no município, contando especialmente com o estímulo da nova administração, sendo que em alguns bairros ou localidades, elas surgem paralelas aos conselhos comunitários já existentes. Também nessa época, a Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), do governo federal, incentivou a formação de associações de moradores, tendo em vista a possibilidade de repasse de recursos a projetos comunitários, através de entidades locais, legalmente constituídas.

No decorrer do processo de discussão do orçamento municipal¹⁰, as organizações de moradores da periferia foram avaliando que a heterogeneidade na composição da comissão não permitia uma posição mais combativa das organizações, e tinham receio de cooptação e controle do PMDB na formação da União Municipal. Por outro lado, entendiam também que não havia discussões suficientes junto às bases para a formação da União.

Com base nessa avaliação, as organizações da periferia resolveram se afastar do processo de criação da federação municipal de moradores, bem como dos mecanismos de consulta e participação do poder municipal. O resultado das discussões sobre o orçamento decepcionou os participantes da periferia, tendo

¹⁰ A esse respeito ver MENDONÇA, P.S.M. "Avaliação do processo orçamentário com participação popular da Prefeitura Municipal de Florianópolis". Dissertação de Mestrado em Administração Pública, UFSC, 1990.

em vista que a proposta apresentada pelas organizações pouco alterou o que já estava previsto pelos técnicos da prefeitura.

As demais organizações, que vinham participando de articulação entre as associações de moradores, deliberaram pela criação da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, fundada no início de 1987, com 32 organizações.¹¹

A UFECO foi criada mesmo sem uma discussão maior junto às organizações de moradores, tendo em vista a intenção de lideranças mais conservadoras, ligadas à recém-criada FAMESC (Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina), de fundar uma entidade à nível municipal. Para garantir uma orientação distinta da federação estadual e visando uma atuação mais autônoma em relação ao poder público, o processo de formação da entidade municipal foi acelerado. No entanto, com a saída das comunidades da periferia, as organizações mais independentes perderam a hegemonia, sendo que a diretoria eleita ficou com uma composição bastante heterogênea, com representantes ligados aos mais diversos setores e partidos. Ainda no primeiro ano da entidade, alguns membros ligados às associações mais independentes se desligaram da diretoria, conferindo um perfil mais conservador à União Municipal.

Por outro lado, as organizações de moradores da periferia permaneceram de alguma forma interligadas. No decorrer de 1988, é articulada no Mont Serrat, a candidatura a vereador de um representante da periferia, tendo-se definido que a candidatura seria apresentada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em função de sua identificação com as lutas populares. Foram formados comitês de apoio em várias comunidades, sendo que a campanha se fundamentou principalmente em encontros com projeção de "slides" sobre a periferia e discussões sobre as condições de vida nessas áreas. O resultado foi uma votação expressiva (813 votos), ficando o representante de periferia como

¹¹ Para um maior conhecimento sobre essa federação municipal, ver LUCHMANN, L.H.H. "Cotidiano e democracia na organização da UFECO". Dissertação de Mestrado, UFSC, 1991.

o 2º candidato a vereador mais votado pelo PT, o que lhe conferiu a condição de suplência do vereador eleito, ligado ao movimento sindical.

O PT, até então, não tinha uma ação sistemática junto às organizações de moradores, como tampouco uma posição unificada quanto à perspectiva dos movimentos de moradores como um todo. Alguns militantes estavam ligados à UFECO e defendiam que se deveria apoiar a unificação das organizações e lutar pela hegemonia dentro da União; enquanto que militantes ligados à Igreja entendiam que não era estratégica a unificação, embora admitissem a possibilidade de articulação de algumas lutas, mantendo-se, no entanto, cada qual sua identidade¹².

Em 1989, foi realizado o Encontro Estadual de Movimentos Populares, organizado pelo Diretório Estadual do PT, onde as organizações da periferia se fizeram representar. Nesse encontro foi enfatizada a concepção estratégica do movimento popular, o qual é considerado como fundamental na construção do socialismo e na luta contra o Estado burguês. Nessa perspectiva, a orientação do partido foi de que a autonomia do movimento deve ser respeitada – sem recair, no entanto, em atitudes espontaneístas – e de que a conquista de espaço no interior do movimento deve se dar através do debate político.¹³ Foi também estruturada, nesse encontro, a Secretaria Estadual de Movimentos Populares (incluindo-se movimentos de moradores, de mulheres, de negros, de saúde, dos atingidos pelas barragens e ecológicos), onde um representante do movimento da periferia de Florianópolis (que foi candidato à vereador) compôs a Sub-Secretaria de Moradores. Entre as propostas do encontro, foi indicada a participação dos movimentos populares na formulação da Lei Orgânica do município e do orçamento municipal.

¹² Tal afirmação considera depoimentos do então candidato a vereador e de um professor do Departamento de Ciências Sociais, UFSC, que assessora o trabalho das CEBs na periferia desde 1982, em maio e junho/90.

¹³ De acordo com o relatório do Encontro Estadual de Movimentos Populares, Joinville, 5 e 6/08/89.

A dinâmica e o resultado da campanha em torno de uma candidatura à Câmara Municipal resultou não apenas na projeção estadual do trabalho das associações de moradores da periferia do município, mas, à nível interno, contribuiu para uma maior organização do movimento. As organizações de moradores dessas áreas, após discussões junto às bases, decidiram formar a Comissão das Associações de Moradores, no início de 1989. Participaram da fundação 12 comunidades (dentre as quais duas do interior da Ilha, que também possuíam problemas fundiários).

A unificação e o fortalecimento desses movimentos na periferia ocorreu numa determinada conjuntura em que Espiridião Amin (PDS-PFL) assumiu a Prefeitura Municipal (1989). Para o movimento, o "prefeito eleito só anuncia(va) projetos faraônicos: garagens subterrâneas, centro de convenções, hotel cinco estrelas, despoluição da Baía Norte e construção da Beira-Mar do Estreito", sem nenhum compromisso para "resolver a situação de miséria de uma ampla parcela da população".¹⁴

Em maio de 1989, foi realizado o 1º Encontro da Comissão de Associações de Moradores, no Mont Serrat, tendo como objetivos "fornecer subsídios para as lideranças no sentido de fortificar cada vez mais a militância no movimento popular".¹⁵ Nesse encontro, discutiu-se sobre a conjuntura nacional, estadual e local e foram apontadas estratégias para o movimento. Nas discussões realizadas, a ação do poder público foi identificada com o interesse das elites e entre as formas de luta contra a dominação, foram incluídas: a realização de "um trabalho de formiga", através da organização de trabalhos concretos nas comunidades, a manutenção dos vínculos com a Igreja

¹⁴ Cf. apresentado no Jornal das Comunidades, publicação da Comissão de Associação de Moradores de Florianópolis, maio/89.

¹⁵ Cf. apresentado no Jornal das Comunidades, jun/89.

progressista, a criação de "partido político de baixo para cima", a inserção em sindicatos e apoio à formação da Central Única dos Movimentos Populares.¹⁶

Também foi discutido nesse encontro sobre o reconhecimento ou não da UFECO, tendo em vista a tentativa de aproximação de alguns componentes da nova diretoria da União. Para os participantes, a UFECO "é controlada pelo poder público" e por isso "não deve ser reconhecida".¹⁷

Logo nos primeiros meses da administração de Amin, acirraram-se os conflitos de terra no município, quando várias comunidades da periferia tiveram que enfrentar ações de despejo. Como consequência dessa situação, a Comissão de Associações de Moradores, com apoio do CAPROM e do CEDEP, fez uma ocupação de três dias do Gabinete do Prefeito - articulada no final desse 1º Encontro das Associações de Moradores - para negociar uma alternativa para os problemas de terra no município.

Na oportunidade, o movimento conseguiu o compromisso de que nenhuma ação de despejo seria efetivada sem um processo de negociação anterior com a Prefeitura Municipal. Também foi resultado dessa luta, a criação do Fundo Municipal de Integração Social, que seria gerenciado por um Conselho, formado por três representantes do executivo e dois representantes das comunidades.

A reivindicação do movimento de que a composição fosse paritária não foi garantida e na constituição desse Conselho, a Prefeitura, aproveitando uma divisão entre as organizações de moradores do município, apoiou a participação da UFECO como representante das comunidades. Esse fato separou ainda mais a

¹⁶ Cf. relatório do encontro.

¹⁷ Ibidem.

Comissão de Associações de Moradores da UFECO, entendendo aquela que a União estava completamente desligada dos problemas de terra no município.¹⁸

O movimento da periferia, diante da situação de emergência de 12 áreas envolvidas em conflitos de terra, apresentou ao prefeito uma proposta de regularização e urbanização de dez comunidades, e assentamento com urbanização de outras duas, indicando terrenos a serem desapropriados no município, com vistas à realização desses projetos.

Mas, se Amin enquanto governador (83-86), tinha uma postura nitidamente populista - tendo marcado sua administração com programas de atendimento à população carente como "Olha o Peixe", "Sacolão", "Sopão", etc., dentro da perspectiva de seu lema "prioridade aos pequenos" - enquanto prefeito, assumiu de forma mais clara seu compromisso com os empresários.¹⁹ Considerando a falta de perspectiva para a periferia, a coordenadora do CAPROM sugeriu alterar o "jingle" da administração municipal de "Florianópolis vale a pena" para "Florianópolis dá pena".²⁰

Nas reuniões internas da Comissão de Associações de Moradores, eram abordados, como temas de discussões, tanto problemas de infra-estrutura das comunidades mais antigas da periferia, como problemas emergenciais das ocupações mais recentes. Em avaliação realizada pelos representantes das organizações de moradores, foi constatada a necessidade de se criar dois fóruns distintos de discussões: um voltado às questões relativas à terra e à habitação (cujo grupo participante foi identificado como Movimento dos Sem-Tetos) e outro voltado principalmente às questões de infra-estrutura e de

¹⁸ Depois de aproximadamente um ano de funcionamento, o Fundo Municipal de Integração Social, permaneceu desativado por algum tempo, voltando a se reunir depois de uma cobrança feita pela Câmara Municipal ao Executivo. Nesse processo de reativação, ocorrido recentemente, a participação das comunidades ficou representada por um participante do Movimento da Periferia e outro da UFECO, decidida em reunião em que estiveram presentes associações ligadas a ambas as organizações.

¹⁹ Cf. foi apresentado no Jornal das Comunidades, maio/89.

²⁰ Ibidem.

organização das comunidades (que incluem todas as organizações da periferia e que continuaram sendo denominados de Comissão de Associações de Moradores). Nessa divisão de funções e de trabalho, o primeiro fórum seria assessorado prioritariamente pelo CAPROM e o segundo fórum pelo CEDEP.

O trabalho, no entanto, seguia de forma integrada, tendo em vista que, mesmo nas ocupações mais recentes, uma das condições para a permanência das famílias nessas áreas era a obtenção de um mínimo de infraestrutura, cuja reivindicação aos órgãos públicos era feita conjuntamente.

No final de 1989, a Comissão das Associações, o Movimento dos Sem-Tetos, o CAPROM, o CEDEP e outras tantas entidades se articularam para participar dos trabalhos da Constituinte Municipal.²¹ Foram elaboradas uma série de propostas, sob a forma de emendas populares, que abrangiam temas referentes à criança e adolescente, educação, saúde, transporte, reforma urbana e política habitacional, política pesqueira, meio ambiente e desenvolvimento social.²²

O documento contendo essas emendas, que foi entregue à Câmara Municipal foi assinado por 35 entidades, incluindo as associações de moradores da periferia, a Ação Social Arquidiocesana, a Comissão Local de Meninos e Meninas de Rua, a Pastoral do Menor, a Pastoral da Saúde, a Comissão de Justiça e Paz, entre outras.

A não aprovação das emendas populares, sob a alegação principal de problemas técnicos em sua formulação gerou protestos em frente à Câmara Municipal, bem como certo retraimento do movimento da periferia durante algum tempo. A mobilização da Comissão de Associações de Moradores em torno do orçamento municipal, para o ano de 1991, não conseguiu envolver todas as comunidades, avaliando-se, posteriormente a necessidade de se voltar a atenção

²¹ A esse respeito, ver KRISCHKE, P. J. "As emendas populares à Lei Orgânica de Florianópolis". UFSC, 1990, mimeo.

²² Estas propostas foram divulgadas no Jornal das Comunidades, dez/89.

para as dinâmicas internas das organizações de moradores para maior sustentação do movimento.

Dentro desse contexto histórico de (re)aparecimento público das organizações populares, será analisada a experiência do Mont Serrat, apontando-se suas possibilidades e limites para um processo de democratização social e política.

CAPÍTULO 3

CONSELHO COMUNITÁRIO DO MONT SERRAT: ASPECTOS DESCRITIVOS

O Conselho Comunitário do Mont Serrat, criado no final da década de 70, vem se organizando em torno das necessidades fundamentais da população do morro, inserido na periferia do centro urbano, de onde é possível visualizar os contrastes sociais do crescimento da cidade. O horizonte de sua ação coletiva, no entanto, tem sofrido alterações que apontam para a busca de uma distribuição mais justa e equilibrada dos bens e serviços dos moradores da cidade.

Este capítulo procura descrever as características gerais da comunidade, com ênfase nas condições de vida da população e, por outro lado, levantar as práticas organizativas dos moradores que pretendem superar o estado de carência em que se encontram, num processo que transcende os limites do próprio morro.

3.1. Caracterização Geral da Comunidade

A comunidade do Mont Serrat está localizada no Morro da Cruz, voltada para a área central da cidade.¹ Seu acesso se dá pela Avenida Mauro Ramos e Rua Major Costa, sendo as principais vias internas as Ruas General Vieira da Rosa e Nestor Passos.²

O morro apresenta encostas com locais de alta declividade, o que limitou a expansão do centro da cidade, mas possibilitou, por outro lado, sua ocupação por famílias de baixa renda.

O processo inicial de ocupação data aproximadamente de 1860, mas somente a partir de 1950, houve um maior adensamento demográfico da área. Atualmente todo o morro está ocupado, sendo comum a existência de mais de

¹ Ver planta de localização da comunidade, em anexo.

² Ver planta dos setores internos, em anexo.

uma casa no mesmo terreno. A ocupação do solo foi bastante irregular, estando as habitações muito próximas umas das outras e interligadas por algumas servidões, com uso apenas para pedestres.

Observa-se um melhor padrão habitacional no início das ruas de acesso ao morro, sendo que as habitações mais precárias estão localizadas nas partes mais altas, de acesso dificultado. As casas são em sua maioria de madeira ou mistas, sendo que os moradores, em geral, não são proprietários da terra, particularmente a partir da Igreja (situada aproximadamente na metade do acesso principal). No entanto, não tem ocorrido ações de despejo, como acontece em outras áreas do Morro da Cruz.

As construções que mais se destacam e que marcam a própria identidade do local são a Caixa D'água (o morro também é conhecido como Morro da Caixa), construída em 1910, e a Igreja Nossa Senhora do Mont Serrat, edificada em 1915 e reconstruída em 1984.

Em relação à infra-estrutura, os moradores do Mont Serrat possuem água encanada, com exceção de algumas famílias que moram acima da escola. Dois reservatórios importantes da cidade estão localizados no morro. Todas as casas têm energia elétrica e dois terços das suas servidões possuem iluminação pública.

Em termos de saneamento básico, a comunidade conta com drenagem de águas pluviais apenas nas duas vias principais. A existência de blocos rochosos em boa parte da área inviabiliza a utilização de fossas. Esta condição, aliada à falta de um sistema de esgoto, faz com que a maioria do despejo dos dejetos seja feito junto às águas pluviais, ou corra à céu aberto, por falta de urbanização da maioria das servidões.

As duas ruas existentes estão pavimentadas, mas apenas uma pequena parte dos setores internos estão lajotados ou possuem escadarias. A declividade do terreno dificulta o trânsito interno de veículos, possível apenas nos dois acessos principais. O recolhimento de lixo é feito apenas numa das vias.

Quanto a equipamentos sociais ou comunitários, a comunidade dispõe de uma escola de 1^o grau, um Centro de Bem Estar do Menor, uma creche, um posto de saúde e um centro comunitário.

A escola começou a funcionar em princípios da década de 60, sendo que em 1965 foi oficializada como Grupo Escolar. Somente em 1978 foi construída a Escola Básica Estadual Lúcia Mayrvone, na parte alta do morro. Seu atendimento foi estendido até a 8^a série, abrangendo em torno de 370 crianças. Em função de sua localização, a 1 Km do início do morro, a escola atende uma demanda restrita às crianças do próprio local.

Em 1979, passou a funcionar também no prédio da Escola um Centro de Bem Estar do Menor (CEBEM), mantido pela FUCABEM, cujo trabalho está atualmente ligado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Comunitário.

Em 1986, foi construído um prédio próprio para o CEBEM, localizado próximo à escola. O trabalho se ampliou, objetivando oferecer uma educação complementar - reforço escolar e pré-profissionalização para crianças de 7 a 16 anos, no período em que não desenvolvem atividades escolares. O CEBEM atende em torno de 100 crianças, 50 em cada período, sendo a rotatividade muito pequena (em torno de 5%) e grande o número de solicitações de vagas. As crianças de 7 a 9 anos freqüentam uma oficina preparatória, onde desenvolvem atividades psicomotoras - desenho, recorte, pintura, colagem e reforço escolar; e os de 9 a 16 anos freqüentam as oficinas de produção - de pão e massas caseiras, de tortas, bolachas e bombons e a de artes aplicadas.³

A comunidade conta também com uma creche da Irmandade da Divina Providência, situada próxima à Igreja, que atende em torno de 120 crianças, de 3 meses a 6 anos. Destas, 50 permanecem em período integral, sendo estas vagas destinadas às crianças cujas mães trabalham fora. Como a creche não

³ Conforme informação de um componente do Conselho comunitário, o CEBEM foi recentemente desativado pelo Governo do Estado.

consegue atender toda a demanda local, a comunidade também utiliza a creche da LBA, situada fora da área do morro, mas próxima ao seu acesso principal.

Desde 1980, a comunidade dispõe de um posto de saúde, mantido pela Prefeitura Municipal, funcionando no mesmo prédio da creche. Atuam na unidade dois médicos, dois dentistas (cada qual em um período) e duas auxiliares de enfermagem (em período integral). Os problemas mais comuns da população são diarreia, verminose, problemas respiratórios e hipertensão. A maioria dos moradores utilizam o posto, no entanto, a proximidade a outras unidades de saúde do centro da cidade possibilita outras opções de atendimento médico-odontológico.

O terreno onde está situada a Igreja congrega também vários espaços para uso comunitário, incluindo, além da creche e do posto de saúde (na parte posterior), outros espaços para o desenvolvimento de diversos trabalhos (peixaria comunitária, produção de sabão, produção de pão, trabalho com crianças e adolescentes, curso de datilografia).

Em relação ao perfil da população, os moradores mais antigos do morro vieram de Antônio Carlos, região rural, e pertenciam principalmente às famílias "Cardoso" e "Veloso". Na medida em que as famílias iam se instalando, facilitavam a vinda de outros parentes para o município (processo que ainda ocorre nas ocupações recentes), que acabavam ficando no mesmo local.

Atualmente residem no morro em torno de 3000 pessoas. Segundo um levantamento realizado pela organização de moradores em 1984, cujos resultados gerais ainda se mantêm, a população do Mont Serrat é predominantemente jovem e a maioria dos moradores são naturais de Florianópolis. Há predominância da raça negra, sendo que a maioria dos grupos familiares possuem entre 3 a 6 componentes. Mais da metade das famílias moram há mais de 20 anos no morro, sendo a rotatividade bastante baixa.

As famílias têm uma renda entre 1 e 3 salários mínimos, dos quais metade não ultrapassa os 2 salários. O local de trabalho está situado

fundamentalmente na área central da cidade, e as ocupações estão, em geral, ligadas ao setor terciário. Entre os homens há ainda muito trabalho de biscate e boa parte das mulheres trabalham como faxineiras ou empregadas domésticas. O índice de desemprego na comunidade é também bastante significativo.

As crianças têm acesso à escola de 1^o grau no próprio morro, no entanto, a escola não preenche toda a sua capacidade. Há muita evasão escolar, principalmente a partir dos 10-11 anos, quando as crianças precisam exercer alguma atividade remunerada. A repetência é outro problema sério que desestimula as crianças a continuarem estudando.⁴

Entre os adultos, o nível de escolaridade é relativamente baixo, sendo o analfabetismo ainda relevante.

A maior parte dos moradores são adeptos da religião católica, mas também deve ser considerada a presença da Umbanda e da Assembléia de Deus, embora esta última não tenha um templo no local. São comemoradas algumas festas religiosas, especialmente a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Mont Serrat.

Não há no morro, áreas próprias para o lazer nem mesmo a escola possui uma quadra de esportes. As crianças brincam em geral nas próprias ruas e servidões. Há um time de futebol organizado na comunidade que, por falta de um campo próprio, utiliza espaços de outras localidades.

Os encontros para uma "batucada" também fazem parte do cotidiano dos moradores, tendo o samba uma forte presença na identidade cultural da população. A Escola de Samba Copa Lord, considerada uma das mais importantes da cidade, foi fundada no Mont Serrat já na década de 50, movimentando a vida da comunidade na época do carnaval.

Ainda quanto à organização social, os primórdios do trabalho comunitário estão associados à atuação de um padre que, no final da década de

⁴ A respeito dos problemas escolares na comunidade, ver trabalho de MENDES, L. e MORAES, T. A. de. "Análise do processo educativo na comunidade de M. Serrat", ETFSC, 1990, mimeo.

50, mobilizava a população para atividades de melhorias urbanas, como o calçamento da rua geral, em mutirão, ou para a realização de uma horta comunitária. Esta ligação mais estreita da Igreja com o trabalho comunitário foi interrompida com a transferência do padre, por ocasião do Golpe de 64, e retomada posteriormente, no final da década de 70, quando um grupo de religiosas foi morar no início do morro. Esse grupo começou um processo de nucleação da comunidade, com a formação de vários grupos de reflexão. Organizou também um trabalho de assistência à saúde, com a colaboração de profissionais da área médica, e de formação de agentes primários de saúde, com voluntários da comunidade. Embora essas irmãs morassem no Mont Serrat, desenvolviam trabalhos também em outras localidades da periferia, para onde se deslocaram posteriormente.

Em 1977, paralelamente ao trabalho pastoral, alguns moradores começaram a se articular para a formação de uma organização de moradores, que acabou sendo fundada em 1978. Seguindo as orientações da Supervisão de Ação Comunitária (SAC) e posteriormente da Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade (FUCADESC), do Governo do Estado, o Conselho Comunitário de Mont Serrat teve seu estatuto e diretoria homologados em 1980. A formação do Conselho Comunitário tinha como objetivos "integrar e dinamizar as ações da comunidade, aprimorando-a como agente de seu próprio desenvolvimento, em estreita colaboração com os órgãos do poder público".⁵

Além do Conselho Comunitário, surgem no início da década de 80, dois grupos de mães, um ligado à creche e outro ligado ao CEBEM, ambos posteriormente interligados à estrutura do Conselho. O grupo de mães do CEBEM, denominado Grupo Rosas Vermelhas, lutou pela construção de uma sede própria para o Centro, que oferecesse melhores condições para o desenvolvimento dos trabalhos com crianças e adolescentes.

⁵ Cf. extrato do estatuto publicado no Diário Oficial em 17/06/1980.

Também data do início dos anos 80, no Mont Serrat, o movimento pela redução do pagamento da conta de luz das famílias de baixa renda, articulado pelo trabalho pastoral. Este movimento, que exigiu a participação ativa e constante de muitos moradores do local, ganhou corpo e conseguiu um desconto de 60% nas tarifas, sendo que esta conquista acabou se estendendo a todos os consumidores de baixa renda do Estado (recentemente este benefício foi cortado).

Por outro lado, o trabalho pastoral na comunidade recebeu novo impulso quando um padre, que desde 1981 já vinha desenvolvendo algumas atividades na área, decidiu morar junto à Igreja do Mont Serrat e acompanhar de forma sistemática o Conselho Comunitário. Outras irmãs, que passaram a morar no morro, também foram se integrando, pouco a pouco, ao trabalho da organização de moradores.

A atuação do Conselho Comunitário, a partir de final de 1983, orientou-se gradativamente para outra perspectiva de trabalho, incentivando a formação de novos grupos, alguns sob a forma de cooperativas de produção ou de consumo, e outros voltados a questões específicas da área da educação, saúde e de infra-estrutura, o que será em seguida aprofundado.

3.2. O Conselho Comunitário do Mont Serrat

A organização de moradores do Mont Serrat foi fundada, portanto, em 1978, mas reconhecida oficialmente em 1980. A primeira diretoria permaneceu até dezembro de 1983. A Comissão Diretora era formada pelo presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e seis vogais. O Conselho Fiscal era composto por três membros efetivos e três suplentes. Em sua gestão, merecem destaque

os trabalhos de mutirão⁶ na pavimentação de alguns acessos (continuação da via principal e servidão na Nova Descoberta) e a luta pela água.

Em 1983, iniciam-se na comunidade discussões entre um grupo de pessoas mais jovens, que se encontravam no futebol, na venda ou na missa, e que passam a discordar da forma como o Conselho Comunitário vinha encaminhando seu trabalho. Foi realizado um mutirão para o calçamento da rua geral e a Prefeitura queria inaugurar a obra com um churrasco que a própria comunidade deveria promover. Esses moradores, alguns dos quais vinham participando das atividades do Conselho, começam a se movimentar pela não realização do evento, entendendo que os moradores é que haviam realizado o árduo trabalho e não havia sentido fazer uma festa para a Prefeitura inaugurar.

A festa acabou sendo promovida, tendo o Conselho Comunitário selecionado os participantes da comunidade com a distribuição de convites especiais. Para a inauguração, esse grupo de jovens fez várias faixas e cartazes com dizeres contra a Prefeitura e a exploração do mutirão, e organizou várias equipes para a sua colocação na comunidade.

Tomando conhecimento do estatuto do Conselho Comunitário, esses jovens verificaram que já havia passado o prazo da gestão da diretoria, e passaram a exigir a convocação de nova eleição. A diretoria demorou para marcar a data da assembléia geral, não articulando também uma chapa própria. Foi formada, então, uma única chapa com representantes do grupo de descontentes e realizado um plebiscito, com consulta prévia à FUCADESC, para aprovação ou não da referida chapa.

Dessa vez, não apenas os associados ao Conselho Comunitário participaram da eleição, mas todos os moradores interessados da comunidade,

⁶ Os trabalhos em regime de mutirão, com fornecimento de material pela Prefeitura e mão-de-obra dos próprios moradores, eram e ainda são muito comuns, embora atualmente em menor proporção, em áreas do município com famílias de baixa renda.

maiores de 18 anos. A votação foi bastante expressiva, participando aproximadamente 300 moradores, dos quais apenas 16 votaram contra (na eleição da 1ª diretoria haviam participado apenas 25 moradores).

A eleição da nova diretoria marca um momento importante na história dessa organização, quando começa a se processar mudanças significativas em sua orientação. Antes dessa data, a organização de moradores não se diferenciava muito dos demais conselhos comunitários do município, com uma forte ingerência do poder estatal. A organização dos conselhos comunitários, em geral, estava relacionada à mobilização da comunidade por alguns moradores que possuíam ligação com os partidos conservadores no poder (como já mencionado). A ação junto ao poder público visava a obtenção de alguns benefícios para o atendimento de necessidades locais, mas sob bases nitidamente clientelistas. O atendimento de alguma solicitação era normalmente retribuído pelo apoio a programas governamentais ou pelo comprometimento do voto em futuras eleições, o que constituía uma forma de reduzir o nível de precariedade das condições de vida da população. A relação de dependência dessas organizações ao poder público era reforçada, por outro lado, pela primazia, dada pelo governo, a programas de natureza assistencialista.

A diretoria do Conselho Comunitário do Mont Serrat, que tomou posse após o plebiscito, procurou assumir uma nova postura em relação ao poder público, priorizando ações que levassem a uma maior autonomia da organização na administração das questões locais, embora continuassem utilizando recursos governamentais. Esta orientação se observa no decorrer de um processo que perpassa algumas gestões da diretoria (1983-85; 1985-88; 1988-90), as quais se diferenciam entre si, pela maior ou menor aproximação a essa perspectiva de ação coletiva.

3.2.1. Gestão 1983-85

A diretoria eleita em outubro de 1983 para um mandato de 2 anos procurou, logo de início, ampliar as reuniões do Conselho Comunitário, incentivando a participação de outros moradores, bem como de representantes de grupos ou entidades que atuavam na comunidade. Nesse sentido, foram realizadas reuniões com representantes de escola, do CEBEM e da creche, para conhecer o trabalho desenvolvido, como as dificuldades e problemas encontrados. Com isso, a diretoria foi se inteirando dos trabalhos locais e se aproximando dos grupos já existentes (Grupo Rosas Vermelhas - ligado ao CEBEM, Grupo de mães da creche, etc.).

Por outro lado, o Conselho também procurou conhecer o que estava sendo planejado para a comunidade do M. Serrat, por parte dos órgãos públicos. Membros da diretoria percorreram várias repartições, retornando frustrados por não haver localizado nenhum projeto de melhorias para o local. Foi então convocada uma assembléia geral para discutir como se iria trabalhar. Na oportunidade, discutiu-se a necessidade de romper com qualquer ligação partidária do Conselho Comunitário.

A participação de vários moradores nos encontros regionais das Comunidades Eclesiais de Base é apontada por alguns componentes do Conselho como fundamental para essa mudança na concepção do trabalho comunitário. Nesses encontros, discutia-se a proposta de formação de grupos de produção, como uma forma de organização das comunidades da periferia no enfrentamento de suas carências.

Com essa perspectiva, e a partir de um conhecimento inicial sobre o que as mulheres do morro sabiam fazer, surgiu o grupo de produção de sabão (e mais tarde o grupo de produção de pão caseiro), orientado por uma religiosa que passou a morar na comunidade. Inicialmente, a produção era bem rústica: o sabão era feito em um tacho, sobre um fogo feito no próprio chão e apoiado em

pedras. Eram em torno de 9 mulheres, de meia-idade ou mais, que passaram a se encontrar durante as tardes para fazer sabão e para conversar sobre suas vidas, sobre a comunidade ou sobre a situação do país. O sabão era vendido na comunidade com um preço inferior ao do mercado, e o dinheiro arrecadado era reaplicado na compra de material. As mulheres recebiam, em troca, parte da produção e algum dinheiro quando dava algum lucro. Mas, tinham o entendimento de que trabalhavam "para fazer alguma coisa pela comunidade".⁷

Além do grupo de sabão, foi organizada nessa época uma Comissão de Abastecimento responsável pela venda de peixes e pela organização de uma feira comunitária. A Comissão manteve contato com várias comunidades pesqueiras, objetivando estabelecer uma articulação direta com os pescadores artesanais e evitar os intermediários. O empenho inicial do Conselho foi pela própria organização dos pescadores, para que se pudesse estabelecer uma relação que garantisse o funcionamento da peixaria comunitária. Essa articulação começou com pescadores da Praia do Forte, depois de Jurerê, Ponta das Canas e Pântano do Sul, para finalmente se firmar com os de Cachoeira do Bom Jesus. Para a venda de hortifrutigranjeiros, o Conselho, através da Comissão, manteve contato com um grupo de agricultores da Guarda do Cubatão, que passou a fornecer produtos diretamente à comunidade. O trabalho da Comissão passou a proporcionar, dessa forma, o acesso a uma alimentação mais barata no próprio morro, reduzindo as difíceis subidas com sacolas de feira.

O Conselho também se envolveu na construção da nova Igreja, contratando dois empregados do local para mão-de-obra e conseguindo que a Prefeitura fizesse o muro de arrimo. Além disso, foi construída na parte inferior do prédio da Igreja, uma sala para fins comunitários e ao lado um local para funcionamento da peixaria. O recurso para o material e para a mão-

⁷ Cf. depoimentos de integrantes do grupo em entrevista coletiva. Jun/90.

de-obra foram levantados através de doações, sendo que os freezers para a peixaria foram adquiridos com recursos do exterior, por intermédio da Igreja.

Contando com um grupo de advogados ligados à Comissão de Justiça e Paz, uma questão importante foi enfrentada pela diretoria: o problema da posse da terra. Considerando que boa parte dos moradores não são proprietários, é constante o receio por ações de despejo, ameaças freqüentes em outras áreas do Morro da Cruz. Com o intuito de discutir o problema, foi sediado no morro em 1984, um encontro entre esse grupo de advogados, que se dispôs a defender a periferia, e representantes de várias áreas com problemas ligados à terra, tais como: Morro da Penitenciária, Morro do Horácio, Morro do Céu, Morro da Mariquinha, Morro do Flamengo, Praia do Forte, além do Mont Serrat. A identificação desse problema comum nas comunidades da periferia do centro urbano e em áreas do interior da Ilha possibilitou congregar mais forças para enfrentar o problema, além da troca de experiências no encaminhamento de questões específicas. Com essa perspectiva, foi formada a Comissão da Terra, com representantes dessas áreas, que se responsabilizaram pela organização de levantamentos sobre a situação em cada comunidade. O fortalecimento dessa articulação em torno da questão fundiária se deu, no entanto, anos mais tarde, com as efetivações de algumas ações de despejo, quando se amplia e se fortalece o movimento.

Associado à questão da terra, foi organizado nessa gestão um projeto para construções e melhorias de casas, baseado num levantamento preliminar sobre a situação habitacional, e cujo encaminhamento contou com o apoio da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Por ocasião da criação da creche da LBA, técnicos dessa entidade realizaram encontros com o Conselho Comunitário para discutir sobre o seu funcionamento, considerando que grande parte da demanda seria do Mont Serrat. Através dessa aproximação, verificou-se a possibilidade de obtenção de algum recurso junto a essa entidade para aplicação em habitação popular. Ao mesmo tempo, através da superintendente

regional da LBA (que buscou apoio no Senador Jorge Bornhausen), o presidente do Conselho conseguiu entregar pessoalmente à Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), em Brasília, um projeto para construção de 60 casas e reformas de outras 20. O projeto foi aprovado e na oportunidade, o presidente do Conselho foi orientado para que fizesse uma grande divulgação pela "conquista". A comunidade deveria buscá-lo no aeroporto, quando se daria uma entrevista coletiva à imprensa, estando à disposição tudo o que fosse necessário para o evento. O presidente do Conselho não concordou, dizendo que "voltaria da mesma forma que veio".⁸ No entanto, foi posteriormente procurado pela imprensa, na comunidade, quando concedeu uma entrevista. A construção das casas acabou se efetivando somente na próxima gestão, em função dos trâmites burocráticos entre a aprovação e a liberação do recurso.

O Conselho Comunitário foi também procurado por técnicos do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) com vistas a um projeto de urbanização e saneamento do morro. Foi realizado um diagnóstico geral da realidade do Mont Serrat, que foi complementado por um levantamento feito pelo próprio Conselho, sobre o perfil da população residente na comunidade. Entre os dados levantados, e que atingiu em torno de 1/3 das famílias, foram incluídos: idade, cor, sexo, tamanho das famílias, procedência, tempo de moradia, renda, número de pessoas que trabalham, profissão, local de trabalho, número de mulheres que trabalham e que utilizam de creche.⁹

A proposta de trabalho do IPUF no Mont Serrat se inseria no Plano de Uso do Solo e Melhorias Urbanas para Áreas Pobres do Município. Nos encontros entre os técnicos e a comunidade, através do Conselho Comunitário, foram apontados pelos moradores como seus principais problemas: desemprego,

⁸ Cf. depoimento do então presidente do Conselho, dez/89.

⁹ Estes dados, de forma geral, já foram indicados no item anterior, que trata sobre a caracterização geral da comunidade.

saneamento, habitação e regularização da posse da terra. A estes, foi acrescentado pelos técnicos, como uma questão importante, a proteção das encostas.¹⁰

Considerando as carências locais identificadas, foi definida como prioritária, para uma intervenção do IPUF, a realização de obras de saneamento básico. Foi elaborado pelos técnicos um projeto para instalação da rede de esgoto, que depois de aprovado pela comunidade, foi encaminhado ao BNH para obtenção de recursos. Foi liberada a primeira parcela de recursos, no entanto a Prefeitura não fez a devida prestação de contas, e as demais parcelas foram suspensas. As obras, que apenas tinham sido iniciadas, foram interrompidas.

As necessidades referentes à habitação e à regularização da posse da terra já estavam de alguma forma sendo encaminhadas pelo Conselho. Quanto ao desemprego, a tentativa de formação de grupos de produção procurava enfrentar também esse problema. Além disso, foi elaborado um ofício ao Governador do Estado, dando ciência da situação de desemprego na comunidade, solicitando uma atenção do poder público.

Foram também organizados um curso supletivo e um curso de datilografia, com voluntários, como forma de preparar a mão-de-obra jovem. Para o curso de datilografia, foram conseguidas máquinas com várias entidades, entre as quais a Ação Social Arquidiocesana (ASA).

Concluída a sala comunitária junto à Igreja, foi possível iniciar a organização de um grupo de costura, sob a forma de cooperativa, agregando as costureiras do local que, além da confecção, também se dedicavam ao treinamento de mão-de-obra. A roupa confeccionada era vendida a preços mais reduzidos na comunidade, e o excedente era comercializado em outros locais.

O Conselho Comunitário também incentivou a organização de um grupo de garotos na faixa de 9 a 12 anos, que jogavam bola na comunidade. Inicialmente eram em número de 10 a 11, e os encontros se voltavam à

¹⁰ Cf. "Projeto de Urbanização e Saneamento do Morro da Caixa-Ilha: diagnóstico e propostas", IPUF-PMF, 1985.

conquista de um espaço para jogar. Com a orientação direta do então presidente do Conselho, o grupo foi se ampliando passando a contar com 35 crianças e adolescentes. Com o nome de Grupo Pinheiros, estes jovens conseguiram um espaço para jogar na Escola Técnica Federal (situada na base do morro), e outras atividades foram desenvolvidas nos encontros, que passaram a ser sistemáticos.

Nesses encontros, outros temas relativos ao cotidiano das crianças, passaram a ser discutidos, dando-se atenção especial à questão escolar. Com o tempo, o grupo foi se ampliando ainda mais, contando com a participação de meninas, e o trabalho também passou a ser mais reconhecido pelos pais.

Além dessas atividades, o Conselho eventualmente se mobilizava para auxiliar famílias em situações de emergência, como no caso de uma barreira que caiu sobre uma casa e a família teve que deixar o lugar, ou no caso de morte de um responsável.

O Conselho recebeu de um órgão público 40 "ranchos" para serem distribuídos na comunidade, através da então Diretora da Escola, que possuía uma boa relação com o Governador do Estado. A esse respeito, foi avaliado em reunião da diretoria que "o poder público tenta destruir o trabalho comunitário" com essas ações assistencialistas, e que a seleção das famílias é uma tarefa muito difícil para o Conselho Comunitário realizar.¹¹ A responsabilidade da distribuição ficou a cargo da pessoa que os recebeu.

Representantes do Conselho Comunitário participaram também nessa gestão de um encontro promovido pela FUCADESC, entre conselhos comunitários, e de outro encontro sobre Direitos Humanos, em Joinville.

A aproximação com outras comunidades através da discussão do problema da terra, possibilitou também um intercâmbio de experiências, sendo que algumas comunidades (como Morro do Horácio e Morro do Mocotó)

¹¹ Cf. as atas dos dias 15/05 e 19/06/1984.

solicitaram orientação do Conselho na formação de suas associações. Por outro lado, como a experiência da feira comunitária e da venda de pescados começava a apresentar bons resultados, esse trabalho foi gradativamente se estendendo a outras comunidades (Morro do Horário, Vila Aparecida, Morro do Limoeiro e Praia do Forte - nesta somente a feira).

Começou a se fortalecer a idéia de organizar as comunidades da periferia para futuramente se criar uma liga de associações, defendida principalmente pelo Mont Serrat e por pessoas ligadas às CEBs. 1985 foi também um ano importante, como início de uma articulação (já mencionada), entre várias organizações de moradores do município, liderada por algumas associações mais independentes e associações da periferia, propiciando a base para um trabalho integrado que se desenvolveu posteriormente, no contexto de um novo governo municipal (1986-88), mais aberto à participação das comunidades.

Embora essa diretoria tenha se caracterizado pelo dinamismo na mobilização da comunidade em suas atividades, nem sempre conseguiu, à nível da própria organização, uma participação efetiva de todos os seus membros durante esses dois anos de gestão. Por outro lado, a forma como o presidente conduziu os trabalhos, possibilitou um processo de mudança das relações internas,¹² mais abertas à participação e menos presas a hierarquias, próprias da estrutura vertical dessa forma organizativa.

Próximo ao término do mandato, a comunidade foi convocada para a eleição da próxima diretoria, que ocorreu no dia 19/10/1985. Concorreram duas chapas: uma que estava sendo apoiada pela diretoria atual, e outra que era formada por algumas pessoas ligadas à primeira gestão do Conselho Comunitário. A diretoria decidiu que ninguém desse grupo concorreria nessa eleição, para permitir uma rotatividade das pessoas que assumiriam o Conselho.

¹² Cf. depoimento do padre do local, jul/90.

A primeira chapa foi vencedora com 498 votos, ficando a segunda chapa com 316 votos. Somando-se os votos nulos (12), participaram dessa eleição 826 pessoas, maiores de 18 anos.

De acordo com alguns moradores, houve interferência do Governo do Estado no processo eleitoral, inclusive na compra de votos, segundo denúncias ocorridas na época. Para essas pessoas, o então Governador Espiridião Amin pretendia ver restabelecido seu poder de influência na comunidade, através do Conselho Comunitário. Em 1982, Amin fora eleito com mais de 50% dos votos no Mont Serrat e a comunidade era conhecida por ser um reduto eleitoral do PDS.¹³

Houve passeata da chapa vencedora pela comunidade e grande comemoração na posse: festa comunitária, almoço de confraternização da nova diretoria, missa e baile. Todos os 16 componentes, ao assumir a diretoria, comprometeram-se em fazer "um trabalho digno, honesto, ... e sem política partidária".¹⁴

3.2.2. Gestão 1985-88

A diretoria empossada em novembro/85 procurou dar seqüência aos trabalhos anteriores e encaminhar algumas lutas já iniciadas com a outra gestão. Nesse sentido, para o funcionamento da feira e da peixaria comunitária, foi conseguido junto ao novo prefeito eleito, do PMDB, um caminhão para o transporte dos hortifrutigranjeiros (todas as sextas-feiras) e a construção nas praias de ranchos para os pescadores, onde poderiam guardar, além de canoas, redes e demais equipamentos, uma câmara frigorífica para armazenagem do

¹³ Ver, em anexo, o comportamento eleitoral dos moradores na votação para governador do Estado em 1982.

¹⁴ Cf. a ata de reunião do dia 10/11/1985.

peixe. Os recursos previstos para investimento nesse projeto previam caminhões para o transporte do pescado, o que permitiria a ampliação das feiras para um número maior de comunidades. O prefeito, eleito com forte apoio das comunidades pesqueiras, não teve dificuldades em se identificar com a proposta. No entanto, houve alguns problemas em relação a alguns ranchos, quanto à área de sua localização, sendo as obras interrompidas em função de uma ação na justiça encaminhada por uma pessoa que se dizia proprietária do terreno. A câmara frigorífica acabou ficando no depósito da COMCAP, sem ter havido uma solução para o problema. Com isso, não havia estoque suficiente que pudesse atender de forma sistemática as comunidades que já vinham de alguma forma recebendo o peixe. Esse trabalho foi se desarticulando, permanecendo apenas no Mont Serrat. Segundo uma religiosa que mora no morro, "a comunidade segurou e não perdeu o projeto porque ele nasceu ali, nasceu de uma necessidade, de uma vontade, e o pessoal lutou por isso, enquanto as demais, também tinham essa necessidade mas as pessoas não estavam com garra e com consciência tão fortes".¹⁵

O mesmo aconteceu com a realização da feira. Diante das dificuldades, "as comunidades não estavam preparadas para resistir".¹⁶ Permaneceu, no entanto, a idéia de expansão desses trabalhos, a partir de melhor organização das comunidades e de melhor infra-estrutura, que deveria ser garantida pelo poder público.

Além disso, nessa gestão foi realizado o projeto de construção de casas, depois de um trabalho persistente junto ao escritório regional da SEAC. Foi conseguida uma complementação dos recursos por parte da Prefeitura, em função da defasagem do valor estabelecido no convênio. Foram construídas 59 casas, sendo contratada a mão-de-obra, através de recursos da Secretaria do

¹⁵ Cf. depoimento da Irmã, que assume atualmente o cargo de tesoureira do Conselho, jul/90.

¹⁶ Ibidem.

Trabalho e Desenvolvimento Comunitário. Foi também previsto um projeto de construção de mais 23 casas através de convênio com a LBA. O projeto habitacional exigiu do Conselho um trabalho de levantamento e seleção das famílias, orientação no processo de construção e outras atividades referentes aos trâmites burocráticos dos convênios.

Além dos recursos para habitação, foi conseguido também junto à LBA verbas para auxílios de emergência e para apoio aos grupos de produção.

Outras questões apresentadas pelos moradores, para que o Conselho encaminhasse junto aos órgãos competentes, foram: problema da falta de água para as famílias que moravam acima da escola (final do acesso principal); instalação de telefones públicos; realização, em caráter de urgência, das obras de saneamento básico; construção do centro comunitário; pavimentação de servidões; resolução de problemas de funcionamento do CEBEM; e manutenção e recuperação do prédio da escola. Tais necessidades ou problemas exigiram inúmeras "idas e vindas" a órgãos públicos, tanto de pessoas da diretoria como de outros moradores envolvidos com as questões específicas, mas com poucos resultados obtidos.

Por outro lado, a conquista de infra-estrutura e equipamentos, ainda que limitada, não foi ponto final da luta da comunidade.

Na área da educação, Mont Serrat é uma comunidade bem atendida em equipamentos sociais, se comparada a outras comunidades da periferia. No entanto, a qualidade do atendimento e do ensino passou a ser objeto da atenção de um grupo de moradores e profissionais da área. Principalmente no CEBEM, os educadores começaram a discutir a ineficácia do sistema educacional vigente. Com base num levantamento feito junto às crianças que participavam de suas atividades, foi apurado que 90% dessas crianças foram reprovadas na escola no ano de 1987. O CEBEM realizava um acompanhamento escolar, com um professor contratado para fazer um trabalho de reforço, junto às crianças que

apresentavam dificuldades de aprendizagem, cuja função deveria ser da própria escola.

Por outro lado, os dados estatísticos da escola, sobre repetência e evasão escolar eram alarmantes, aos quais se somavam as avaliações que atestavam um baixo nível de aprendizagem dos alunos. A situação estava exigindo que se repensasse o processo de ensino em geral. Foi então que se começou a pensar numa outra proposta, que pudesse enfrentar os vários problemas que foram sendo identificados. Com essa perspectiva, teve início uma articulação entre as entidades educacionais que atuavam no Mont Serrat - já pensada na gestão anterior a partir das discussões do Conselho comunitário com as referidas entidades. A proposta de integração entre essas entidades tomou impulso com a criação da Comissão de Educação em 1988, no início da outra gestão.

Ao mesmo tempo, o curso de datilografia, na comunidade, foi assumido pelo Colégio Catarinense, que contratou um dos voluntários para continuar ministrando as aulas, e garantiu a infra-estrutura do curso com a manutenção das máquinas e fornecimento de material de apoio. O curso vem funcionando em dois horários no período da noite, de março à novembro, sendo freqüentado principalmente por jovens entre 14 e 20 anos. A demanda é maior que a oferta de vagas, limitada pelo espaço físico e pelo número de máquinas disponíveis.

O trabalho com o Grupo Pinheiros também se ampliou, passando a atender em torno de 80 jovens, subdivididos em grupos por idade e interesse, com coordenadores que, em geral, eram os que iniciaram o grupo. Além das atividades voltadas ao esporte, estes grupos se reuniram para discutir temas tais como drogas, saúde, sexo, etc., desenvolvendo também outras atividades artesanais como serigrafia. Para o desenvolvimento dos trabalhos, foram conseguidos recursos junto à FUCABEM. Além disso, iniciou-se uma articulação com o Movimento de Meninos e Meninas de Rua, à nível local.

Nessa gestão, foi também organizado o grupo de produção de pão, cujos trabalhos foram posteriormente interrompidos, por falta de uma infraestrutura mais adequada. Foi encaminhado um projeto a uma entidade alemã para a construção de uma cozinha comunitária, cuja efetivação possibilitou posteriormente a reativação desse trabalho.

A construção de espaços físicos para os diferentes trabalhos comunitários foi sendo feita gradativamente, através de mutirões e pela contratação de mão-de-obra, em terreno pertencente à Igreja. Parte dos recursos foram levantados junto à Prefeitura, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Comunitário, FUNABEM, além de doações diversas, incluindo algumas entidades do exterior.

Ao mesmo tempo em que os trabalhos de organização interna iam se desenvolvendo, representantes do Conselho Comunitário participaram ativamente na articulação das organizações de moradores do município, visando principalmente obter espaços de participação na administração municipal, com a pretensão de usufruir na orientação das políticas públicas. Logo que o prefeito Edson Andrino assumiu a Prefeitura, em 1986, dez comunidades da periferia se reuniram no Mont Serrat para discutir com ele "qual seria o meio de comunicação entre as comunidades e a prefeitura".¹⁷ E esta iniciativa, como já mencionado, veio a se somar com a de outras associações mais independentes.

Com a divisão entre as organizações de moradores do município, o Conselho Comunitário do Mont Serrat e outras associações da periferia permaneceram de alguma forma articuladas, seja pela questão da terra, com apoio da Comissão do Solo Urbano e posteriormente do CAPROM, seja pela luta por infraestrutura urbana ou pela expansão de algumas experiências comunitárias, assessoradas pelo CEDEP. Esta integração serviu de base para a formação, posterior, da Comissão de Associações de Moradores da Periferia.

¹⁷ Cf. ata da reunião do dia 16/12/1985.

Concluindo o mandato dessa diretoria do Conselho Comunitário, foi realizada em agosto de 1987, uma assembléia para apresentar os trabalhos realizados nessa gestão, sendo destacados: a construção de 55 casas, o início da realização do saneamento básico, a recuperação do calçamento, a distribuição regular de 200 tickets de leite (fornecidos pela SEAC), apoio aos grupos de produção (Grupo Rosas Vermelhas, de costura, de tricô diurno e noturno, e outros), e de abastecimento, realização dos cursos de datilografia, supletivo e alfabetização de adultos. Ainda estavam em andamento: a construção do centro comunitário e pavimentação da rua do Pastinho, o projeto habitacional, a limpeza das ruas (realizada por três pessoas da comunidade, contratadas pela COMCAP). Nessa assembléia, o presidente apresentou aos participantes a necessidade de revisão do estatuto, tendo em vista que o Conselho Comunitário foi criado pela FUCADESC e a extinção da mesma o deixava sem amparo legal. Por outro lado, a ampliação dos trabalhos também estava exigindo algumas reformulações. Foi então prevista outra assembléia para discutir e aprovar novo estatuto, e outra subsequente para eleição da diretoria.

O envolvimento do Conselho Comunitário principalmente na continuidade do projeto de construção de casas e do centro comunitário, retardou o processo de avaliação dos trabalhos comunitários que iria subsidiar a elaboração de uma nova proposta de estatuto. Isto só foi acontecer no início de 1988.

Durante essa gestão, ocorreu a substituição de vários membros da diretoria. Num primeiro momento, foi substituído o vice-presidente, por motivo de viagem, e outro componente do Conselho Fiscal. Ainda no primeiro ano, o presidente pediu seu afastamento do cargo, em função de algumas dificuldades pessoais. Acabou permanecendo por mais algum tempo, mas as sucessivas faltas fizeram com que o grupo concordasse com a sua substituição pelo vice-presidente. Avaliando-se posteriormente que várias pessoas da diretoria não vinham participando das atividades do Conselho, foi realizada a substituição de

mais cinco componentes. Essas mudanças trouxeram para o grupo algumas pessoas da diretoria anterior, que continuavam efetivamente participando das atividades comunitárias. O presidente anterior, como um dos vogais da Comissão Diretora, continuou à frente dos trabalhos da Comissão de Produção e Abastecimento, do grupo de crianças e adolescentes e do projeto habitacional; o seu vice-presidente acabou ocupando o mesmo cargo e posteriormente, assumindo a direção do Conselho.

No decorrer dessa gestão, o presidente que substituiu o eleito decepcionou alguns integrantes da diretoria, pela postura mais centralizadora com que coordenou os trabalhos. Muitas questões que diziam respeito aos grupos ou Comissões eram decididas por ele.¹⁸

Em reunião de avaliação dos trabalhos em janeiro de 1988, foram levantadas algumas dificuldades que o Conselho vinha enfrentando: excesso de trabalho, falta de organização interna para assumir todas as atividades, pouca participação de alguns componentes, falta de reflexão sobre a própria "caminhada", pouca comunicação entre os integrantes do Conselho, destes com os grupos organizados e com a comunidade em geral. Foi ainda questionado pelo padre qual o papel do Conselho, onde se pretende chegar com todo esse trabalho, como criar uma consciência de participação entre os moradores, que ações adotar para que a comunidade se liberte, como se posicionar diante da conjuntura.¹⁹

A partir das reflexões, foi realizado um encontro em Canasvieiras, onde foi levantado se a atual estrutura do Conselho era a melhor forma para conduzir os trabalhos, para fortalecer a "caminhada" sem perder os avanços já conquistados. Entendendo que "a força da comunidade se encontra nos próprios grupos", o padre apresentou uma proposta de incorporação dos

¹⁸ Cf. depoimento de alguns entrevistados, que participaram daquela gestão.

¹⁹ Cf. a ata de reunião do dia 30/01/1988.

mesmos na estrutura do Conselho, ampliando-se a participação dos moradores e possibilitando uma organização mais aberta e horizontal.²⁰

Depois da discussão interna, foi decidido levar a proposta para ser analisada pela comunidade e definido um prazo para encerramento dessa gestão (maio/88). Para que o processo fosse agilizado, foi formada uma comissão para elaboração de material de divulgação da proposta de reestruturação do Conselho.

Foi realizada uma assembléia geral para apresentação da proposta, quando foram reforçadas as idéias de que "as vitórias são fruto dos trabalhos conjuntos e da pressão da comunidade", e que o "Conselho deve ser um órgão de apoio aos trabalhos desenvolvidos na comunidade".²¹ Dos 72 participantes, 63 votaram a favor e 9 contra. Na oportunidade, um morador ligado à primeira diretoria do Conselho Comunitário, conhecido como um cabo eleitoral do PDS, apresentou um abaixo-assinado, com 165 assinaturas, pela manutenção da atual estrutura do Conselho. Entendendo que o estatuto, que ainda estava em vigor, previa que a assembléia é soberana, a Comissão, que naquele momento estava coordenando a mesma, deu prosseguimento ao processo, marcando-se as datas para a assembléia de aprovação do novo estatuto e para eleição dos representantes de ruas. Houve muito tumulto.

A revelia dos demais membros da diretoria, o presidente, não aceitando as mudanças propostas, convocou eleições para o Conselho Comunitário, lançando-se candidato em uma das chapas. A outra foi encabeçada pelo morador que encaminhou o abaixo-assinado contra as mudanças, a qual foi a vencedora dessa eleição paralela.

Por outro lado, a convocação das eleições para os representantes de ruas foi feita pela comissão da diretoria que ficou responsável pelo

²⁰ Cf. ata de reunião de 13/03/1988.

²¹ Cf. ata da assembléia realizada em 01/06/1988.

encaminhamento da proposta de reestruturação da organização. Foi aprovado o novo estatuto com várias alterações ao estatuto anterior, que possibilitassem maior autonomia da organização ao poder público e maior participação da comunidade. Foram também eleitos representantes das ruas e servidões.

Ao mesmo tempo, o presidente da chapa vencedora na eleição paralela, entrou com um processo na Justiça contra o grupo que assumiu o Conselho, para que prevalecesse o resultado de sua eleição. O processo ainda se encontra em tramitação.

Com as mudanças, o Conselho ficou assim constituído: Comissão de Ruas (com representantes da R. General Vieira da Rosa – um do início até a Igreja e outro até o Morro da Cruz; R. Nestor Passos, Servidão Célio Veiga, Pastinho e Nova Descoberta); Comissão de Esporte e Lazer (com representante do Copa Lord e do time de futebol); Comissão de Produção (com representantes do grupo de costura, grupo de tricô diurno e noturno, grupo do sabão, Grupo Rosas Vermelhas e Grupo da Nestor Passos); Comissão de Saúde (com todos os profissionais do posto de saúde); Comissão de Educação (com representantes da escola, CEBEM, creche da Irmandade, creche da LBA, Grupo Pinheiros, cursos de datilografia e de alfabetização); Comissão de Abastecimento (feira e peixaria comunitária), Comissão das Igrejas (com representantes da Igreja Católica, Umbanda e Assembléia de Deus) e Comissão Central (com um representante de cada comissão). A distribuição dos cargos da Comissão Central (Coordenador, vice-coordenador, 1^o secretário e 2^o secretário, 1^o tesoureiro e 2^o tesoureiro e relações públicas) foi feita entre o grupo, considerando-se as capacidades, afinidades e interesses. Dessa forma, pretendeu-se descentralizar o poder decisório, tendo as comissões e grupos uma certa autonomia em relação à Comissão Central.

3.2.3. Gestão 88-90

O grupo eleito a partir da proposta de mudança do Conselho Comunitário, logo que tomou posse, procurou definir seus objetivos a partir da reflexão "onde se quer chegar com o trabalho comunitário".²² Os integrantes definiram como perspectiva a luta por uma "comunidade melhor, com a participação de todos"²³. Segundo os mesmos, o Conselho Comunitário tem um papel importante na conscientização dos moradores de seu direito por uma vida digna, devendo, com o seu trabalho, defender os direitos de seus cidadãos.

A Diretoria procurou fazer um planejamento do trabalho para os três anos de mandato, sendo que as Comissões, anteriormente formadas e as constituídas com a reestruturação do Conselho, definiram objetivos a curto (1 ano), médio (2 anos) e longo prazo (3 anos).

A Comissão de Ruas tem por objetivos trabalhar na área de saneamento básico, habitação, pavimentação, conservação de ruas e servidões, iluminação pública, água, transporte e telefone público. A curto prazo, foi estabelecido como prioridade, encaminhar a necessidade de saneamento básico da comunidade e dar continuidade ao projeto habitacional; à médio, além das questões concretas, repensar as propostas do governo nessa área e à longo prazo, conseguir que os moradores cuidem de suas ruas, estejam mobilizados para defender seus interesses e tenham uma consciência do trabalho conjunto, através de reuniões por ruas e distribuição de um jornalzinho.

A Comissão de Saúde, formada pelos seis profissionais do posto de saúde, tem por objetivos melhorar o atendimento médico-odontológico e de enfermagem prestados no posto. Foi estabelecido como prioridade à curto e médio prazo, a atenção às crianças e gestantes da comunidade, com a definição

²² Cf. ata da reunião do dia 09/07/1988.

²³ Ibidem.

de um cronograma de atendimento às crianças da creche, da escola e do CEBEM, e a formação de grupos de gestantes. A longo prazo, foi vista ainda a necessidade de construção de um novo posto, pela Prefeitura, considerando que o mesmo está ocupando as dependências da creche, que precisa do espaço para ampliação do trabalho.

A Comissão de Produção definiu como objetivos à curto prazo, continuar os trabalhos, procurando ampliar o número de participantes em cada grupo; à médio, partilhar a experiência com outras comunidades e à longo prazo, trabalhar para que os grupos se tornem auto-suficientes.

A Comissão de Abastecimento, que inclui os trabalhos da feira e da venda de pescados, estabeleceu, à curto prazo, a necessidade de ter um local para a venda de hortifrutigranjeiros, que estava sendo feita na rua; à médio, adquirir um caminhão para o transporte dos produtos; e à longo prazo, ampliar a experiência para outras comunidades.

A Comissão de Esportes e Lazer definiu como objetivos: à curto e médio prazo, organizar equipes esportivas na comunidade e realizar torneios para sua integração; e a longo prazo, mobilizar a comunidade para a construção de uma quadra de esportes, e promover atividades de incentivo à cultura local (boi-de-mamão, capoeira, coral e terno de reis).

A Comissão das Igrejas propôs como objetivos à curto e médio prazo, estabelecer diálogos para integrar as igrejas, e a longo prazo, tentar participar na luta comunitária dos cristãos.

A Comissão de Educação, estabeleceu, posteriormente, como objetivos: à curto prazo, repensar a atual estrutura educacional e elaborar uma proposta de escola alternativa, que integre os diferentes trabalhos de educação da comunidade; à médio, discutir a proposta com todas as entidades, com a comunidade em geral e com as Secretarias de Educação e a de Trabalho e Desenvolvimento Comunitário; e a longo prazo, iniciar o processo de implantação dessa proposta.

Nessa mesma reunião de planejamento, foram também apontadas as qualidades de um líder, das quais todos deveriam estar cientes, como: ter responsabilidade, consciência, firmeza no trabalho e na proposta, honestidade, humildade, confiança, coragem, solidariedade, pontualidade e disponibilidade. Além dessas, um líder comunitário deve também valorizar as pessoas, fazer com que elas trabalhem juntas e procurar repassar as informações e idéias à comunidade em geral.

O grupo que assumiu o Conselho teve, inicialmente, alguns problemas em relação à ação encaminhada à Justiça, por outros moradores, contra a forma como se estruturou a organização e contra a legitimidade da diretoria.

A distribuição dos tickets de leite, que estava sendo realizada pelo Conselho Comunitário, passou, temporariamente, a ser acompanhada por um representante da SEAC, em função da situação questionada em que se encontrava o Conselho.

A diretoria também encontrou dificuldades para a obtenção de recursos solicitados anteriormente, como da LBA, para apoio ao trabalho dos grupos e para auxílios emergenciais, e da FUNABEM, para aplicação do trabalho com crianças e adolescentes.

As diferentes comissões e grupos, no entanto, prosseguiram as suas atividades. A Comissão de Educação passou a se reunir sistematicamente para discutir uma nova proposta educacional, mais voltada às necessidades da comunidade. Contando com representantes das várias entidades educacionais - a participação da escola inicialmente era restrita - foi elaborado um projeto para desenvolver uma experiência de ensino em período integral, associando as atividades da escola com as atividades complementares desenvolvidas pelo CEBEM, e procurando dar uma linha de continuidade do ensino pré-escolar com o do 1^o grau.

A proposta consiste na formação de um Centro de Educação, onde seria unificada a parte administrativa e técnica dos trabalhos, para atender

crianças até a 4ª série do 1º grau.²⁴ A partir daí, as crianças deveriam cursar uma escola "lá de baixo", para evitar a segregação no morro e permitir um atendimento em período integral aos demais escolares.²⁵

Seria assumida uma mesma linha pedagógica, mais voltada à realidade local e que possibilitasse uma atenção mais individualizada a cada criança, sem perder a perspectiva grupai.

Como aspecto fundamental para a efetivação da nova escola, os professores deveriam estar comprometidos com a proposta e ter, preferencialmente, 40 horas semanais de trabalho na comunidade. Além disso, deveriam ser preparados para essa nova perspectiva de atuação.

Foi previsto, pela Comissão, um cronograma de apresentação e discussão da proposta e, paralelamente, foram organizados três "Encontros de Educadores do Mont Serrat", visando despertar o interesse e instrumentalizar os professores para uma proposta de educação integrada.

O 2º Encontro foi também aberto a outras entidades educacionais, para promover o intercâmbio de idéias e experiências, e obter apoio externo ao projeto. Além de educadores do Mont Serrat (54 pessoas), participaram representantes: da Faculdade de Educação da UDESC (22); da Secretaria do Trabalho (10); da Secretaria de Educação (5); do Instituto Estadual de Educação (5); da Casa da Criança (5); da ASA (3); da Prefeitura (2); Escola do Menor Trabalhador (1) e de outras entidades, totalizando 107 pessoas.

A Comissão vem mantendo intercâmbio com uma organização educacional italiana, ligada ao Movimento Frenet de Cooperação Educacional. Essa organização tem prestado assessoria ao grupo, através da vinda de alguns técnicos, os quais participaram de dois seminários e organizaram um "laboratório" para alguns educadores da comunidade. A partir daí, estava se

²⁴ A proposta de ensino integrado está desenvolvida no Projeto (para discussão) do Centro de Educação, em anexo.

²⁵ Cf. depoimento do Coordenador da Comissão de Educação, dez/89.

estudando a possibilidade de uma assessoria direta e sistemática de um dos educadores, por um prazo de um ano, que acompanharia também as experiências educacionais do Morro da Penitenciária e do Morro do Mocotó.

Por outro lado, a Comissão tem procurado estar aberta à contribuição de outras linhas pedagógicas. Nesse sentido, o 2^o Encontro contou também com a participação de um representante da Prefeitura de Diadema - SP, com experiência na proposta de Paulo Freire.

Outra participação importante desse Encontro foi a de um representante do movimento negro (também à nível nacional), morador da comunidade, que expôs sobre o tema da negritude. Considerando a predominância de negros no Mont Serrat, a incorporação desse tema específico foi considerado pelos participantes como bastante pertinente ao conjunto das discussões.

Ainda em relação à área educacional, foi implantado também nessa gestão, o curso de alfabetização de adultos para as mulheres do "grupo do sabão". O curso vem sendo ministrado por duas voluntárias, alunas do curso de pedagogia da UDESC, as quais pretendem ampliar a experiência para outras áreas da periferia, como Coloninha e Pasto do Gado.²⁶

O grupo de produção de sabão passou a ser orientado por outra Irmã que também reside na comunidade, em função do acúmulo de trabalho que a coordenadora anterior vinha assumindo, não apenas na comunidade, mas, principalmente, à frente do CAPROM. Com conhecimento e experiência em trabalhos com ervas medicinais, essa Irmã começou a orientar os participantes na identificação, coleta e secagem de ervas, e na preparação e utilização dos chás caseiros. As mulheres passaram a cultivar algumas ervas e juntamente com a coordenadora, fizeram algumas visitas a um pequeno mosteiro, no Rio

²⁶ Segundo o Jornal das Comunidades, de jul/ago de 1990, há aproximadamente 15 mil analfabetos adultos no município, sendo que a Prefeitura atende apenas 360 pessoas com os seus cursos de alfabetização.

Tavares, para coletar outras plantas. As ervas, embaladas e etiquetadas (com orientação sobre sua utilidade) são vendidas numa barraquinha em frente à igreja, no dia da feira, juntamente com o sabão.

As mulheres que trabalhavam inicialmente quatro tardes por semana, passaram a produzir o sabão em apenas duas, sendo outro dia destinado a alfabetização, discussão de temas de interesse do grupo (com o padre, com a enfermeira do posto, etc.) e ao trabalho com ervas. No quarto dia, uma integrante do grupo se ocupa da venda.

Através de recursos provenientes de uma entidade alemã, o Conselho Comunitário construiu, nessa gestão, a cozinha comunitária, ampliando a área do centro social. Com uma infra-estrutura adequada, o Conselho conseguiu, recentemente, ativar o trabalho de produção de pão, com possibilidades de ampliar suas atividades no setor de alimentos.

O trabalho da Comissão de Abastecimento continuou sendo um trabalho "de peso" da organização. No entanto, encontrou algumas dificuldades para o funcionamento da feira e da peixaria. Logo que assumiu a Prefeitura, em 1989, Espiridião Amin (PDS) cortou o convênio que cedia um caminhão da COMCAP, uma vez por semana, para transportar os produtos da feira. A Comissão mobilizou a comunidade e através de pressão, o caminhão foi novamente liberado, mas devendo o convênio ser renovado a cada três meses.

Com recursos do exterior, o Conselho Comunitário conseguiu uma "pick-up" F-1000 (o recurso não foi suficiente para comprar um caminhão) para os trabalhos comunitários, principalmente da Comissão de Produção e Abastecimento. O fato possibilitou uma melhor infra-estrutura para o trabalho e também uma maior autonomia da organização. No entanto, o caminhão da COMCAP não foi dispensado em função de sua capacidade e da possibilidade de implementação das atividades que requerem um veículo maior.

A venda de pescados teve problemas em seu fornecimento, na medida em que não estava garantida a sua armazenagem na própria comunidade

pesqueira. O Conselho acabou optando por uma companhia de pesca de Ganchos, à 40 km da capital, com uma oferta de peixes a preços populares. O pescado vem de 15 em 15 dias e é conservado no freezer da peixaria, para ser adquirido pela comunidade.

No entanto, a Comissão pretende voltar à articulação com os pescadores de Cachoeira do Bom Jesus, e partir da pressão sobre o poder público para que busque uma solução para o problema da construção dos ranchos.

O projeto, de iniciativa do Conselho, que visava a comercialização direta entre pescadores e a comunidade, e que deveria envolver também o Pântano do Sul e a Barra da Lagoa, foi paralisado pela COMCAP, que ainda mantém em seu depósito a câmara de resfriamento. O equipamento foi adquirido através de um projeto de apoio à pesca artesanal, envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento e o Ministério da Agricultura.²⁷

O grupo de costura acabou paralisando o trabalho devido à falta de material e à necessidade de manutenção das máquinas.

O grupo de tricô diurno continua funcionando na casa de uma moradora que vem orientando o mesmo durante seus 10 anos de existência. Começou como grupo de mães das crianças que frequentavam a Creche Mont Serrat, e, aos poucos, foi se autonomizando. No entanto, continuam recebendo algum auxílio da LBA, que é repassado através de convênio com a creche. Eventualmente, o grupo também consegue recursos de outras fontes.

Segundo a coordenadora, tem havido pouca rotatividade no grupo que é frequentado por aproximadamente 18 mulheres. O processo de produção é alternado entre uma peça para o grupo e outra para uso pessoal. A confecção do grupo é vendida, em geral, na comunidade, por um preço mais acessível à população.

²⁷ Cf. dados apresentados no Jornal das Comunidades, jun/89.

O grupo de tricô noturno, que conta com a participação de 15 a 18 mulheres, tem recebido esporadicamente algum recurso para o material, procurando sobreviver por conta própria. O mesmo acontece com o Grupo Rosas Vermelhas, que desenvolve várias atividades manuais. O Grupo funciona há 11 anos e conta atualmente com 14 mães. Seu grande feito foi conseguir, depois de muita mobilização, a construção do CEBEM, que funcionava no prédio da escola. O grupo, em reunião de avaliação do Conselho, apontou como uma de suas dificuldades, a falta de um local para a venda dos produtos.

A Comissão de Ruas vem se empenhando, durante essa gestão, para que seja realizado o sistema de esgoto na comunidade. Um grupo de taxistas, que tem atendido a região, solicitou à Prefeitura o asfaltamento do acesso principal do Mont Serrat, tendo em vista as dificuldades que tem encontrado, especialmente em dias de chuva. A Comissão vem pressionando o poder público para que somente asfalte a comunidade depois de realizadas as obras de saneamento básico. O grupo também tem acompanhado as obras de pavimentação do Pastinho e o projeto de construção de casas.

A comissão de Saúde, por sua vez, conseguiu que a Prefeitura canalizasse o esgoto do posto e a pavimentação de seu acesso. A Comissão, no entanto, não conseguiu ter uma atuação mais efetiva além das atividades já exercidas pelos profissionais. Mais recentemente, o padre e outro componente do Conselho, que também trabalha no setor de saúde, estavam tentando motivar a Comissão, para que se voltasse a refletir sobre as condições gerais de saúde da população.²⁸

A Comissão de Esporte e Lazer não conseguiu ir além de suas intenções. Por outro lado, a Comissão de Igrejas, embora não tenha desenvolvido alguma atividade concreta, possibilitou, a partir de sua própria constituição, um envolvimento maior de seus representantes nas atividades do

²⁸ Cf. depoimento da atendente do posto, jun/90.

Conselho (o atual coordenador do conselho é representante da Assembléia de Deus) e um maior reconhecimento por parte dos moradores das distintas religiões que convivem num mesmo espaço físico e social.

Ainda no início dessa gestão, como vimos, estava sendo articulada a candidatura a vereador de um representante das comunidades da periferia. Esse representante atuava (e ainda participa) em vários grupos do Conselho Comunitário do Mont Serrat (Comissão de Prod. e Abastecimento, Grupo Pinheiros e Comissão de Educação) e presidiu a organização na gestão de 83-85. Foram realizadas reuniões em várias comunidades, tendo também a candidatura o objetivo de politização dos moradores em seu processo²⁹. A base da campanha era a idéia de que "devemos ser sujeitos do processo político e por isso devemos ter gente de base que represente as nossas aspirações".³⁰

A nível interno do Conselho Comunitário, a proposta continuava sendo comunitária, devendo, portanto, ser compatível com o pluripartidarismo.³¹ Como já vinha se organizando a campanha no decorrer do ano de 1988, ao ser alterada a diretoria, o então candidato não participou da composição da Comissão Central. Esse acordo interno tinha por objetivo resguardar a posição de independência político-partidária do Conselho, reconhecendo-se, por outro lado, o direito de todo cidadão de se filiar a um partido e se lançar candidato a algum cargo público.

A campanha contribuiu para uma maior aproximação entre as comunidades da periferia, que já vinham mantendo alguma forma de relação. A integração entre as organizações de moradores dessas áreas se fortaleceu com a criação em início de 1989 da Comissão de Associações de Moradores da Periferia.

²⁹ Cf. depoimento do então candidato a vereador, dez/89.

³⁰ Cf. depoimento do padre local, jul/90.

³¹ Cf. depoimento do candidato, dez/89.

Essa Comissão tem se voltado principalmente às lutas por melhorias de infra-estrutura das comunidades e a algumas lutas de caráter mais geral, como a Lei Orgânica Municipal e o orçamento do município.

O Conselho Comunitário do Mont Serrat vem participando efetivamente na Comissão das Associações, através de alguns de seus integrantes, tendo um papel relevante na mobilização das comunidades desde a organização da Comissão.

Também participou no processo de discussão e elaboração de emendas populares para a Lei Orgânica Municipal, na qual a Comissão de Associações se envolveu, principalmente na proposta sobre educação, na coleta de assinaturas e nas manifestações junto à Câmara.

A discussão do orçamento municipal para 1991, que não conseguiu envolver todas as comunidades da periferia, contou com a participação de representantes do Mont Serrat, que contribuíram na definição de prioridades de investimentos do poder público para essas áreas.

Além disso, o Conselho Comunitário tem apoiado o Movimento dos Sem-Tetos em suas ocupações, participando inclusive das Romarias que foram realizadas no município.

A atual diretoria, cuja gestão ainda não foi concluída, vivenciou uma nova forma de dinâmica interna dos trabalhos e uma ampliação das relações externas da organização. No entanto, durante esse processo teve que administrar alguns conflitos internos, provenientes do descontentamento de alguns integrantes com a direção que estava sendo dada ao trabalho comunitário e com relação a alguns aspectos de dinâmica interna da organização.

O coordenador e outro componente da Comissão Executiva pediram demissão, juntamente com um integrante do Conselho Fiscal; um representante de rua também ameaçou deixar o Conselho. O motivo principal que levou à

demissão do Coordenador, foi a utilização da "pick-up" para fins pessoais e que nesta circunstância o mesmo havia batido o veículo.

Por outro lado, o coordenador também estava descontente com a interferência político-partidária dentro do Conselho, particularmente do PT, com as divergências quanto à direção do trabalho comunitário, e com o funcionamento da nova estrutura da organização.³²

Alguns integrantes também apontaram, como questões que geraram descontentamentos, a mistura entre política comunitária e política partidária, a falta de comunicação entre as Comissões e a Comissão Central e um componente também discordou da opção por um trabalho na linha produtiva, entendendo que o Conselho deveria se preocupar mais com as pessoas e famílias em situações de emergência.³³

O coordenador foi substituído por um representante da Assembléia de Deus, ligado à Comissão das Igrejas, que na continuidade dos trabalhos, está procurando integrar mais o grupo.

Com base na descrição desta experiência que perpassa três gestões da diretora, será procedida a análise, tomando como perspectiva a relação entre "sistema de necessidades" e a dinâmica ou evolução da organização de moradores, em um contexto previamente delimitado.

³² Cf. depoimento do então coordenador da Comissão Executiva, ago/90.

³³ Cf. depoimentos em entrevista.

CAPÍTULO 4

A CONSTITUIÇÃO DE UM MOVIMENTO SOCIAL A PARTIR DA RADICALIZAÇÃO DAS NECESSIDADES

A percepção da condição de carência generalizada, comum nas áreas da periferia do município, levou alguns moradores do Mont Serrat a se mobilizar para a formação de uma organização, cujo processo foi institucionalizado por um programa estatal de desenvolvimento de comunidade. O Conselho Comunitário servia de mediação entre a comunidade e o poder público, ao qual eram canalizadas as expectativas de melhoria das condições de vida daquela população.

Mas, na medida em que se manifestam na comunidade posições contrárias à forma como a diretoria vinha encaminhando os trabalhos, teve início um processo de mudanças significativas na orientação dessa organização. Não havia para o grupo que assumiu o Conselho Comunitário, em 1983, uma proposta clara e definida de um trabalho alternativo junto à comunidade. Mas os jovens, que passaram a assumir o processo, eram o setor da comunidade mais susceptível a mudanças e que conseguiu absorver idéias renovadoras que eram repassadas nos trabalhos dos religiosos, desde o final dos anos 70.

Segundo estudos de Krischke e Vasconcellos (1984:68) "a reforma realizada pelas CEBs entre os setores populares tende a reforçar (quando não a criar) motivações que sustentam a emergência de uma consciência e de uma prática democráticas, na organização da comunidade". Nesse sentido, a exigência por parte dos jovens descontentes, de instauração de nova eleição para a diretoria, conforme previa o estatuto, bem como de modificação do critério de participação, incluindo todos os moradores maiores de 18 anos, indicava a aspiração por uma dinâmica mais democrática no trabalho comunitário.

Por outro lado, os protestos contra a inauguração do mutirão, considerando que "a comunidade é que trabalhou e as autoridades é que levavam os louros"¹, representava a vontade de alguns moradores de mudar a

¹ Conforme depoimento do Coordenador da Comissão de Produção e Abastecimento, maio/90.

relação de submissão da comunidade ao poder público. Assim se refere um dos participantes do evento:

"(...) construímos essa rua através de mutirão e na época de inauguração, o pessoal da Prefeitura - gestão do Cláudio Avila, solicitou que fizéssemos um churrasco, uma festa... Aí questionamos que trabalhamos muito, igual a cavalo, para fazer a rua e ainda tinha que fazer festa para o prefeito. Se eles quisessem fazer festa tudo bem. Nós (os mais jovens) fomos contra e eles (do Conselho) fizeram 80 convites e distribuíram só para quem eles quiseram. Nós nos mobilizamos e no dia da inauguração, colocamos várias faixas e cartazes e formamos várias equipes para colocar as faixas pela comunidade, com dizeres contra a prefeitura, contra a própria exploração do mutirão e exigindo alguns direitos".²

Referindo-se também a esse momento de mudança no Conselho Comunitário, comentou uma integrante do grupo que

"A comunidade começou a entender que precisava ser dona de suas coisas, que precisava gerenciar a sua vida, administrar as suas coisas da forma que mais lhe convinha (...)"³

Gradativamente, o Conselho foi encontrando formas de encaminhar algumas questões locais por conta própria, fazendo com que o trabalho deixasse de depender exclusivamente do poder público. O padrão de ação coletiva que predominava até então tornava o trabalho comunitário muito frágil e vulnerável às ações governamentais, sujeito à desmobilização dos moradores quando as reivindicações não eram atendidas.

Na dinâmica de trabalho que o Conselho passou a ter, foram se constituindo lutas reivindicatórias por demandas pontuais (carências), como saneamento básico, habitação, etc., mas também experiências originais de

² Ibidem.

³ Cf. depoimento da tesoureira do Conselho, jul/90.

atendimento de algumas necessidades, como as vivenciadas na cooperativa de produção de sabão, de costura, de pão, ou na cooperativa de consumo de pescados e hortifrutigranjeiros. Estas experiências representam tentativas de auto-gestão da comunidade na administração de questões locais.

Para o desenvolvimento dessas atividades, o Conselho foi se estruturando de forma mais descentralizada e horizontal, através da formação de grupos e comissões, o que representa um "novo modo de gerenciar as coisas da comunidade", na medida em que possibilita "mais descentralização do poder e maior participação" dos moradores.⁴

Essas experiências revelam a luta pelo que Agnes Heller chama de "necessidades existenciais" ou primárias, que se baseiam no instinto de auto-conservação, bem como apresentam o desenvolvimento de carecimentos que a autora denomina de "necessidades radicais". Trata-se de necessidades qualitativas, que orientam para uma forma autogestionável de vida que se opõe às relações de subordinação e de domínio (1983:149).

O associativismo, dessa forma, estaria atendendo a carências de outra natureza, associados a escolhas por "modos de viver" (Nunes, 1989:84) que, guiados por valores, não se traduzem apenas em "discursos ou orientações ideológicas, mas (também em) (...) pautas de conduta, interação e modalidades de ação" (Krischke, 1989:5).

Essa organização de moradores se aproxima à caracterização feita por SCHERER-WARREN (1987:50) dos "novos movimentos sociais", que embora "não apresentem projetos bem definidos para o futuro (...) estão construindo as bases para uma vida mais democrática e socializada". Entende a autora que os novos movimentos sociais estão construindo no Brasil uma nova cultura política de base, que se fundamenta principalmente na:

⁴ Cf. depoimento do coordenador da Comissão de Prod. e Abast., dez/89.

"1. reação às forças autoritárias e de repressão política, propondo democracia direta sempre que possível e de base ou representativa em contextos mais gerais, além de questionar os próprios critérios de distribuição de poder;

1. reação às formas centralizadoras do poder, defendendo autonomias locais e sistemas de auto-gestão;

2. reação ao caráter excludente do modelo econômico adotado no país, encaminhando novas formas de vida mais comunitária" (Ibid.: 50).

Nessa perspectiva residiria a radicalidade dos movimentos sociais. A teoria de Heller sobre os movimentos sociais, considerada no 1º capítulo, sugere que estes resignificam o conjunto das relações sociais e políticas, por receberem e reinterpretarem na sua prática as diferentes influências culturais, organizativas, religiosas e institucionais, que são redirecionadas pela radicalidade (maior ou menor) das necessidades que buscam satisfazer, através da consciência e atuação dos indivíduos que compõem esses movimentos.

Segundo esta orientação, a radicalidade nesta experiência se traduz particularmente na: 1. organização de cooperativas de produção e de consumo; 2. criação de uma nova estrutura organizativa do Conselho, que tenta superar o esquema hierárquico-centralizador; 3. elaboração de uma proposta alternativa de educação, que atenda mais adequadamente às necessidades da população; 4. interação com outras forças sociais e políticas, com vistas ao fortalecimento do movimento popular da periferia; 5. relação diferenciada com o poder público, procurando resguardar uma postura crítica e uma maior autonomia da organização.

4.1. Organização de Cooperativas de Produção e de Consumo

O baixo nível de satisfação de necessidades básicas e a possibilidade de organizar a população em torno de uma atividade produtiva, que pudesse incrementar o seu rendimento, levaram o Conselho Comunitário a concretizar uma proposta de formação de cooperativas na periferia, surgida nos encontros de CEBs.

As cooperativas, segundo Benecke (1982:103) têm por objetivo melhorar a situação social e econômica de seus associados, onde a participação no processo operativo e na distribuição do excedente é regulada pelo princípio da equivalência e onde a participação na tomada de decisões é norteadas por princípios democráticos.

Aproveitando o próprio conhecimento da população na confecção artesanal de sabão, pão, costura e outros, a organização de moradores do Mont Serrat estimulou a formação de grupos que através do trabalho, pudessem também vivenciar experiências de cooperação e de integração social e que possibilitassem a ampliação da participação dos moradores nas atividades comunitárias. Aqui se apresenta um dos desafios do trabalho popular que seria o de "recriar formas de relações entre as pessoas".⁵

O estímulo e assessoria na formação desses grupos tinham também a perspectiva de ampliar a organização da comunidade. Assim se refere uma das pessoas que contribuiu nesse processo:

"Se nós do Conselho fôssemos estimular ou ajudar um grupo a se organizar e adquirir infra-estrutura (...), sabíamos que era um grupo a mais que iria fortalecer a caminhada da comunidade".⁶

⁵ Cf. depoimento do padre, jul/90.

⁶ Cf. depoimento da tesoureira, jul/90.

A formação dos grupos de produção e de abastecimento com características de cooperativas, foi ocorrendo de forma gradativa, assim como foram sendo integrados alguns grupos já existentes na comunidade.

A dinâmica desses grupos se aproxima aos princípios do cooperativismo em sua origem⁷, quais eram:

1. a associação, livre e voluntária, de trabalhadores e consumidores para resolver seus próprios problemas, através de auto-ajuda;

2. a auto-gestão, com a administração do trabalho feita pelos próprios participantes;

3. a acumulação socializada, resultante da racionalização de atividade produtiva realizada conjuntamente;

4. o benefício econômico solidário (e não lucrativo), com a distribuição equitativa do excedente levantado (Lara, 1983:14).

Incluído entre as prioridades já na gestão de 1983-85, o trabalho de organização de cooperativas alterou significativamente a orientação do Conselho Comunitário.

Ao invés de depender unicamente do atendimento dos órgãos governamentais, optou-se pelo investimento num trabalho que atendesse de forma alternativa algumas necessidades locais, e que garantisse, ao mesmo tempo, uma maior autonomia da organização.

A mobilização de recursos de entidades do exterior, obtidos através da Igreja, serviu de apoio aos empreendimentos, principalmente na compra de equipamentos e na construção de locais para a realização dos trabalhos. Evitava-se com isso um maior envolvimento e desgaste com os órgãos públicos

⁷ Considera-se como origem a formação de um grupo de trabalhadores em Rochdale, Inglaterra, em 1844, "com ideais fundados no espírito de protesto e de construção de uma nova sociedade, organizada desde baixo, a partir da organização de células democráticas social e economicamente". Tais ideais se sustentavam em ideologias correntes na época, particularmente no socialismo utópico de C. Fourier, R. Owen, W. King e L. Blanc (LARA, 1983: 12-13).

locais, além de demonstrar capacidade de operar com fontes alternativas de recursos.

Os grupos de produção, no entanto, têm encontrado alguns problemas no desenvolvimento de seu trabalho. O preço do que é produzido tem ficado abaixo da média do mercado para ser acessível à população, sendo o rendimento freqüentemente inferior ao necessário para manter a produção. Este fato torna necessário que o trabalho seja em parte subsidiado com doações ou recursos provenientes de convênios, não garantindo a autonomia desejada. Por outro lado, a escassez de recursos tem levado a interrupções temporárias do processo produtivo (como na cooperativa do sabão), ou contribuído na desmobilização dos participantes e desarticulação do trabalho (como aconteceu na cooperativa de costura).⁸

Os benefícios aos participantes são também reduzidos. Segundo depoimentos de algumas mulheres do grupo de sabão:

"trabalhamos em prol da comunidade, porque se dependesse do que a gente tira, já tínhamos saído".⁹

No entanto, tem diminuído tanto o período de trabalho como o número de participantes do grupo, embora ele se mantenha aberto ao ingresso de novos membros. Segundo a irmã que acompanha atualmente o grupo:

"Elas sabem que o ganho é pouco. Então é difícil que uma pessoa que precisa desse dinheiro ficar empatando nesse grupo, pois não produz para poder se manter (...).

⁸ Segundo BENECKE (1982:108), as cooperativas na América Latina não tem atendido as expectativas, frequentemente exageradas, apesar dos lucros alcançados. Isso decorre de algumas dificuldades entre as quais, à nível interno, podem ser ressaltadas: falta de preparação para administrar o trabalho, falta de incentivos, ideologização da cooperação (princípios filosóficos se sobrepõem às exigências operacionais), abertura e dinâmica insuficientes enquanto conquista de novos sócios, utilização de métodos produtivos menos modernos, com menor produtividade.

⁹ Cf. discussão com as integrantes do grupo, jun/90..

A gente não espera produção e dinheiro. É mais um trabalho de doação, de cultivo (pessoal), de resistência".¹⁰

Outras motivações também têm contribuído para a manutenção desse grupo, como o curso de alfabetização, o trabalho com ervas e a própria convivência grupal, que possibilita às participantes compartilharem de suas questões cotidianas.

Por outro lado, o trabalho da cooperativa de consumo vem se desenvolvendo e trazendo ganhos reais à população, sendo que os benefícios provenientes do acesso a uma alimentação mais barata no próprio morro não são os únicos objetivos alcançados com o trabalho, como sugerem as colocações do padre:

"Aqui vem também uma questão pedagógica do trabalho popular: se tem um trabalho concreto, que também determina o estômago, também se pode analisar que tipo de relação se dá numa feira aqui no morro e que tipo de relação se dá no mercado da cidade. Ai também se começa a entender a importância desse trabalho, porque não é só comer por comer (mas) o comer como uma forma também de organização".¹¹

Acrescenta ainda o entrevistado que "esse trabalho foi um ponto importante de resistência"¹², no sentido de que a comunidade buscou uma forma própria de atender essa necessidade fundamental da população, ao invés de continuar dependendo dos programas assistenciais de alimentação do governo.¹³

¹⁰ Cf. depoimento da atual coordenadora do grupo de sabão, jun/90.

¹¹ Cf. depoimento do padre, jul/90.

¹² Ibidem.

¹³ Tendo por referência as "compras comunitárias" que surge já na década de 70 na organização de alguns bairros em São Paulo, compreende Telles (1986:57) que "o que é significativo nessas experiências é a forma singular como as necessidades cotidianas de sobrevivência são trabalhadas no interior de uma prática coletiva, como ponto de ancoramento por onde a articulação e a resistência poderiam se fazer possíveis".

As cooperativas, e em especial a de consumo, conseguiram manter um nível de mobilização e de organização da comunidade ao longo do tempo, funcionando por conta de uma autonomia relativa no desenvolvimento de suas atividades.¹⁴ Assim se refere um dos entrevistados:

"O que sustentou e que foi a luz que nunca apagou, enquanto uma coisa muito concreta, foi a feira de verduras, o peixe, o sabão...".¹⁵

O saldo positivo dessas experiências, não obstante as dificuldades encontradas, motivaram o Conselho a continuar investindo nesse trabalho (tendo sido recentemente ativada a cooperativa de pães e doces, com uma melhor estrutura física para o seu funcionamento).

4.2. Criação de uma Nova Estrutura Organizativa do Conselho Comunitário

Desde que foi fundado, em 1978, o Conselho Comunitário funcionou com a mesma estrutura organizativa, até 1988. Mas durante a gestão de 1983-85, começava a se pensar na possibilidade de algumas mudanças, na perspectiva de incorporar na estrutura do Conselho os grupos que estavam se formando, como sugerem as colocações do então presidente:

¹⁴ Esse tipo de organização apresenta, no entanto, limitações para se manter à médio ou longo prazo, considerando os mecanismos de concorrência dentro de uma economia de mercado. No caso da feira do Mont Serrat, ela não ameaça concorrentes maiores do ramo alimentar, que estão situados fora do morro. O mesmo não aconteceu com a feira organizada pelo Conselho Comunitário José Boiteux, que ocorria na base do morro (cujo acesso é apenas por escadarias) tendo sido desativada com a compra regular de toda a produção dos feirantes por parte de dois supermercados próximos.

¹⁵ *Ibidem.*

"Em 1985, já tínhamos iniciado a produção de sabão, já tínhamos a feira comunitária, um trabalho de saúde, um embrião da Comissão de Educação e já se percebia a possibilidade de alterar o processo representativo no Conselho".¹⁶

Na relação do Conselho com os grupos que estavam se constituindo, havia uma preocupação pela autonomia de cada grupo, como prosseguiu o entrevistado:

"Tinha-se a preocupação de não assumir as tarefas dos grupos, fazendo com que eles próprios fossem assumindo suas ações. Nessa perspectiva também, o material, os bens de cada grupo estão em nome dos respectivos grupos, (...) que possuem normas próprias (de funcionamento)".¹⁷

Além da ampliação do trabalho e dos grupos, outras questões que foram surgindo levaram à mudança do estatuto que previa a forma de organização e funcionamento do Conselho. Na gestão de 1985-88, o grupo teve que administrar conflitos internos relativos ao processo decisório. A maneira como o presidente coordenava os trabalhos da diretoria contrastava com o processo vivenciado pela diretoria anterior, marcado por um trabalho mais participativo e democrático. Este fato reforçou a aspiração interna por uma dinâmica que se orientasse pela autodeterminação das pessoas e dos grupos. Assim se referem três entrevistados sobre a questão:

"O Conselho deu um salto na época em que C trabalhou como presidente do Conselho, pela forma pedagógica de como ele trabalhou e pela sua concepção política enquanto trabalhador. Foi um elemento, um elo importante para o Conselho e para essa nova forma de pensar (...). Depois a gente percebeu (na gestão se-

¹⁶ Cf. depoimento do coordenador da Comissão de Prod. e Abast., dez/89.

¹⁷ Ibidem.

guinte) que ainda se reproduzia um modelo de poder, por isso o Conselho passa, num segundo momento, a formar comissões (...).¹⁸

"Durante essa gestão, o pessoal teve que trabalhar o problema interno... havia uma disputa interna pelo poder. Por motivo particular, o presidente assumiu durante um ano e depois assumiu o vice. Ele era o 'manda-chuva' de tudo, não escutava a comunidade. Os problemas específicos de educação, saúde, ... em vez de ele consultar as pessoas responsáveis, assumia tudo. E começava a criar um clima não muito agradável. Aí dentro do próprio Conselho Comunitário se começou a discutir que a participação deveria ser feita por outro processo".¹⁹

"O Conselho entrou numa crise de relação com o presidente. Percebemos que o presidente começou a se servir do poder de estatuto, que dá ao presidente o poder máximo (...) e aí percebemos que isso era um risco porque o presidente começou a entrar nos trabalhos e começou a se impor".²⁰

Foram se tornando mais claras, na dinâmica grupal, as diferentes perspectivas de trabalho comunitário. Por outro lado, começava a se perceber a necessidade de mudar a estrutura vertical do Conselho, que favorecia uma centralização das decisões, a fim de garantir que a orientação dos trabalhos fosse decidida mediante procedimentos democráticos, como também indica a tesoureira do grupo:

"O Conselho prestava um serviço jurídico fazendo convênios e repassando aos grupos, mas os grupos gerenciavam esses recursos e prestavam contas ao Conselho. O presidente achou que (esse recurso) tinha que ter um retorno (...), que o grupo tinha que pagar ao Conselho. Aí começou a burocratizar as coisas, a dificultar as coisas e as relações começavam a ficar difíceis. Aí sentimos a necessidade de reformular o estatuto e na

¹⁸ Cf. depoimento do padre, jul/90.

¹⁹ Cf. depoimento do coordenador da Com. Prod. e Abast., dez/89.

²⁰ Cf. depoimento da tesoureira, jul/90.

reformulação, dar o poder supremo não ao presidente, mas à assembleia e um maior poder aos grupos".²¹

Com a mudança do estatuto, em 1988, e a reestruturação do Conselho, dava-se um passo significativo no processo de tornar a organização mais participativa, evitando a concentração de poder. Referindo-se à nova estrutura, assim prosseguiu a entrevistada:

"O coordenador não é mais o coordenador da comunidade, mas coordenador desse grupo de representantes. Ele vai coordenar esse grupo para que ele se movimente. Então, quem no fundo vai coordenar o trabalho das ruas são os coordenadores de ruas. Antes o presidente tinha o poder sobre a comunidade, ele decidia o que queria, agora não. (...) Agora as pessoas eleitas se reúnem, distribuem as funções, escolhem o coordenador de seu grupo. É feita uma assembleia e esse grupo apresenta a composição da diretoria executiva. Aí a Assembleia vai dizer se concorda ou não, ou quem ela quer que seja."²²

A mudança da organização, no entanto, gerou muita polêmica e redefiniu a articulação das forças na comunidade. Dois grupos passaram a disputar abertamente o poder de traçar os rumos da organização. O primeiro grupo pretendia ampliar a participação na diretoria, dando "vez e voz" aos diferentes grupos da comunidade e, ao mesmo tempo, garantir a linha de trabalho que já vinha assumindo a organização. Por outro lado, o segundo grupo, liderado por pessoas ligadas à primeira diretoria, pretendia ver recuperado um espaço de representação, controlando as prioridades da política comunitária.

Além de buscar o reconhecimento junto à comunidade, principalmente através das assembleias e de carta-aberta à população, procurou-se garantir a legitimidade dos processos através de ação na Justiça (no caso do segundo

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

grupo), ou de encaminhamento de documentação à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Comunitário (ambos os grupos) para arbitrar o conflito. A busca de um reconhecimento oficial adquiria importância estratégica a cada um dos grupos, para adquirir ou manter o status de interlocutor dos interesses locais na alocação de recursos.

A situação ainda não foi resolvida na Justiça, embora as pessoas eleitas com a reestruturação, tenham ficado à frente do Conselho.

Esse grupo, com a continuidade dos trabalhos, procurou recuperar gradativamente a legitimidade abalada com a mudança do estatuto e da diretoria. O trabalho ainda se ressentia da divisão provocada na comunidade por esse processo, marcado por dilemas e controvérsias, ao qual se acrescentam dificuldades de adaptação a uma nova forma de sua administração. A essa questão, se refere um dos integrantes do C.C.:

"Tem traumas até agora. O próprio Conselho não conseguiu se articular bem e dinamizar o próprio trabalho das comissões. Hoje ele não tem aquela atuação que tinha há uns tempos atrás e um reconhecimento que já teve. Não se conseguiu articular bem as comissões, por ser alguma coisa nova também. Acho que as comissões foram criadas e não foram trabalhadas. Isso a gente tem que reconhecer. O pessoal não conseguiu ver o sentido das próprias comissões."²³

A descentralização das atividades e decisões, um dos objetivos da proposta de mudança, requer, ao mesmo tempo, a criação de mecanismos que estabeleçam uma sintonia da organização como um todo, definindo e efetivando uma mesma política de atuação. Nesse aspecto, é fundamental que as informações fluam entre uma instância e outra da estrutura, principalmente através dos representantes dos grupos e comissões.

²³ Depoimento do coordenador da Com. Prod. e Abastecimento, out/90.

Aí, no entanto, tem residido uma das dificuldades importantes da organização. Alguns representantes acabam se identificando mais com o trabalho da Comissão Central ou com o de seu grupo específico, não assumindo adequadamente o trabalho de intercâmbio entre os níveis de representação, processo que também depende de uma aprendizagem.

A falta de informação se soma em alguns casos à dificuldade de entendimento de alguns participantes quanto ao novo desenho da organização, não estando todos os integrantes do Conselho inteiramente cientes da estrutura organizacional a que pertencem. Isso acontece principalmente entre pessoas cuja participação se restringe mais ao trabalho de uma cooperativa ou grupo de trabalho.

Como forma de superar parte dessas dificuldades, comenta um dos componentes do Conselho sobre a importância do papel do coordenador geral na articulação do trabalho:

"esse novo coordenador²⁴ está tendo umas idéias boas com o grupo, de tocar a questão da divulgação - uma falha que sempre houve na diretoria, de reunir mais o pessoal (com bingós, torneios de dominó, ...) e está participando das reuniões do ticket de leite, de moradia, ... e colocando o que está acontecendo. As informações estão correndo muito melhor. Ele está apaixonado pelas coisas...! Ele está trabalhando também como articulador, porque nessa nova forma, se não houver um articulador, cada comissão fica fazendo suas reuniões (...) tocando suas coisas sozinhos, mas a unidade de ação fica prejudicada. Mas isso é uma caminhada."²⁵

Mesmo diante da dificuldade de adaptação a uma nova forma de trabalho, a maioria dos integrantes da diretoria apostam nessa nova perspectiva, como prossegue o mesmo entrevistado:

²⁴ O entrevistado se refere ao último coordenador que assumiu a Comissão Central, representante da Assembléia de Deus.

²⁵ Cf. depoimento do coord. da Com. de Prod. e Abast.

"Na minha avaliação, dentro dessa aprendizagem que a gente está tendo, tocando o trabalho assim é a melhor forma no momento de gerir a própria comunidade."²⁶

Mas não há consenso entre a diretoria de que essa forma de organização seja melhor que a anterior. Pessoas mais críticas à atual estrutura - um setor minoritário dentro do grupo, apontou problemas relativos à sua própria constituição e ao seu funcionamento.

Dois integrantes da Comissão de Ruas entendem que se restringiu a participação da comunidade na eleição para a atual diretoria: a população em geral votou apenas no seu representante de rua ou servidão. Uma dessas pessoas aponta para a possibilidade de ampliação da participação dentro do processo previsto:

"Os representantes deveriam ser eleitos pela comunidade. Por exemplo, o representante da escola poderia ser escolhido entre os professores, a APP e os pais. (...) Na Comissão de Saúde, foi escolhido entre os médicos e entre as duas atendentes. Poderia se escolhido entre as pessoas que estão o dia-a-dia ali no posto, aí haveria maior participação. Na creche, quem representa é uma funcionária, foi escolhida entre eles ali, poderia ser também escolhida pelos pais. E assim por diante."²⁷

O outro representante já discorda dos critérios que definiram a composição da Comissão Central. Entende que os representantes de rua eleitos é que deveriam ter mais espaço na direção da organização e que a forma como se deu comprometeu o caráter democrático da organização.

"Eu acho que prá esse tipo de eleição ter dado certo, a diretoria deveria sair de quem foi às urnas (...). Um Conselho que quer ser

²⁶ Ibidem.

²⁷ Cf. depoimento da coordenadora da Comissão de Ruas, ago/90.

democrático acabou não sendo. A mesma coisa que se depois da eleição de Lula e Collor, quem mandasse fosse o Colégio Eleitoral".²⁸

As críticas de forma geral não são assumidas perante o grupo, o que poderia subsidiar uma avaliação mais aprofundada do processo. O fato dessas experiências assumirem, à nível de representação coletiva, formas de resistência a uma cultura dominante, aumenta a necessidade de demonstrar a sua positividade, o que é reforçado também pela competição interna, na comunidade.

Persistem problemas oriundos da mudança da organização, destacando-se também o controle hegemônico dos grupos ou comissões sobre o processo sucessório, se não for revisto o atual sistema de composição da Comissão Central. Os moradores que tiveram ampla participação nas eleições de 1983 e 1985, tiveram a mesma restringida com a nova forma de eleger seus representantes, embora a estrutura tivesse se tornado mais ampla, incorporando a participação dos diversos grupos de trabalho. Há necessidade, portanto, de algumas mudanças que contemplem maior participação da população para que o sistema seja aperfeiçoado na perspectiva dos objetivos propostos.

Por outro lado, mesmo considerando os problemas e limitações levantados e as contradições em seu processo, essa é uma experiência inovadora do Conselho Comunitário do Mont Serrat, que procura articular formas de democracia direta e de democracia representativa num desenho mais horizontal de organização, e que não encontra precedentes entre as organizações de moradores do município.

Segundo um entrevistado, "é um processo que está em formação e pode dar certo ou retroceder"²⁹. Mas o fato de a comunidade ter a possibilidade de experimentar outra forma de administrar os seus trabalhos,

²⁸ Cf. depoimento de um representante de rua, set/90.

²⁹ Cf. depoimento do coord. de Com. de Prod. e Abast, out/90

altera significativamente sua trajetória, podendo constituir as bases para o estabelecimento de novas relações na comunidade.

4.3. Elaboração de uma Proposta Alternativa de Educação

Embora dispondo de um número maior de equipamentos e serviços educacionais que a maioria das comunidades da periferia, Mont Serrat também possui sérios problemas nessa área, como altos índices de evasão e de reprovação e baixo nível de desempenho escolar das crianças, não ficando distante das estatísticas nacionais sobre escolarização.³⁰

Os problemas e as carências educacionais foram adquirindo maior visibilidade com as reuniões que o Conselho Comunitário começou a promover com as entidades ligadas ao setor, no intuito de discutir os trabalhos que vinham desenvolvendo na comunidade.

A constatação da precariedade da situação educacional no morro levou a organização de moradores a tomar a iniciativa de reunir periodicamente representantes dessas entidades (na perspectiva de encontrar algumas "saídas"), o que deu origem à Comissão de Educação.

Desde que foi formada, a Comissão definiu como prioridade "a avaliação e a melhoria da qualidade de educação oferecida às crianças e adolescentes da comunidade"³¹. E a partir dos encontros, o grupo de representantes sentiu a necessidade de elaborar uma proposta concreta de uma nova escola, que fosse capaz de enfrentar mais adequadamente os problemas

³⁰ A respeito da situação escolar no país, ver Folha de São Paulo de 1/09/91, p. I-14; de 8/09/91, p. I-15; de 15/09/91, p. I-18 e de 22/09/91, p. I-18. E sobre a situação educacional na comunidade, ver estatística em anexo, relativa ao ano de 1989.

³¹ Cf. Projeto do Centro de Educação, em anexo, p.1.

identificados e que superasse a fragmentação do ensino na comunidade – ou o que a Comissão denominou de "ilhas educacionais".³²

A comissão elaborou um projeto de uma escola integrada, onde procurou traçar as linhas gerais do que poderia ser uma escola alternativa. Isso permitiu subsidiar as discussões iniciais a respeito do Centro de Educação.

Nesse projeto, a Comissão definiu seus objetivos, os quais pretendem ultrapassar os limites de um programa escolar mínimo do sistema oficial, ampliando e diversificando as experiências com vistas a um processo mais amplo de aprendizagem. Por outro lado, tais objetivos apontam uma preocupação especial da Comissão pela adequação dos programas e métodos ao contexto local, de forma que o processo educativo se relacione às experiências de vida das crianças da comunidade e leve em consideração as suas condições sociais.³³ A respeito, comenta um educador:

"A nossa intenção é ter uma escola diferente em que a criança vem e passa o dia aqui com a gente e tem uma atenção mais especial porque são crianças carentes, com dificuldades de aprendizagem, com situação econômica baixa, algumas com problemas intelectuais mais acentuados, com desestímulo da família, e outras dificuldades mais. Então a gente tem intenção de transformar essa escola (...) e educar a criança de forma mais eficiente."³⁴

A Comissão, como outros educadores da comunidade, tem consciência de que a implantação da proposta não é isenta de dificuldades e que devem encontrar resistências por parte da Secretaria de Educação e da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Comunitário, e por parte de alguns setores internos. Por outro lado, entende que irá necessitar de amplo apoio da

³² *Ibidem*.

³³ *Ibidem*, p.3

³⁴ Cf. depoimento do coordenador da Comissão de Educação, dez/89.

comunidade e de setores dentro das respectivas Secretarias para que o Estado continue mantendo a estrutura atual (com recursos humanos e materiais) e possibilite a coordenação da nova unidade educacional por uma comissão local.

"Nós vamos ter que ter respaldo da comunidade e ter boa vontade das Secretarias em manter a estrutura que tem atualmente e (a escola) ser gerida pela comunidade, não apenas no sentido profissional mas no sentido ideológico."³⁵

Reuniões e encontros têm sido promovidos pelo grupo, com a finalidade de ampliar as discussões, motivar os demais educadores a participar no aprofundamento da proposta e, ao mesmo tempo, contribuir para o aperfeiçoamento profissional.

Nesse processo, o movimento desencadeado pela Comissão de Educação já tem encontrado algumas resistências internas, na comunidade, tendo em vista que as mudanças previstas alterarão a estrutura educacional, o currículo escolar, os procedimentos pedagógicos, confrontando-se aí diferentes concepções e interesses dos atores envolvidos. O grupo discutiu essa questão e avaliou o seu papel nesse processo:

"Se abordou a necessidade da Comissão de Educação ter claro o seu papel de estimuladora (provocadora) de fatos que possam gerar transformações futuras em relação à estrutura e prática educacional, sem, no entanto, cair na ilusão da unanimidade e participação maciça e interessada de todos os educadores. Dever-se-á ter como princípio atingir o maior número possível de educadores da comunidade, sem que as divergências, diferenças e indiferenças sejam motivo de frustração, desestímulo e desestruturação da Comissão. A Comissão de Educação deve ter clareza do seu espaço de atuação, possibilidades e limitações, estando coerente quanto aos objetivos desse primeiro momento (frente ao isolamento dos educadores, característica da própria institucionalização), quando vem encaminhando atividades de ENCONTRO que podem despertar alguns profissionais, aglutinar outros que estejam sentindo-se isolados e fracos, constituindo-se em mecanismo de estimulação e interação que poderá propiciar à médio e longo prazo a criação de um "movimento de base", com

³⁵ *Ibidem*.

propostas educacionais compatíveis com as necessidades das crianças e adolescentes do Morro da Caixa".³⁶

A Comissão, portanto, está ciente da distância entre uma proposta que aponta alterações profundas no sistema educacional e a sua efetiva realização. No entanto, a longa jornada a ser empreendida não tem intimidado o grupo em seu propósito de encarar essa contingência, dando continuidade a um processo que não exclui, *a priori*, a possibilidade de gerar mudanças mais "radicais".

No encaminhamento de seu trabalho, a Comissão tem procurado adotar procedimentos participativos e democráticos, seja pela forma de apresentação do projeto - enquanto uma versão preliminar e aberta a contribuições, seja pela constituição de vários espaços de discussão da proposta, ou pela própria definição dos princípios que nortearão a sua operacionalização. Em relação a esse último aspecto, as seguintes orientações a serem observadas no desenvolvimento do projeto, apontam para a perspectiva de exercício de uma democracia direta:

"Serão realizadas reuniões e discussões envolvendo a comunidade educacional e a comunidade Mont Serrat para formulação mais clara e adequada da estrutura final do projeto;

. o método de ensino ou a proposta educacional será definida pelo grupo de educadores, após ampla discussão, e só com a concordância deste sofrerá alterações;

. o projeto elaborado será administrado pelo grupo de educadores, tendo este poder de deliberar sobre o seu encaminhamento. A Comissão de Educação atuará como coordenadora da elaboração e futura implantação do projeto;

. os cargos de chefias das instituições envolvidas no projeto serão eleitos pela base, formada pelo grupo de educadores, sendo critério para a escolha o compromisso com a proposta;

³⁶ Cf. ata da reunião do dia 23/08/91.

. as famílias serão envolvidas em todo o processo, desde a comissão do projeto até a avaliação do mesmo".³⁷

A Comissão, por outro lado, tem estendido as discussões do projeto para outras entidades, incluindo-se várias governamentais, e tem se articulado com experiências de outros municípios e com um movimento de educação internacional, como já mencionado. A constituição de tais redes, onde também não se pode esquecer sua recente ligação ao movimento negro, confere a esse movimento de educação comunitária maior consistência, seja pelo intercâmbio e cooperação em termos de projeto educacional, seja pelo apoio social e político, importante para o fortalecimento de sua luta.

Nesse processo, os limites entre a comunidade, organizações da sociedade civil (Comissão de Educação, Conselho Comunitário) e instituições públicas assumem contornos menos nítidos. A visão de confronto da organização de moradores com o Estado cede lugar a uma perspectiva de negociação, onde a busca de apoio de profissionais e outros agentes em seu interior adquirem importância estratégica para a viabilização das mudanças pretendidas.

Não se perde de vista no trabalho da Comissão, a conquista de maior autonomia da comunidade na gestão das práticas educacionais para lhe conferir não apenas mais eficiência mas lhe atribuir um novo sentido.

Um dos temas surgidos no 2º Encontro de Educadores dizia respeito às condições de desenvolvimento do educando enquanto "sujeito de educação" e esse aspecto é muito sugestivo no contexto mais amplo do trabalho, cuja preocupação tem se voltado ao processo de constituição de sujeitos. A escola se transforma, com essa referência, num espaço privilegiado de aprendizagem social, onde as crianças se sentem protagonistas do processo educacional e se preparam mais adequadamente para enfrentar os desafios de sua realidade, ou, nos dizeres de uma participante:

³⁷ Cf. Projeto do Centro de Educação, p.4.

"As crianças que estabelecem uma relação com o mundo mais verdadeira, original e criativa, têm maior possibilidade de mudar esse mundo."³⁸

Ao invés de simplesmente reproduzir uma cultura, a escola passa a ser entendida como um lugar de "produção de cultura"³⁹, de criação de novas formas de representação e de expressão da vida social.

Com esse sentido, a proposta de educação que foi se constituindo no Mont Serrat se insere numa nova forma de pensar a sociedade e a educação e está, portanto, "ligada a um projeto político", que em termos gerais objetiva a melhoria das condições de vida, onde a população toma parte ativa no processo. Segundo um participante:

"Esse encontro nasce da necessidade de repensar a educação na perspectiva dessas crianças se transformarem nos futuros sujeitos políticos do município (...).

(Cabe ressaltar) a importância das motivações pessoais para a luta por uma vida melhor e a importância de um projeto de vida, de utopias, não utopias longínquas, mas mais próximas de nós."⁴⁰

4.4. Interação com Outras Forças Sociais e Políticas

Na dinâmica da organização de moradores, foi sendo ampliada a sua rede de relações, com repercussões sobre o seu processo interno e que merecem, por esse motivo, serem aprofundadas.

³⁸ Cf. comentário de uma participante no 2º Encontro de Educadores realizado em 10/08/1990.

³⁹ Cf. comentário de uma educadora italiana no referido Encontro.

⁴⁰ Cf. comentário de um integrante da Comissão de Educação, na reunião de 22/08/91.

4.4.1. Relação com a Igreja Católica Popular

O trabalho comunitário no Mont Serrat tem sido marcado por uma estreita relação com a Igreja Católica. O processo de nucleação no morro por um grupo de religiosas, no final da década de 70, ocorreu de forma paralela à organização do Conselho Comunitário. Mas alguns anos mais tarde, com a ida de um padre para o local, o trabalho do Conselho e o da pastoral se aproximam, possibilitando mudanças recíprocas ao nível de suas práticas.

A nova perspectiva de trabalho de setores da Igreja, tanto no Mont Serrat como em outras áreas da periferia do município, pretendia superar a tradicional visão assistencialista das práticas religiosas com os pobres e se baseava em outras motivações, voltadas à organização dos setores populares como aponta o padre da comunidade:

"Em 82 eu vim morar, em 81 eu já trabalhava. O que me leva a morar aqui no morro em primeiro lugar é uma questão de classe. Eu sou filho da família de classe operária e sempre tive a convicção quanto a minha raiz de classe. Dos 9, fui o único que estudou e tenho um compromisso profundo com minha própria classe de restituir esse saber e servir à própria classe enquanto organização. (...) E o que me motiva também é uma opção evangélica. Diante das contradições hoje da sociedade capitalista no Brasil, é impossível nós não nos posicionarmos do lado onde a vida está freqüentemente ameaçada e restituir a dignidade da vida. Venho morar no morro não numa atitude colonialista de evangelização, de tornar todos cristãos. Essa não é minha postura, minha postura é trabalhar junto, na defesa da vida e a partir daí é que a gente redimensiona a proposta cristã. Então, há duas motivações fortes para eu morar no morro: uma questão de classe e a opção evangélica".⁴¹

⁴¹ Cf. comentário de um participante no 2^o Encontro de Educadores.

Os agentes pastorais progressistas começaram a questionar o seu papel e o trabalho que a Igreja desenvolvia com o povo e "tornaram-se críticos em relação às antigas atitudes clericais, considerando-as autoritárias, paternalistas e distantes da situação popular" (Mainwaring, 1988: 233). Neste contexto, a "opção preferencial pelos pobres" tornou-se uma prioridade em função da dramaticidade das condições sociais com as quais a Igreja convive, especialmente na América Latina, e firmou o seu compromisso com a justiça social. Essa opção está referenciada historicamente como lembra o referido padre:

"(A opção pelos pobres) toma muita força com o Concílio Vaticano II, com o Documento de Medellín em 68, e de Puebla em 79, onde a Igreja define o seu posicionamento diante da evangelização, dizendo que a evangelização passa por uma questão profunda de justiça social e que a Igreja tem que se colocar à serviço dessa justiça social."⁴²

A pobreza é vista como resultado de um sistema social cuja superação supõe a transformação das estruturas que o fundamentam. De forma genérica, os militantes cristãos se identificam com a utopia de "uma sociedade não-autoritária, igualitária, participativa, justa e o mais possível fraterna, numa palavra uma sociedade democrática, a partir das grandes maiorias". (Boff, Lacerda e Rocha; 1989: 33).

A utopia do "Reino de Deus" é transferida para o âmbito das possibilidades históricas e referenciada pelas contingências de cada contexto.⁴³

⁴² Cf. depoimento do padre, jul/90.

⁴³ Oliveira (1989: 34,39) entende o "Projeto do Reino" como o processo social através do qual vai se realizando a "libertação de todo tipo de opressão e iniquidade e a construção de uma nova ordem humana e natural, onde a Justiça e a Liberdade sejam plenamente realizadas". No entanto, não há para o autor um único projeto dos cristãos "mas projetos nos quais, de um modo ou de outro concretiza-se o Projeto do Reino". Pixley e Boff (1986: 23-4) também entendem que o que era apenas um ideal se tornou um projeto concreto, considerando que o "desenvolvimento material (técnico-científico) e cultural (consciência política) da humanidade já possibilita a criação de uma sociedade onde não haja mais privação do necessário vital (comida, habitação, vestiário, instrução elementar e saúde básica) e dominação de uns sobre outros (classes antagônicas)".

Nessa perspectiva, redefine-se a prática pastoral, que passa a enfatizar a participação social e política dos cristãos no processo de mudança de suas condições de vida. A ética cristã, nesse sentido, serve de fundamento à luta concreta por uma maior dignidade como sugere o mesmo entrevistado:

"Creio que todo processo de transformação passa hoje pela questão de gerar a vida - vida como sentido de dignidade e, enquanto trabalho de periferia, como direito à cidadania. Quem constrói a riqueza, depois não tem acesso à ela, a uma casa digna, à educação, ao transporte, à saúde ... O movimento que temos que fazer é o de despertar a consciência do cidadão de seus direitos), que é muito mais do que ter um pedaço de chão, uma casa (...), é participar efetivamente na gestão das políticas sociais. É uma utopia que se concretiza na medida em que se vai dando passos."⁴⁴

Nesse entendimento do que deve ser sua missão social, a Igreja pretende "ser uma organização do povo e para o povo, não uma instituição que sirva a si própria" (Mainwaring, op. cit.: 234), onde o trabalho pastoral se coloca, portanto, à serviço da mobilização e organização popular.

"Não queremos voltar à Igreja da Idade Média, à cristandade. Nós queremos ser fermento dentro dessa sociedade que está aí, grupos de fermento enquanto cristãos, não é ter a pretensão de novo de ser poder. Acho que essa é a grande elaboração dos CEBs que estão se formando na periferia, é uma nova forma de ser Igreja para um futuro projeto enquanto um reino que acontece; ser Igreja à serviço do reino, que é vida, que é justiça, que é partilha mas que passa por ferramentas concretas de transformação da sociedade."⁴⁵

O projeto de uma nova sociedade se fundamenta não mais em grandes transformações articuladas por uma vanguarda mas em revoluções no cotidiano, onde o trabalho pastoral contribui para potencializar as experiências dos

⁴⁴ Cf. depoimento do padre, jul/90

⁴⁵ Ibidem.

setores populares que representam um avanço da sua consciência crítica, da participação e da criação de novas formas de relações sociais. Assim também se coloca o padre:

"Creio eu que seria um pouco a nossa postura no cotidiano. Acho que o projeto revolucionário passa pelo projeto cotidiano, do dia-a-dia. Se a gente tem uma atitude no dia-a-dia - falo desse construindo e não como uma interferência, é um movimento sempre por dentro, não um movimento de fora, não uma vanguarda. Porque a gente tem também uma história enquanto esquerda nesse país, que creio que é muito mais garantido estar com o povo, no meio e fazer junto do que fazer fora - a vanguarda, e depois não ter a sustentação das bases, dos movimentos sociais. Acho que a gente tem que aprender essa grande lição passada da esquerda nesse país."⁴⁶

O cotidiano se transforma num lugar valorizado, onde podem se constituir novas experiências em que a população se assume enquanto "sujeito" que reflete sobre suas condições de vida e faz escolhas sobre questões de seu interesse. Tais práticas podem ajudar a minar o fatalismo - paradoxalmente reforçado pela religiosidade popular, e a passividade - elemento significativo na reprodução da cultura política dominante.

Na orientação do trabalho religioso do Mont Serrat, essas experiências representam um exercício de democracia participativa e supõem, ao mesmo tempo, uma reelaboração da questão do poder.

"Acho que a perspectiva de todo trabalho é um projeto do exercício do poder. Acho que tem de despertar as pessoas para não serem objetos mas sujeitos de própria história (...) Pelo fato de nós vivermos numa sociedade autoritária e sermos fruto de um profundo autoritarismo de 20 anos, hoje é (necessário) descobrir de novo essa relação de poder dentro de outra forma. Acho que isso é possível de se exercitar dentro de uma associação de moradores e aí vem a questão da criatividade. Nós sempre tivemos uma forma, um padrão de relacionamento enquanto a questão do poder e as associações sempre tiveram muito isso: alguém é o presidente e

⁴⁶ Ibidem.

tem que resolver tudo na comunidade. São velhos modelos que se reproduzem".⁴⁷

O autoritarismo permeia grande parte das instituições e das relações sociais, sendo que os processos que podem lhe fazer frente passam também por mudanças a nível de subjetividade. Ou seja, são as transformações no âmbito subjetivo (ou a constituição de uma individualidade, como entende Heller) que podem oferecer sustentação às mudanças nas várias esferas da vida social. Nesse aspecto, a Igreja popular, na medida em que procura desenvolver a formação de novos valores, contribui para a criação de novos padrões de socialidade e modos de vida, que adquirem importância na construção de seu projeto de sociedade socialista⁴⁸. Assim se refere o padre sobre a questão:

(...) na construção de um projeto socialista, onde a gente percebe as características originárias dentro desse projeto nosso, com essa questão da democracia, de pluralismos, ..., não se pode negar esse papel transformador que tem a religião quando à questão da subjetividade, enquanto trabalha os meus valores mais profundos. Acho que a gente tem duas questões muito profundas: 'a fome do pão e a fome da beleza'⁴⁹. Acho que a gente não pode dissociar essa questão e dizer que o processo vai passar só pela questão do econômico, do político. Acho que o processo passa profundamente pelo cultural. Acho que se nós não conseguimos intuir a questão cultural, que passa pelo dado da subjetividade e pelo sentimento religioso, nós não temos a porta para entrar, o caminho para fazer um trabalho eficaz, conseqüente. No Encontro de Educação Popular em Cuba, há uns 3 anos, o Ministro da Cultura dizia que o grande problema com a juventude é o problema da subjetividade, de como trabalhar o mundo subjetivo. Acho que um grande problema hoje no Brasil é também esse de como trabalhar essa questão diante da sociedade de consumo, como trabalhar com um padrão de dignidade, de um projeto de vida, aonde tu dizes: bem, com isso eu me sinto satisfeito porque o meu projeto é muito maior e passa pelo coletivo. (...) Aí está o grande desafio nosso

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Segundo Frei Betto (1990:14, 24), com as mudanças ocorridas no Leste Europeu, a Teologia da Libertação deve redefinir o seu conceito de sociedade socialista e rever os fundamentos do marxismo, considerando que este "deixou de ser uma ferramenta de transformação da história para tornar-se uma espécie de religião secularizada, defendida em sua ortodoxia pelos sacerdotes do Partido e cujos princípios eram ensinados como dogmas inquestionáveis".

⁴⁹ A expressão faz alusão a um poema do poeta cubano Roberto Retamar e utilizada como título de recente publicação de Frei Betto.

na construção de uma sociedade socialista hoje, de como trabalhar essas questões e como ligar o trabalho miúdo com essa utopia muito maior".

"Como assegurar (essa perspectiva) no concreto, no cotidiano da vida das pessoas, a relação da subjetividade com o trabalho objetivo. Porque a gente pode dizer à nível de objetividade que a gente tem essa e aquela prioridade, que temos essa dificuldade e essa relação com o poder público, mas ao nível das pessoas, enquanto projeto de vida, enquanto subjetividade, enquanto relação com sua companheira, com o filho... esses elementos determinam muito a vida de uma comunidade"⁵⁰

Com esta orientação social e política, a interação dos religiosos do Mont Serrat com o trabalho do Conselho Comunitário alterou a dinâmica dessa organização, contribuindo para que os moradores envolvidos com o trabalho comunitário fossem desenvolvendo uma maior capacidade crítica e um senso político, tornando-se menos receptíveis às tradicionais práticas clientelistas. Isto se identifica com o apontado por Mainwaring (op. cit.: 237), que o trabalho da Igreja "pode desmistificar o processo político e ajudar as pessoas a ver que é possível participar e contribuir para a mudança". De acordo com uma integrante do Conselho:

"Antes com as eleições é que vinham as coisas. As pessoas eram muito compradas. Depois que veio esse padre para cá, mudou bastante. A gente não é mais tão dominada, antes era sim".⁵¹

Os grupos de reflexão, ligados à Igreja, inicialmente se envolveram na luta por algumas necessidades concretas (como a redução do pagamento da luz). Mas, com a movimentação do Conselho Comunitário, a partir de 1983, este

⁵⁰ Cf. depoimento do padre, jul/90.

⁵¹ Cf. depoimento da representante da Comissão de Saúde, jun/90

foi absorvendo as demandas por melhorias da comunidade, ficando aquelas mais voltadas às questões religiosas e culturais.

Segundo Frei Betto, com o processo de transição política no Brasil, ampliaram-se as formas de organização da sociedade, civil, sendo que os militantes cristãos começaram a reforçar outros instrumentos políticos que passaram a dividir com a Igreja o papel de contestação da realidade (o qual a Igreja assumia quase que exclusivamente durante o regime autoritário). Considerando a ampliação das possibilidades de ação política, a "esfera pastoral parece (hoje) restrita, embora nela ainda se faça, de modo exemplar, este raro e importante trabalho 'marco zero': o 1º trabalho de inserção grupal de pessoas que, até então, se encontravam atomizadas em seu mundo doméstico e profissional" (Betto, 1989:23). A respeito dessa questão, um dos entrevistados também entende que na comunidade,

"(...) hoje o movimento é muito mais puxado pelos grupos organizados que pela antiga CEB, como começou".⁵²

Na interação entre o Conselho Comunitário e os grupos pastorais, onde alguns moradores pertenciam a ambos os grupos, percebia-se a necessidade de cada qual manter sua identidade e resguardar uma certa autonomia, como sugere um participante do Conselho:

"Nós sempre estivemos junto com as CEBs, mas sempre a gente debatia a própria organização para não ficar nunca na dependência, como uma cabeça iluminada fosse dirigindo, e isso foi muito bom para as CEBs como para o avanço da própria comunidade".⁵³

⁵² Cf. depoimento do coordenador da Com. de Prod. e Abast., dez/89.

⁵³ Ibidem.

Subsiste, contudo, uma forte influência dos líderes religiosos no trabalho da organização dos moradores. Isto pode ser observado pela sua presença constante nos vários momentos do processo, como na predominância de suas posições na orientação dos trabalhos.⁵⁴

Por outro lado, as pressões internas, de setores mais conservadores da comunidade, como externas, de grupos políticos, contra o fortalecimento dessa perspectiva de trabalho, aumentaram a necessidade de controle, por parte dos religiosos (e compartilhada por outros integrantes) sobre a dinâmica da organização, em momentos mais críticos (como na mudança do estatuto e da diretoria em 1988), para garantir a continuidade da linha de trabalho como do projeto da Igreja popular na comunidade.

Este fato comprometeu, por vezes, a sua perspectiva democrática e fez com que alguns moradores entendessem que o Conselho Comunitário é um mero instrumento político nas mãos da Igreja.

De acordo com Mainwaring (op.cit.:236), ao se analisar as experiências da Igreja popular, é comum se verificar uma distância entre o discurso e a prática, onde "o discurso que permite às classes populares tomar suas decisões é muitas vezes acompanhado de controle e orientação". A forte tradição de clericalismo deixa marcas na conduta dos religiosos, conferindo às suas práticas ambigüidades em relação aos seus ideais democráticos e igualitários.⁵⁵

Coerente com esses ideais democráticos, percebe-se, por outro lado, em sua inserção no trabalho comunitário, um esforço em conviver com a

⁵⁴ Em relação à liderança religiosa, cabe observar que muitas vezes ela se constrói num campo conflitivo. O padre possui uma autoridade na comunidade, enquanto um representante de uma determinada religião, com forte tradição entre os moradores e é, ao mesmo tempo, uma pessoa singular, um cidadão, com determinada visão de mundo e de sociedade. Entretanto, na dinâmica do trabalho comunitário, suas posições são dificilmente contestadas, não se dissociando a autoridade religiosa (e a incontestabilidade do discurso religioso) da figura do cidadão comum, do morador.

⁵⁵ Scherer-Warren (1986: 14) analisando o papel dos mediadores junto aos movimentos sociais, aponta também para a freqüente ambigüidade entre a perspectiva de uma nova cultura política, não autoritária, e um "fazer política tradicional (vanguardista, sectarista, etc.).

diversidade de posições e orientações e em compartilhar na criação conjunta de uma linha de trabalho, como sugerem estas colocações:

"Ai vem uma questão de saber se trabalhar com o mundo do pluralismo, com outras concepções não-cristãs também, com outras concepções de transformação da sociedade e não só a minha. Ai que vem a busca conjunta da verdade, creio eu, que passa por uma forma não colonialista e isso é muito difícil porque a Igreja sempre nos ensinou que nós somos os outros, que ela contém a verdade. E verdade ninguém contém, a verdade é uma busca e se busca em comunhão. Acho que essa forma de ser Igreja dentro desse movimento é que vai caracterizando nas periferias um novo modo de trabalhar o cristianismo e isso passa por uma nova ética, uma nova moral".⁵⁶

Nesse sentido, a iniciativa de criação da Comissão das Igrejas se apresenta como uma forma de reconhecimento da pluralidade de orientações da religiosidade da população e de suas formas de sincretismo, e uma maneira de afirmar o ecumenismo como uma perspectiva mais democrática. Ao mesmo tempo, representa um reconhecimento de que o movimento é mais amplo e não pode ficar restrito a uma instituição religiosa.

"A nossa comissão é para valorizar tanto os católicos, como os da Umbanda, quanto os da Assembléia de Deus. Acho que é muito importante criar esse espaço novo enquanto um grupo na comunidade. (...) Eu tive uma experiência no Mocotó, de trabalhar uma celebração com o pessoal da Umbanda aonde as pessoas trouxeram toda a sua dimensão cultural, seus cantos, suas formas de orações e diante disso se fez a partilha do pão e do vinho, junto com toda a comunidade. No Mocotó, a Umbanda foi o ponto de resistência da comunidade, enquanto um elo de ligação muito profundo da comunidade, que a Igreja do centro sempre combateu".⁵⁷

Além de contribuir para a formação de novo referencial ético para o trabalho comunitário e na capacitação de moradores no encaminhamento de suas

⁵⁶ Cf. depoimento do padre, jul/90.

⁵⁷ Ibidem.

lutas, a Igreja popular no Mont Serrat colaborou sobremaneira na construção de uma estrutura física para a execução dos trabalhos, através principalmente de convênios com instituições estrangeiras, bem como incentivou e ampliou a rede de relações do Conselho com outras organizações e movimentos.

4.4.2. Relação com Outras Organizações e Movimentos Populares

No início dos anos 80, os encontros entre Comunidades Eclesiais de Base possibilitaram a vários moradores do Mont Serrat entrar em contato com pessoas de outras comunidades e trocar idéias e experiências a respeito de seus problemas e de alternativas para os trabalhos comunitários. A similaridade das condições de vida e as dificuldades de serem atendidas suas necessidades básicas propiciaram uma identificação entre os representantes da população da periferia. Por outro lado, o fortalecimento da idéia de cidadania gerou uma preocupação com o reforço de suas organizações internas, na luta pelo que concebiam como seus direitos sociais. Com essa perspectiva, algumas comunidades que não possuíam uma associação de moradores se mobilizaram para a sua criação, contando com o auxílio de organizações mais estruturadas, como a do Mont Serrat, conforme se refere dois entrevistados:

"Nós tivemos, modestia à parte, um pouco de influência nas outras comunidades que não tinham associação. (...) Nós começamos a abrir as portas aqui e a ajudar o pessoal na organização⁵⁸.

⁵⁸ Cf. depoimento do coordenador da Com. de Prod. e Abastecimento, jul/90.

"Nossa preocupação era ajudar, contribuir para que outros também conseguissem crescer, se organizar e ter um espírito mais coletivo"⁵⁹.

A generalização de uma utopia de uma sociedade melhor, onde não houvesse tanta desigualdade e onde a população em geral pudesse usufruir de condições mínimas de uma vida digna, legitimava a mobilização dessas organizações, que passaram a assumir a estratégia de articulação de suas demandas. O encaminhamento conjunto de suas lutas considerava a possibilidade de maior repercussão ou eficiência política que a forma isolada como em geral vinha sendo feito.

Neste contexto, as ações coletivas que se originaram do intercâmbio com outras comunidades da periferia, possibilitaram ao Conselho Comunitário do Mont Serrat ampliar seus horizontes de trabalho e de luta, ultrapassando os interesses estritamente locais e ampliando sua perspectiva para a melhoria das condições de vida de outras comunidades que se encontravam em situações semelhantes à sua. Sobre a questão, assim se refere um entrevistado:

"Na medida em que a gente sai do Mont Serrat e se confronta com o mesmo problema no Morro do Horácio, Morro da Penitenciária, ... e (percebe) que nós não somos os únicos que temos esses problemas, aí se começa a pensar numa perspectiva maior, numa ação maior".⁶⁰

Nesta relação de solidariedade que foi se desenvolvendo entre essas comunidades, foram estendidas algumas experiências que começavam a apresentar um saldo positivo no Mont Serrat, para outras comunidades interessadas.

⁵⁹ Cf. depoimento da tesoureira, jul/90.

⁶⁰ Cf. depoimento do padre, jul/90.

Este Conselho Comunitário assumia, portanto, uma liderança na integração das organizações da periferia e sua experiência permitia contribuir para a organização do trabalho em outras áreas.

No processo de articulação entre essas comunidades, as lutas de caráter mais geral foram se somando às lutas imediatas das organizações. Por ocasião da discussão do orçamento municipal e da discussão da criação da entidade federativa municipal, no decorrer do ano de 1986, as organizações da periferia se aproximaram de associações e conselhos comunitários de outros bairros ou localidades - vários de classe média - ampliando a sua rede de relações bem como a abrangência de suas propostas. A gestão da cidade passou a ser incorporada na pauta das organizações, como aponta um entrevistado:

"A partir da relação com outras comunidades, a gente começou a sair das comunidades isoladas para pensar o todo da cidade".⁶¹

No entanto, nesse trabalho conjunto com várias organizações de moradores do município, foram se tornando claras as diferenças em termos das necessidades que fundamentavam as suas ações, bem como as estratégias de encaminhamento dos diversos interesses em jogo. O grupo da periferia se constituía em minoria no conjunto das organizações, e percebeu que encontraria dificuldades em garantir suas prioridades (como o problema da regularização da posse da terra) e uma posição mais combativa no processo de negociação com o poder público. Nessa relação com outras organizações, foi se configurando uma identidade própria das organizações da periferia no contraste com o outro grupo de associações, que constituíram em seguida a UFECO.

⁶¹ Cf. depoimento do padre, jul/90.

Mesmo não se aliando a esse grupo de organizações de moradores, que congrega atualmente a maioria das associações do município - em torno de 65 entidades - o Conselho Comunitário do Mont Serrat foi participando, gradativamente de "redes mais amplas de pressão e resistência"⁶², seja participando da Comissão de Associações de Moradores⁶³ (com comunidades fundamentalmente da periferia), seja se articulando com o Movimento dos Sem-Teto, com o Movimento de Meninos e Meninas de Rua, com o Movimento Negro, ou com instituições e grupos que desenvolvem um trabalho de educação alternativa, entre outros.

A elaboração da Lei Orgânica do Município foi um fato político importante, que aglutinou organizações de moradores, movimentos e entidades num movimento que reacentuou, em seu processo, a luta pelos direitos dos cidadãos, que buscam interferir na organização da vida social.

O estabelecimento dessas redes fortaleceu o movimento da periferia de forma geral, permitindo que suas demandas adquirissem maior visibilidade pública. Esse processo, no entanto, não tem se apresentado numa linearidade crescente, ao mesmo tempo em que os pontos nodais⁶⁴ dessa trama de relações tem adquirido maior ou menor intensidade de acordo com cada conjuntura.

A dinâmica dessas redes, por outro lado, não é isenta de conflitos, marcada pelas diferenças (em termos de necessidades, orientações, estratégias,

⁶² A respeito das redes de organizações, Scherer-Warren (1990) parte da hipótese de que no Brasil, a partir da segunda metade da década de 80, o estabelecimento de redes mediante a articulação entre organizações e movimentos culturais e políticos, tem levado à constituição de um verdadeiro movimento social - no sentido atribuído por A. Touraine, onde tem destaque a mediação de organizações não-governamentais (ONGs), centrais sindicais e partidos políticos. Segundo a autora, a conformação de tais redes, em torno de questões específicas, tem por fundamento princípios éticos universalizantes.

⁶³ Mais recentemente, essa Comissão ampliou a sua base, passando a abranger outras comunidades da região da Grande Florianópolis.

⁶⁴ Arditi (1991: 13), conjugando Lacan e Nietzsche, utiliza como hipótese de trabalho a idéia de totalidade social enquanto um diagrama de pontos nodais ou centros de força nos quais "convergem e se entrecruzam um plural de linhas de forças e formas de resistência, formam-se identidades coletivas, surgem objetivos de luta, aparecem táticas de intervenção e também formas de regulação e controle".

...) de cada organização. Essa articulação se complexifica com a relação que cada qual vem estabelecendo com os partidos políticos e com o próprio Estado.

4.4.3. Relação com os Partidos Políticos

O Conselho Comunitário em sua origem tinha uma vinculação estreita com os partidos então no poder (ARENA e depois PDS e PFL), como a maioria das entidades comunitárias ligados à FUCADESC e à Prefeitura.

Os benefícios que eventualmente recebiam vinham freqüentemente em épocas próximas a processos eleitorais e dependiam da relação de lideranças locais com pessoas influentes no governo. Essa perspectiva pode ser identificada na visão dos entrevistados, mesmo de uma moradora com forte liderança no morro, e que participou da formação e da 1ª diretoria do C.C.:

"Antigamente, o C.C. era vinculado politicamente. Hoje não, Nós trabalhamos, nós precisamos do setor público... agora isento de política".⁶⁵

Logo que a "oposição" (como alguns se referem) assumiu o Conselho Comunitário, em 1983, a não vinculação partidária passou a ser enfatizada em reuniões da diretoria ou com a comunidade. Gradativamente, vários moradores que participavam do Conselho foram percebendo o descomprometimento desses partidos com as comunidades da periferia - mesmo que suas ações assumissem uma roupagem populista (como no governo Amin) - e, ao mesmo tempo, foram se percebendo como "massa de manobra" em épocas de eleições, como sugere parte dessas entrevistas:

⁶⁵ Cf. depoimento de uma componente da Comissão de Ruas, jul/90.

"A gente imaginava que à nível de poder público houvesse alguns projetos de melhorias para a comunidade. Aí fomos de órgão em órgão e não existia nada (...) E aí a 1ª coisa que colocamos (em assembléia) era acabar com a questão partidária do C.C.". ⁶⁶

"Antes com as eleições é que vinham as coisas. As pessoas eram muito compradas (...) (Hoje) a gente não é mais tão dominada, antes era sim. Veio um candidato aqui, há uns 7 ou 8 anos, e disse que ia conseguir a água. Mas já havia uma luta grande da comunidade para conseguir a água. Na minha casa não foi feita a ligação. Aí recorri ao (...) ⁶⁷ e ele perguntou quantos votos eu tinha em casa e me deu muitos santinhos. Antes era assim, agora não é mais". ⁶⁸

Noções de cidadania passaram a compor o imaginário e a prática do grupo, onde a liberdade de opção partidária foi sendo reconhecida como um direito de cada morador. Por outro lado, assumiu-se como orientação geral que as ações em nome da organização deveriam observar a distinção entre política comunitária e política partidária, como apontam estes entrevistados:

"O Conselho não deve estar vinculado à partido nenhum (...) Cada um tem o direito de ter o seu partido. Mas o Conselho não, justamente para garantir isso". ⁶⁹

"A nível de Conselho, a proposta é em função da comunidade. (...) muitos vestiram a camisa do PT, mas nem todos: alguns são do PDT, PDS, ... (...) A proposta é comunitária e deve ser compatível com o pluripartidarismo. O partido é apenas uma forma de luta". ⁷⁰

⁶⁶ Cf. depoimento do então presidente do C.C., dez/89.

⁶⁷ Pessoa da comunidade com forte liderança na época, hoje já falecida.

⁶⁸ Cf. depoimento da representante da Comissão de Saúde, jun/90.

⁶⁹ Cf. depoimento de uma representante de rua, ago/90.

⁷⁰ Cf. depoimento do coordenador da Comissão de Prod. e Abastecimento, dez.89.

O PT, na medida em que ampliava a sua organização no município, teve uma penetração mais forte na comunidade, especialmente pela mediação da Igreja. E o partido político passou, gradativamente, a ser visto como uma forma importante de luta que poderia somar esforços com as lutas da organização de moradores.⁷¹

A candidatura de um representante do M. Serrat para a Câmara Municipal, em 1988, foi um marco importante na história do movimento da periferia e que tem por base um processo de resignificação da política e dos partidos políticos.

Nesse processo, os partidos deixam de ser apenas organizações que podem oferecer bens materiais ou empregos para a população, para serem entendidos como organizações capazes de encaminhar lutas mais amplas que incidam sobre a qualidade de vida da maioria da população. Nesse sentido, é bastante sugestivo o depoimento de um entrevistado sobre a referida candidatura:

"Acho que outro passo que nós demos no processo de conscientização na linha política foi a saída do (...) como vereador, essa foi a guinada mais forte. Primeiro, como é que se via o político: político é aquele que me dá coisas - eu quero camisas para o time de futebol, eu quero arrumar a minha casa e preciso um pouco de tábuas, ou eu preciso de tal coisa e preciso de dinheiro. Com a candidatura do (...) se passou a dizer não, nós devemos ser sujeitos do processo político e nós devemos ter gente de base que represente as nossas aspirações. (...) Com essa proposta para a vereança se passou por um outro processo: - eu tiro do meu bolso um dinheirinho e ajudo a formar um comitê, eu compro um plástico para por no meu vidro, enquanto o partido burguês te enche de plásticos, te dá camisas. Agora o comprar a camisa e fazer a campanha política de fato, participar efetivamente do comitê (...) passa por um repensar o que significa o trabalho político e aí passa por uma questão que é o partido, partido enquanto uma ferramenta de transformação e não partido apenas como alguém num

⁷¹ Permanece, ainda, um descrédito grande em relação aos partidos políticos, como sugerem os dados de abstenção e anulação de votos nas últimas eleições, em anexo.

comitê que dá comida, roupa para a pobreza, mas aonde você vai, contribuir e te abre uma perspectiva".⁷²

Essa candidatura, que tentou inovar com um trabalho de politização, fez emergir, no entanto, uma tensão entre a política comunitária e a política partidária no Mont Serrat, tornando pouco claros os seus limites. Embora os conflitos entre ideologias se tornaram mais visíveis na dinâmica da organização, há posições diferentes entre pessoas do Conselho, que votaram em outros candidatos:

"Nunca me disseram para votar em tal candidato porque eu era do Conselho Comunitário. Isso não".

"E aí entrou a eleição do (...) para vereador. Eu também não era cabo eleitoral e também não me encaixava... então era discriminado".

"Há necessidade de maior respeito pela ideologia de cada um: eu te respeito enquanto PT, tu me respeitas enquanto PDS".⁷³

A partir de 1983, a negação à política partidária e ao clientelismo (dos primeiros tempo da organização) e que atenuou temporariamente essa tensão, foi gradativamente cedendo lugar a um reconhecimento dos partidos como instrumentos capazes de promover mudanças sociais.

Por outro lado, o perfil mais crítico do Conselho Comunitário em relação aos partidos conservadores (mesmo considerando as diferenças

⁷² Cf. depoimento do padre, jul/90.

⁷³ Por se tratar de voto, omitiremos de quem são os depoimentos.

internas), não foi estendido a toda a comunidade, que oscilou de uma eleição para outra entre candidatos de tendências bastante distintas.⁷⁴

Por ocasião da pesquisa, militantes principalmente do PT estavam bastante animados com o resultado da eleição para presidente, em 1989, quando 70% dos moradores votaram no candidato da Frente Popular. No entanto, na eleição seguinte para governador, em 1990, o candidato mais votado na comunidade foi da "União por Santa Catarina", formada pelos partidos mais conservadores.⁷⁵

As posições político-partidárias das lideranças do Conselho Comunitário, como a orientação em geral do trabalho da organização, interferem na dinâmica eleitoral da comunidade (pela proximidade entre suas lutas e a relação com o Estado e com os partidos) mas de forma limitada, sendo sua influência maior junto às pessoas mais envolvidas com o trabalho do Conselho.

Na comunidade do Mont Serrat, o que antes era domínio de um partido, foi se constituindo num espaço competitivo, onde diferentes tendências passaram a disputar o apoio dos moradores.

Embora bastante conflitivo, marcado por ambiguidades e contradições, esse processo tem resultado na constituição de um espaço mais democrático na comunidade, onde a convivência entre distintas orientações partidárias e ideológicas, se tornou necessária para a manutenção do próprio grupo. Por outra parte, a evolução da identidade e da prática organizativa interna do grupo se articula com o processo igualmente ambíguo da constituição da esfera pública em âmbito local e nacional, onde a progressiva institucionalização da democracia abre possibilidades sempre renovadas de radicalização das necessidades.

⁷⁴ A respeito, ver dados sobre o comportamento eleitoral, em anexo.

⁷⁵ Uma análise aprofundada do comportamento eleitoral requer uma pesquisa à parte, em função da complexidade de fatores que interferem em seus resultados.

4.5. Relação Diferenciada com o Poder Público

A relação que o Conselho Comunitário do Mont Serrat foi estabelecendo com o Estado foi sendo redefinida ao longo do tempo. Inicialmente o Conselho era mais "uma instância da prefeitura na comunidade"⁷⁶, deixando de forma gradativa esse caráter institucional mediante a produção de discursos e ações que representavam a busca de uma identidade própria⁷⁷. Uma forma de afirmação da organização (o "nós") foi através da negação de mecanismos de clientelismo e tutelação do poder público (o "outro"), sendo o protesto contra a inauguração da pavimentação da rua geral um fato que marcou o início desse processo.

A emergência de um contra-discurso com capacidade de criar e assimilar críticas e projeções de mudanças (Barreira,1986:20) foi tomando corpo na dinâmica da organização, confrontando-se internamente com as formas mais tradicionais de entender a política. As críticas à política do Estado - de distribuição desigual dos bens e serviços ou de atendimento às populações carentes com programas eminentemente assistencialistas - fizeram surgir, por outro lado, a necessidade de constituição de práticas alternativas, que fossem independentes do poder constituído. Esta orientação foi reforçada principalmente pelos representantes da Igreja no local, como já apontado. Nessa perspectiva, foram se desenvolvendo projetos que se fundamentavam numa linha mais autônoma da organização (as cooperativas, a proposta do Centro de Educação), embora se mantivesse alguma forma de articulação com o Estado. De acordo com uma entrevistada,

⁷⁶ Cf. também o depoimento da tesoureira do Conselho.

⁷⁷ O conceito de identidade aqui utilizado enfatiza o seu aspecto "relacional, considerando a constituição dessa representação no confronto com o(s) outro(s), a partir do qual se estabelecem as diferenças (Diógenes, 1988:3, 4,15).

"não é possível trabalhar sem o poder público: eles tem os recursos".⁷⁸

Surge, nesse processo, uma ambivalência entre de um lado o sentimento "anti-estado" e, de outro, a reivindicação do Estado enquanto provedor das necessidades da população (Doimo e Banck, 1986: 25). Não se deixou de pressionar os órgãos governamentais, portanto, para investimento de recursos no local, mas já se tornava mais claro, a nível de representação coletiva, que a demanda da organização de moradores era referente a direitos sociais da população. As mudanças que foram se operando indicam, assim, um processo de resignificação dos referentes coletivos de cidadania, transcendendo o seu significado político clássico (conforme apresentado no 1º capítulo). Trata-se, segundo Paoli (1989:42), de um processo de construção de uma "cidadania coletiva" fundada em práticas que buscam, de formas diversas, o reconhecimento público de suas demandas. E, nesse sentido, esse processo supõe "a negação de uma situação anterior no qual a própria noção de direitos não estava presente e, portanto, a eventual extensão das melhorias urbanas apareciam como um eventual favor dos governantes" (Sader,1987:19).

Na medida em que foi se constatando, (já na gestão de 1983-85) que não havia nenhum projeto, por parte do poder público, de desenvolvimento para a comunidade; e sendo assim, não havia perspectivas concretas de atendimento de suas carências, os participantes do Conselho foram percebendo a necessidade de eles próprios lutarem pela melhoria das condições de vida do local. Nesse sentido, há atualmente uma consciência, conforme outra entrevistada, de que:

⁷⁸ Cf. depoimento de uma representante de rua.

"(...) tudo o que existe hoje no Mont Serrat foi conquistado, não foi plano ou oferta do poder público".⁷⁹

Nesse confronto com o Estado, segundo Durhan (1984: 29), procede-se uma avaliação de sua legitimidade, tomando-se como referência a sua capacidade de reconhecer e promover os direitos que a população entende como seus.

Mesmo havendo diferenças internas a respeito da concepção de Estado, a idéia de que ele representa os "interesses das elites"⁸⁰ foi permeando as discussões do Conselho. Por outro lado, na relação direta com os órgãos governamentais foi se percebendo o Estado não como um bloco monolítico, de domínio exclusivo das "classes dominantes", mas como permeável ao confronto e articulação de diferentes forças políticas, embora em condições desiguais. Isso permitiu a articulação com agentes internos com vistas à sustentação política e técnica para as suas demandas (como ocorreu principalmente nos projetos de saneamento básico, de habitação e na elaboração da proposta do Centro de Educação). A respeito, assim se refere um integrante do Conselho:

"Aproveitávamos as brechas e as divisões internas do pessoal (...) como o apoio de técnicos mais abertos".⁸¹

A relação com o poder público, no entanto, vem sofrendo alterações a cada conjuntura. Assim, no início do governo de Edson Andrino (PMDB, 1986-88), vivia-se um clima de maior expectativa em relação à gestão pública, sendo inclusive sediada no Mont Serrat uma reunião com o prefeito eleito para discutir as formas de participação das organizações de moradores em sua

⁷⁹ Cf. depoimento da tesoureira.

⁸⁰ Cf. relatório da reunião realizada em 06/05/89.

⁸¹ Cf. depoimento do coord. da Com. de Prod. e Abastecimento.

administração. Mesmo tendo se diferenciado das gestões anteriores quanto a uma relação mais próxima às organizações populares, os resultados concretos (principalmente na questão do orçamento municipal) frustraram algumas expectativas, procedendo-se, posteriormente, um relativo distanciamento do Mont Serrat e demais organizações da periferia dos mecanismos de consulta e participação da administração municipal (bem como das outras organizações de moradores que continuaram ocupando alguns espaços de participação). Isto se identifica com o que Sader (1988: prefácio) aponta como "a desconfiança dos sujeitos em relação às instituições políticas e com os sistemas políticos de mediações", desconfiança que "em lugar de suscitar apatia, suscita ações e a valorização das diferenças entre os movimentos e de sua autonomia".

Mesmo mantendo uma relação com reservas com a referida administração municipal, à nível do Conselho Comunitário avalia-se, no entanto, que nessa gestão havia um reconhecimento maior das demandas da comunidade⁸² e das associações de moradores em geral (com ressalva dos conselhos comunitários)⁸³, bem como um acesso mais facilitado à prefeitura.

Já na gestão seguinte, de Espiridião Amin (PDS), esta situação se alterou significativamente. Segundo um integrante do Conselho, "Amin fechou os canais para as associações". Cortou logo de início o caminhão da feira do Mont Serrat (recuperado posteriormente através de pressão da comunidade) e dois funcionários da COMCAP liberados para o CAPROM; as ameaças de despejo se multiplicaram em várias áreas da periferia, havendo uma atuação mais efetiva na fiscalização e derrubada de barracos em áreas de ocupação irregular. Com isso, o movimento da periferia em geral, passou a assumir uma posição de maior confronto com a administração municipal. E o envolvimento mais direto de

⁸² Cf. reunião do Conselho em nov/90.

⁸³ Embora a organização de moradores do Mont Serrat permanecia como conselho comunitário, era reconhecida como independente da FUCADESC e inclusive como uma organização de perfil mais combativo. Os demais conselhos comunitários eram em geral discriminados por essa administração como "atrelados".

alguns integrantes do Conselho do Mont Serrat, contra o despejo de famílias nessas áreas, teve repercussões nas lutas específicas da comunidade, como aponta um entrevistado:

"O acesso aos órgãos públicos ficou mais difícil porque algumas pessoas do Conselho trabalhavam com o Movimento dos Sem-Teto e não eram bem vistas na Prefeitura e Governo do Estado".⁸⁴

Por outro lado, o fato de ter emergido a candidatura a vereador pelo PT e ter se ampliado o número de simpatizantes desse partido na comunidade e em outras áreas da periferia, também contribuiu para esse acesso mais difícil e com poucos resultados, junto aos órgãos governamentais, tendo em vista a realização de cálculo dos rendimentos políticos na distribuição dos recursos públicos.⁸⁴

A nível interno, não há uma posição única a respeito de qual deve ser a atuação do Conselho em relação ao poder público, embora a organização venha configurando um perfil mais independente e crítico em relação ao Estado. Há conflitos, no entanto, quanto às estratégias utilizadas pelas Comissões no encaminhamento de questões específicas, havendo Comissão que ainda tem se prevalecido de mecanismos de influência ou de apadrinhamento no contato com os órgãos governamentais, fugindo ao perfil mais geral da organização. Sobre a questão, sugere um participante do Conselho:

"A gente tem que ser mais arrojado e até em alguns momentos ir para o confronto (...) e criar uma linha de atuação mais definida com o poder público".⁸⁶

⁸⁴ Cf. depoimento do 1º presidente da Comissão Executiva, gestão 1988-91, e atualmente desligado.

⁸⁴ Segundo Evers (1982:142), neste cálculo político tem papel importante: as possibilidades de o Estado obter prestígio como benfeitor, mas também o potencial de protesto do movimento, a conjuntura geral e a viabilidade econômica e técnica do projeto.

⁸⁶ Cf. Coordenador da Com. de Prod. e Abastecimento.

Permanecendo as dificuldades no atendimento das necessidades básicas da população e sendo as conquistas não definitivas (o CEBEM foi desativado, o desconto das tarifas de luz foi extinto), começa a emergir no Conselho Comunitário a idéia de que é necessário ultrapassar o caráter reivindicativo da organização, no sentido de apontar também propostas concretas ao poder público para enfrentar os problemas sociais da comunidade e do município e buscar novas estratégias de ação. Daí a importância à elaboração de emendas populares para a Lei Orgânica do Município, visando garantir algumas reivindicações do movimento, como aponta um entrevistado:

"Houve uma participação parcial nossa na elaboração das propostas, em especial sobre educação, e na coleta de assinaturas. Também participamos da manifestação na Câmara (...). A idéia era (...) ter algumas coisas garantidas em lei, o que facilitaria o nosso trabalho".⁸⁷

Embora não se conseguiu mobilizar a maior parte dos participantes do Conselho no movimento pelas emendas populares, observa-se uma evolução em sua dinâmica no sentido de ampliar as ações fundamentadas na contestação e na reivindicação, para a elaboração de propostas alternativas que potencializam mudanças sociais. Nessa perspectiva, as discussões e a proposta de um Centro de Educação, gestada na comunidade ofereceu subsídios para a contribuição de proposições mais genéricas para a educação do município, através das emendas populares.

A respeito da capacidade propositiva, aponta Vigevani (1989: 102-5) que os movimentos sociais urbanos terão uma ação limitada entre os processos de exclusões que vivenciam e sua politização, caso não consigam avançar na capacidade de formulação de propostas de âmbito mais geral (que incidem

⁸⁷ Ibidem.

também sobre o plano local) e que possam ter impacto real, a partir da articulação de forças sociais e políticas que lhe dêem sustentação. A experiência do Mont Serrat, nesse sentido, apresenta algumas possibilidades e ganha visibilidade na articulação com outras forças comprometidas com a democratização da vida social, embora de expressão ainda limitada diante da correlação de forças locais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estímulo e apoio à constituição de diferentes formas organizativas (cooperativas, comissão de educação, comissão de ruas, ...), o Conselho Comunitário vem experimentando novas formas de enfrentar as carências da população e, ao mesmo tempo, inovando formas de socialização entre os moradores.

Com a investigação realizada, foi possível identificar um processo de constituição gradativa de novos referenciais para a ação coletiva que, de um lado, tenta se sobrepor às saídas individuais para a resolução dos problemas, e de outro, superar as práticas comunitárias que se baseiam numa relação de dependência aos organismos governamentais. Essa reorientação se fundamenta no surgimento de novas necessidades que demandam maior autonomia das pessoas e dos grupos, numa reação à reprodução das relações de subordinação e de domínio. Nesse processo, os moradores organizados vão se reconhecendo enquanto sujeitos sociais, capazes de projetar autonomamente suas práticas, processo que é contínuo, inacabado, diante das incessantes forças que tensionam para formas mais heterônomas de relações sociais.

A emergência dessas "necessidades radicais" - de autodeterminação - ocorre numa dinâmica em que convergem diferentes atores (moradores, agentes pastorais, educadores, militantes partidários, ...), sistemas de necessidades, ordens de valores, significados e projeções da ação coletiva, onde se torna possível a generalização de valores democráticos. A constituição de uma orientação ética que emerge nessa interação, onde se considera a forte influência das CEBs, tem possibilitado uma reorganização dos trabalhos internos, voltada a uma maior democratização das relações interpessoais e dos processos de decisão, embora a efetivação dessa orientação não tenha sido isenta de ambiguidades e contradições.

Por outro lado, tal processo tem gerado uma demanda pela democratização do Estado, no sentido de que os organismos governamentais priorizem ações que atendam os setores da população em piores condições de vida (dentro da concepção de justiça de Rawls), bem como possibilitem a participação efetiva desses setores no processo de definição das políticas públicas. A prática da organização de moradores do Mont Serrat tem reforçado, assim, a idéia de um "Estado mínimo", com menor interferência na dinâmica comunitária, de forma a permitir maior autonomia dos moradores e, ao mesmo tempo, um "Estado máximo", que possibilite a participação dos cidadãos nas decisões que lhe dizem respeito.

A articulação das organizações e movimentos de moradores para o encaminhamento conjunto de suas demandas ao Estado, tem por base a generalização de necessidades radicais. Esta generalização tem possibilitado a formação de "utopias racionais", na perspectiva da comunidade ou da cidade desejável, e que vem orientando as ações presentes, no sentido de reduzir a defasagem com a realidade atual. No processo de superar a precariedade das condições de vida na periferia e pleitear o reconhecimento e o atendimento ao que concebem como seus direitos sociais, tais redes de organizações e movimentos tendem a ampliar a esfera pública, constituindo-se também enquanto sujeitos políticos.

Na concepção e nas formas de encaminhamento dos problemas sociais, oriundos da insatisfação de necessidades, tem predominado no referido trabalho comunitário os argumentos de "classe", onde tais problemas são remetidos ao contexto das contradições da MODERNIDADE. No entanto, observa-se em sua prática, aspectos de uma perspectiva política PÓS-MODERNA (cf. entendem Heller e Feher) - no sentido de enfatizar o presente e os processos microsociais de mudança, ligados à esfera do cotidiano, bem como a perspectiva de convivência da pluralidade de "discursos" e orientações da ação (convivência no entanto relativa, dentro dos limites que tornam um trabalho

coletivo possível). A conjugação dos referenciais de "classe" (importantes na análise da realidade, embora não dêem conta da complexidade das relações sociais e da diversidade dos processos de dominação) com uma política de "revolução molecular" sugere uma abertura para possibilidades que superem a perspectiva de uma "política redentora" de transformação social.

Em suma, este trabalho pretendeu apontar as possibilidades de uma organização de moradores de transcender uma prática estritamente localizada, ampliando a política para espaços não convencionais (não se considerando a importância dos espaços convencionais da política) com atenção às ambiguidades de uma trajetória não linear e definitiva de constituição de um sujeito social. Ao mesmo tempo, ressaltar que a possibilidade democrática e inovadora do movimento está intimamente relacionada com a forma de percepção e constituição de suas necessidades, cuja radicalidade supõe abertura para a criação de novos modos de vida e de relações sociais, pautadas pelos valores de vida e liberdade.

BIBLIOGRAFIA

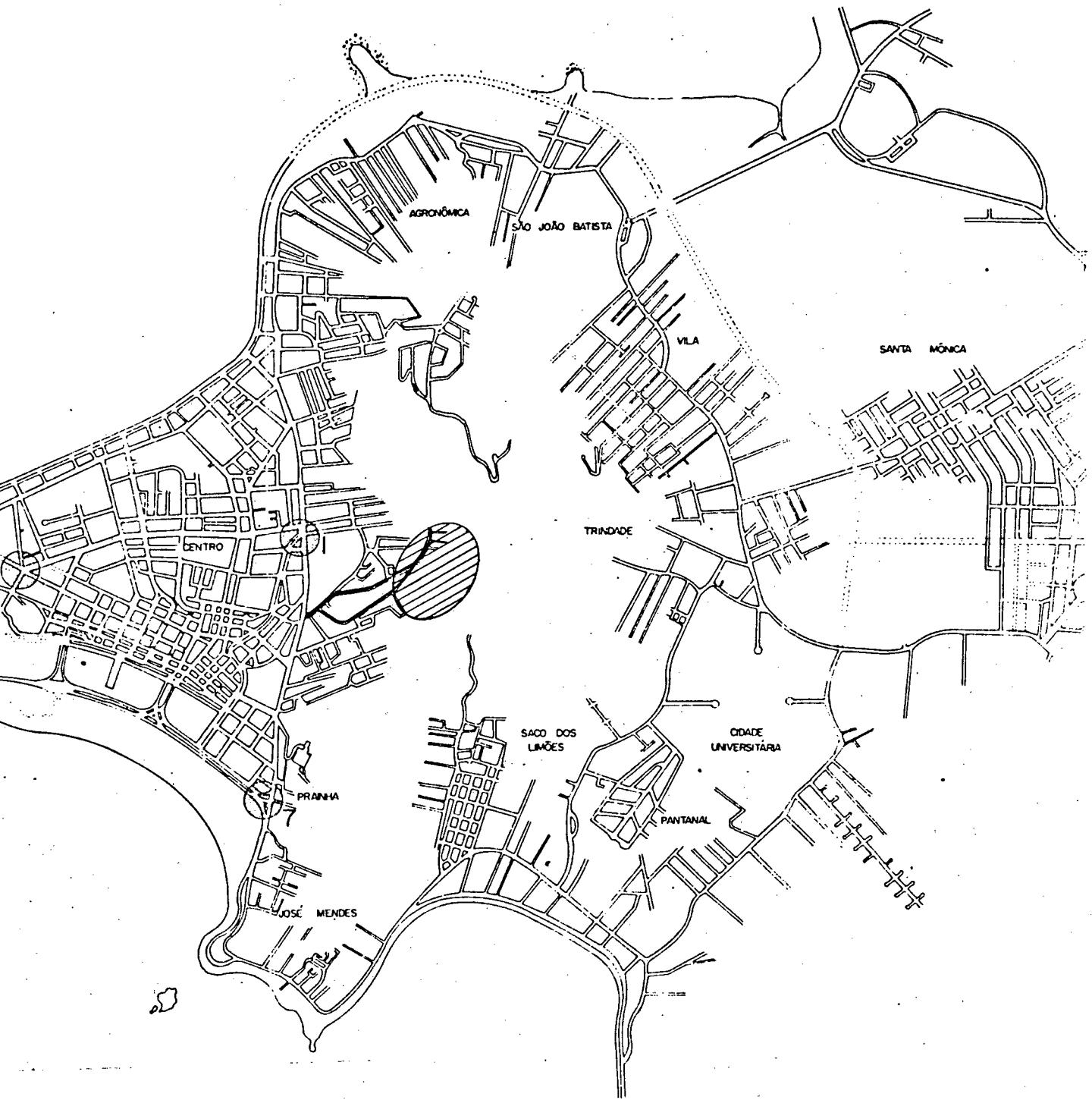
- ARDITI, Benjamin. Uma gramática pós-moderna para pensar o social. In: Revista Lua Nova, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 105-23, jul./set. 1988.
- _____. La totalidad como archipiélago: el diagrama de puntos nodales. Asunción, 1991, mimeo.
- BARREIRA, Irllys A.F. Incômodos hóspedes? Notas sobre a participação da Igreja e dos partidos políticos nos movimentos sociais urbanos. In: KRISCHKE, P.J. e MAINWARING, S. A Igreja nas bases em tempo de transição. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 131-50.
- BENECKE, Dieter W. La función de desarrollo de la cooperativa. In: Sistemas cooperativos comparados: análisis del contexto de la cooperación para el desarrollo. Bonn: Friedrich-Naumann Stiftung, 1982, p. 103-10.
- BETTO, Frei. Da mística e da política. In: Cadernos Fé & Política, Petrópolis, n.1, p.23-29, jun 1989.
- _____. O socialismo morreu, viva o socialismo. In: Questões atuais do socialismo. São Paulo: CEPIS, n.5, p.3-37, maio 1990.
- BOFF, Leonardo et al. Os cristãos e a militância político-partidária. In: Os militantes cristãos face às estruturas do poder e do saber. Porto Alegre: CECA/CDDHP, 1989.
- CAVA, Ralf D. A ofensiva vaticana. In: Religião & Sociedade, Rio de Janeiro: n.1, p. 34-53, dez 1985.
- DIGENES, Glória M.S. A constituição da identidade política nos movimentos sociais urbanos em sua relação com o Estado. Trab. apres. no XII Encontro ANPOCS, Águas de São Pedro, out 1988, mimeo.
- DOIMO, A.M. e BANCK, Gert. Novas forças, velhos limites?: estudo de caso de um movimento social urbano. Trab. apres. no X Encontro ANPOCS, Campos do Jordão, out 1986, mimeo.
- DURHAN, Eunice R. Movimentos sociais: a construção da cidadania. In: Novos Estudos, São Paulo, n.10, p.24-30, out 1984.

- ELSTER, Jon. Marx hoje. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- EVERS, Tilman. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: Cidade, Povo e Poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1982. p. 110-60.
- _____, MULLER-PLANTENBERG, C. e SPESSART, S. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. In: Novos Estudos CEBRAP, v.2, n.4, p.11-23, abr 1984.
- FLICKINGER, Hans G. O sujeito desaparecido na teoria marxiana. In: Filosofia Política. Porto Alegre: L&PM, n.1, p.9-24, 1984.
- HABERMAS, J. Teoría de la acción comunicativa. Madrid: Taurus, 2v., 1987.
- HELLER, Agnes. Sociología de la vida cotidiana. Barcelona: Península, 1977.
- _____. Teoría de las necesidades em Marx. Barcelona: Península, 1978.
- _____. Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. A filosofia radical. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____ e FEHER, Ferenc. From red to green. Telos, n.59, 1984.
- _____ e FEHER, Ferenc. Anatomia de la izquierda occidental. Barcelona: Península, 1985a.
- _____ e FEHER, Ferenc. Sobre os instintos. Lisboa: Presença, 1985b.
- _____ e FEHER, Ferenc. O marxismo como movimento cultural. Lisboa: IDL, n.4, p.119-32, out/dez 1986.
- _____ e FEHER, Ferenc. Política de la postmodernidad. Barcelona: Península, 1989.

- _____ e FEHER, Ferenc. Más allá de la justicia. Trad. Jorge Vízit. Barcelona: Critica, 1990.
- KRISCHKE, Paulo J. e VASCONCELOS, Eliana. Igreja, motivações e organização de moradores em loteamentos clandestinos. In: Terra de habitação versus terra de espolição. São Paulo: Cortez, 1984. p.57-59.
- KRISCHKE, Paulo J. As emendas populares à lei orgânica municipal de Florianópolis. UFSC, 1990a. mimeo.
- _____. Os movimentos de bairro em Florianópolis na "Nova República": para uma teoria da influência cultural dos movimentos sociais na transição política. UFSC, jun 1990b. mimeo.
- _____. Church base communities and democratic change in brazilian society. In: Comparative Political Studies, v.24, n.2, p.186-210, jul 1991.
- LARA, Carlos Torres y Torres. Cooperativismo, el modelo alternativo: estudio sobre su ideologia, instituciones y tecnicas. Universidade de Lima, 1983.
- LAVIERI, Maria Beatriz F. Liderança e sua tópica no imaginário dos líderes. Trab. apres. IV ANPOCS/NE, dez 1989, mimeo.
- LOPES, Ilda. Descrição do processo de formação da Comunidade Eclesial de Base do Morro da Penitenciária. Trab. de conclusão de Curso, UFSC, 1984.
- MAINWARING, Scott. Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 1980.
- MENDES, L. e MORAES, T. A. Análise do processo educativo na comunidade do Mont Serrat. ETFSC, 1990, mimeo.
- MOISÉS, José Alvaro. Cenas de política explícita: descaminhos de uma longa transição política. São Paulo: Marco Zero, 1986.

- NUNES, Edison. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. In: Revista Lua Nova. São Paulo, n.17, p.67-91, jun 1989.
- OLIVEIRA, Pedro A. R. de. A igreja dos pobres e a atividade político-partidária. In: Cadernos de Fé & Política. Petrópolis, n.1, p.31-49, jun 1989.
- PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e cidadania. Estudos avançados. São Paulo, v.3, n.7, p.40-66, set/dez 1989.
- PIXLEY, Jorge e BOFF, Clodovis. Opção pelos pobres. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SADER, Eder S. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Novos movimentos sociais, a construção da democracia e o papel dos mediadores. Trab. apres. no X Encontro ANPOCS, Campos do Jordão, out 1986, mimeo.
- _____. O caráter dos novos movimentos sociais. In: Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.35-53.
- _____. Redes e mediações nos movimentos populares (um breve resumo). In: Revista de Ciências Humanas, UFSC, v.6, n.9, p.36-42.
- SILVA, Ana Amélia da. A luta pelos direitos urbanos em São Paulo: novas representações da cidade e cidadania. Trab. apres. no XIV Encontro ANPOCS, Caxambu, out 1990, mimeo.
- TELLES, Vera S. Anos 70: experiências e práticas cotidianas. In: KRISCHKE, Paulo J. e MAINWARING, Scott (Org.). A Igreja nas bases em tempo de transição. Porto Alegre: L&PM, 1986. p.47-71.
- TUCKER, D. F. B. Marxismo e individualismo. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- VIGEVANI, Tulio. Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto. In: Revista Lua Nova, n.17, p.94-109, jun 1989.

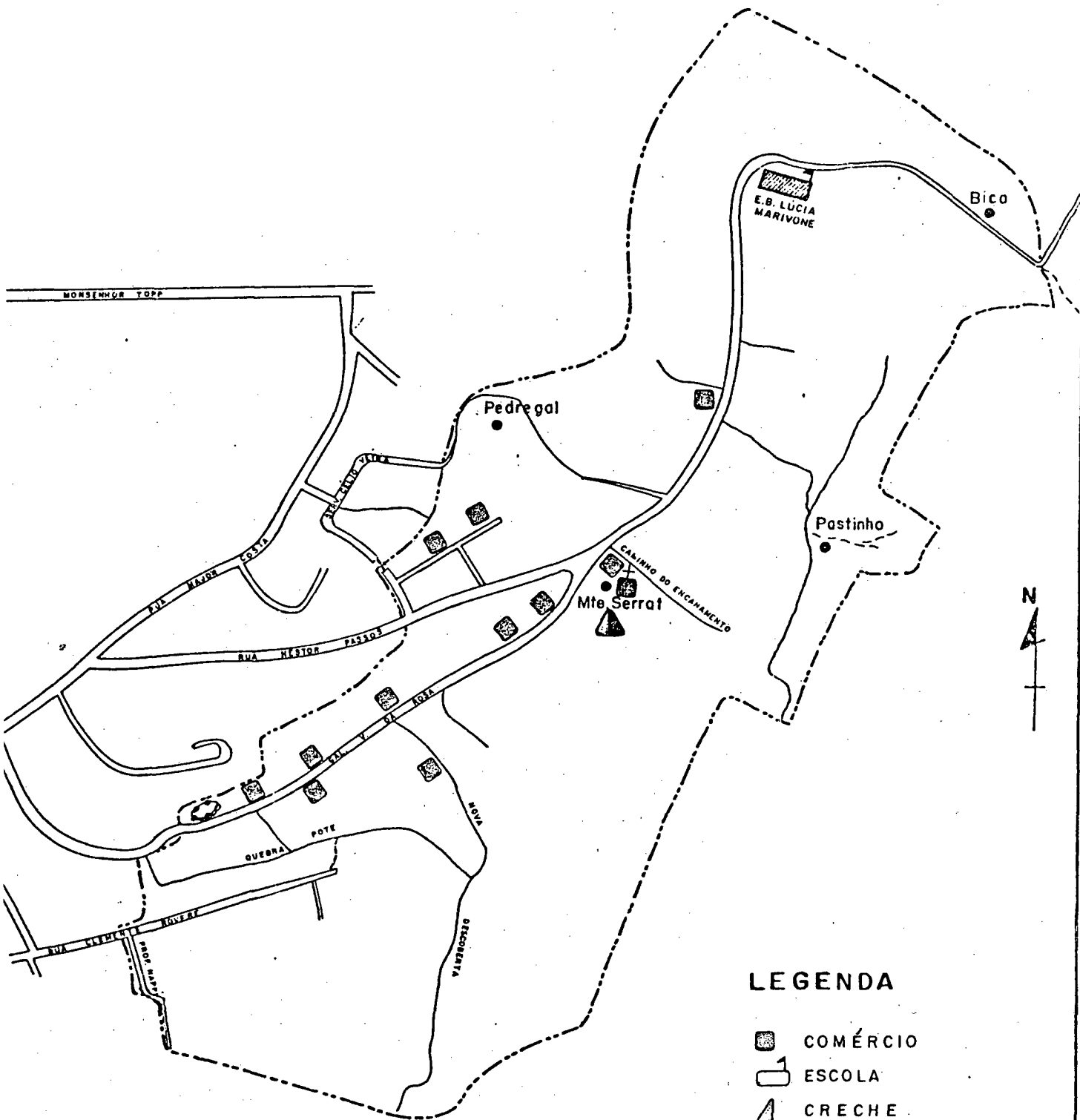
A N E X O S









ESCALA GRÁFICA



SITUAÇÃO DA ÁREA
DE ESTUDO



LEGENDA

-  COMÉRCIO
-  ESCOLA
-  CRECHE
-  POSTO DE SAUDE
-  IGREJA,
-  ESCOLA DE SAMBA

ESBOÇO DE PROJETO PARA DISCUSSÃO
PROPOSTA
COMISSÃO
DE
EDUCAÇÃO
CONSELHO COMUNITÁRIO MONT SERRAT

I - HISTÓRICO

A Comissão de Educação da comunidade Mont Serrat, desde a sua criação estabeleceu como prioridade a avaliação e a melhoria da qualidade da educação oferecida às crianças e adolescentes da comunidade

Criada em agosto de 1988 e composta por representantes eleitos das instituições educacionais: Creche da LBA, Creche Mont Serrat, Escola de Datilografia, CEBEM Mont Serrat e Escola Básica Lúcia Mayvorne, a comissão de educação após vários encontros concluiu pela necessidade da formulação e discussão ampliada de nova proposta educacional capaz de aglutinar os vários trabalhos educacionais que são desenvolvidos de forma distinta e separada dentro de uma mesma comunidade.

Ao observar a existência destas ilhas educacionais e os altos índices de evasão, reprovação e o baixo nível de desempenho escolar das crianças, foi constatada a necessidade de ser repensada a atual estrutura educacional e proposta a possibilidade de transformá-la num "Centro de Educação" que venha atender às necessidades da comunidade e o desenvolvimento pleno da capacidade das crianças e adolescentes.

II - OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Integrar as instituições educacionais existentes na comunidade transformando-as numa escola nova que desenvolva plenamente a capacidade de aprendizagem das crianças e adolescentes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- . Diminuir o índice de evasão escolar através de uma proposta educacional adequada e do interesse das crianças;
- . Propiciar às crianças experiências positivas, saudáveis e competentes que possibilitem a futura inserção no universo sócio-político e profissional;
- . Erradicação definitiva do analfabetismo escolar;
- . Evitar as reprovações através de métodos de ensino adequados à realidade e possibilitar o desenvolvimento global das crianças;
- . Oportunizar às crianças o contacto com experiências educacionais diversas (acadêmicas, artísticas, produtivas, esportivas, etc...) para socialização do saber e conseqüente instrumentalização para a vida social;
- . Repensar a forma como a ação educacional se insere no contexto da comunidade, e quais os desdobramentos dela decorrentes.

III - CLIENTELA

Esta proposta se propõe a atender as crianças e os adolescentes da comunidade Mont Serrat e adjacências. Preve a integração dos atendimentos prestados desde o berçário até a 4ª série do ensino regular.

Em etapa posterior pretende atender os adolescentes que ultrapassarem essa faixa de escolaridade.

IV - OPERACIONALIZAÇÃO

(Princípios a serem desenvolvidos)

- 1 - A proposta atenderá às crianças em período integral, ou seja, das 8:00 às 17:00 horas. Durante este período além das atividades acadêmicas, recreativas, produtivas, artísticas e esportivas as crianças receberão alimentação adequada a seu desenvolvimento físico.
- 2 - Todas as atividades serão desenvolvidas de forma integrada.
- 3 - O Método de Ensino ou a Proposta Educacional será definida pelo grupo de educadores, após ampla discussão, e só com a concordância deste sofrerá alterações;
- 4 - O Projeto elaborado será administrado pelo grupo de educadores, tendo este grupo poder de deliberar sobre o seu encaminhamento. A Comissão de Educação atuará como coordenadora da elaboração e futura implantação do Projeto;
- 5 - O aluno será acompanhado e avaliado em todas as atividades, e receberá atendimento específico, conforme suas dificuldades;
- 6 - As famílias serão envolvidas em todo o processo, desde a discussão do Projeto até a avaliação do mesmo;
- 7 - Os cargos de chefia das instituições envolvidas no Projeto serão eleitos pela base, formada pelo grupo de educadores, sendo critério para a escolha o compromisso com a proposta;
- 8 - Serão realizadas reuniões e discussões envolvendo a comunidade educacional e a comunidade Mont Serrat para formulação mais clara e adequada da estrutura final do Projeto;
- 9 - Serão efetuadas pesquisas para levantamento de dados sobre a situação escolar (evasões), mercado de trabalho X Oficinas de produção, anseios e necessidades da comunidade, para formulação adequada do Projeto;
- 10 - Serão efetuados levantamentos das possibilidades de integração com outros instrumentos educacionais da comunidade, além das entidades envolvidas na comissão de educação, quer para encaminhamento posterior das crianças na continuidade escolar, quer para obtenção de recursos que viabilizem o projeto.

V - CRONOGRAMA

19/04/90 - Discussão do Projeto/Proposta na Comissão de Educação;

de 23/04 a 17/05 - Apresentação e discussão do Projeto/Proposta nas Entidades.

~~07/06~~/90 - Entrega das propostas de modificação e acréscimos a Comissão de Educação.

21/06/90 - Apresentação do Projeto às Entidades.

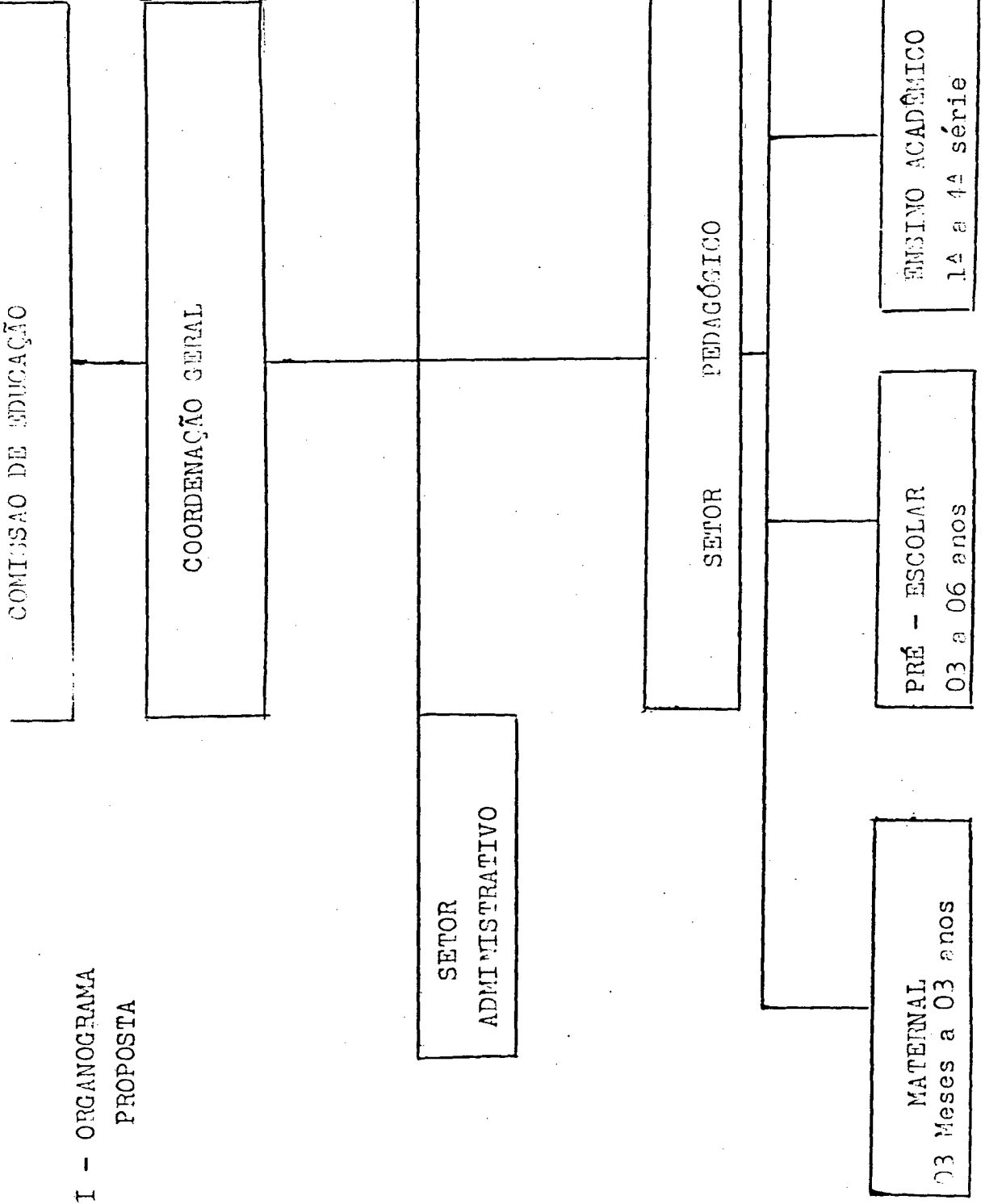
21/07/90 - Seminário com a participação dos educadores da comunidade.

De 19/07/90 a 30/07/90 - Discussão com a comunidade.

10/08/90 - Assembléia da comunidade para apreciação do Projeto.

OBS: Cronograma sujeito a reformulações.

VI - ORGANOGRAMA
PROPOSTA



(*) Oficinas de Produção
Oficinas de Arte
Atividades Esportivas
Outras

QUADROS DEMONSTRATIVOS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL

I. ELEICAO PARA GOVERNADOR - 1982 / FLORIANOPOLIS - MONT SERRAT

VOTO	PDS		PDT		PMDB		PT		PTB		BRANCOS		NULOS		TOTAL
	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	
23	119	49,5%	1	0,4%	94	39,1%	1	0,4%	-	-	17	7,0%	8	3,3%	240
24	143	59,0%	1	0,4%	83	34,2%	2	0,8%	-	-	11	4,5%	2	0,8%	242

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral.

II. ELEICAO PARA PREFEITO - 1985 / FLORIANOPOLIS - MONT SERRAT

VOTO	PCB		PDS/PDT		PFL		PMDB		PT		PTB		BRANCOS		NULOS		TOTAL
	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	
23	3	1,1%	98	38,7%	21	8,3%	117	46,2%	5	1,9%	3	1,1%	4	1,5%	2	0,7%	253
24	6	2,4%	86	35,3%	16	6,5%	111	45,6%	11	4,5%	3	1,2%	6	2,4%	4	1,6%	243

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral.

III. ELEICAO PARA GOVERNADOR - 1986 / FLORIANOPOLIS - MONT SERRAT

VOTO	PDS		PDT		PFL/PDC/PTB		PMDB		PT		BRANCOS		NULOS		TOTAL
	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	
23	118	30,5%	2	0,5%	61	15,8%	92	23,8%	17	4,4%	82	21,2%	14	3,6%	386
24	16	29,0%	-	-	9	16,3%	10	18,1%	3	5,4%	11	20,0%	6	10,9%	55

Fonte: Cartorio Eleitoral.

IV. ELEICAO PARA PREFEITO - 1988 / FLORIANOPOLIS - MONT SERRAT

VOTO	PCB / PDT PSB / PV PSDB		PDS/PFL		PMDB/ PCdoB		PT		PSP		BRANCOS		NULOS		TOTAL
	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	
23	27	7,0%	222	57,2%	17	4,4%	18	4,6%	1	0,2%	70	18,2%	29	7,5%	384
24	8	11,1%	38	52,7%	4	5,5%	2	2,7%	1	1,3%	11	15,2%	8	11,1%	72

Fonte: Cartorio Eleitoral.

V.a. ELEICAO PARA PRESIDENTE - 1989 - I TURNO / FLORIANOPOLIS - MONT SERRAT

	PDS		PDT		PFL		PMDB		PRN		PSDB		PT		OUTROS		BRANCOS		NULOS		TOTAL
	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	
18	3,8%	99	21,1%	26	5,5%	25	5,3%	51	10,8%	48	10,2%	143	30,2%	25	5,3%	4	0,8%	30	6,3%	469	
2	2,7%	23	31,9%	3	4,1%	1	1,3%	5	6,9%	11	15,2%	19	26,3%	3	4,1%	-	-	5	6,9%	72	

Fonte: Cartorio Eleitoral

V.b. ELEICAO PARA PRESIDENTE - 1989 - II TURNO / FLORIANOPOLIS - MONT SERRAT

	FRENTE POPULAR		PRN		BRANCOS		NULOS		TOTAL
	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	
317	70,1%	108	23,8%	2	0,4%	25	5,5%	452	
52	74,2%	13	18,5%	-	-	5	7,1%	70	

Fonte: Cartorio Eleitoral

V.c. ELEICAO PARA GOVERNADOR - 1990 / FLORIANOPOLIS - MONT SERRAT

CANDIDATO	FRENTE POPULAR		PMDB		UNIAO POR SANTA CATARINA		PSDB		OUTROS		BRANCOS		NULOS		TOTAL
	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	ABS.	PERC.	
23	54	11,9%	53	11,7%	154	34,0%	14	3,0%	10	2,2%	85	18,8%	82	18,1%	452
24	15	17,0%	11	12,5%	33	37,5%	2	2,2%	4	4,5%	11	12,5%	12	13,6%	88

Fonte: Cartorio Eleitoral

OBS.: Os eleitores do Mont Serrat não votam em sua totalidade nas urnas da comunidade situadas na escola (na parte mais alta da comunidade), votando em outras seções localizadas próximas ao morro.

Situação Escolar - Escola Básica Lúcia Mayrvone

Ano de 89	Série	Mat.	Transf.	Aband.	Receb. por transf.	Readmit.	Matricula Final	
							Aprov.-	Reprov
	1a	127	22	36	-	-	35	34
Número de Alunos	2a	56	8	11	22	2	20	21
	3a	45	5	18	2	-	16	8
	4a	42	4	7	3	-	24	10
	5a	60	10	16	4	-	34	4
	6a	28	11	2	-	-	12	3
	7a	17	2	5	3	-	12	1
	8a	9	1	1	-	-	7	-

Fonte: Secretaria da Escola.